UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

WESLEY CERQUEIRA SOUZA

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ/BAHIA: INSTRUMENTO POSSÍVEL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Salvador
2016

WESLEY CERQUEIRA SOUZA

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ/BAHIA: INSTRUMENTO POSSÍVEL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Salvador
2016

Termo de Aprovação

WESLEY CERQUEIRA SOUZA

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ/BAHIA: INSTRUMENTO POSSÍVEL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Dissertação para obtenção do grau de mestre em Geografia

Banca Examinadora

Alcides dos Santos Caldas (Orientador) _____

Doutor em Geografia.

Departamento de Geografia – UFBA – Salvador/ BA

Cristovão de Cássio da Trindade Brito_____

Doutor em Geografia.

Departamento de Geografia – UFBA – Salvador/ BA

Acácia Batista Dias_____

Doutora em Ciências Sociais.

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – UEFS – Feira de Santana/ BA

Aprovada em sessão pública de 31/03/2016.

Quando o meu silêncio acalma os lábios e tranquiliza as sensações corporais, minha alma é invadida por um mar de inquietações, alegrias, dúvidas, medos, incertezas. Viajo em um universo dinâmico de prazer, solidão, nado na profundidade do meu ser em construção, quando menos espero estou em terras áridas e férteis. Não pode desistir.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

S729 Souza, Wesley Cerqueira.
A indicação geográfica dos artefatos de couro em Ipirá/ Bahia: instrumento possível de desenvolvimento territorial / Wesley Cerqueira Souza. - Salvador, 2016.
149 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2016.

1.Geografia econômica - Couros. 2.Territorialidade. 3.Desenvolvimento econômico – Ipirá (BA). I. Caldas, Alcides dos Santos. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 338.28(813.8)

AGRADECIMENTOS

Em nenhuma etapa da vida deixarei de agradecer em primeiro lugar a Deus e a Jesus Cristo por tudo.

Aos meus pais, José Elio e Dinorá, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões. Agradeço pela calma, compreensão, dedicação, atenção, apoio. Certamente sem eles este trabalho teria um grau de dificuldade maior de realizar.

Ao meu orientador, Dr. Alcides dos Santos Caldas, pelo incentivo, confiança, dedicação, qualidade nas orientações que me fazem reconhecê-lo como um exemplo de professor-pesquisador. Um ser humano incrível.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter concedido a bolsa de Mestrado que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo auxílio-dissertação, que contribuiu para conclusão da dissertação.

Aos professores Dr. Cristóvão de Cássio da Trindade Brito e Acácia Batista Dias por terem acreditado no projeto de pesquisa e aceitado compor a banca examinadora.

Ao professor Dr. Valdir Roque Dallabrida por ter participado da avaliação do projeto de pesquisa e da pré-banca de defesa do Mestrado, tendo colaborado com o resultado final.

Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA, Dr. Antonio Puentes, ao secretário e a secretária Dirce, pelos inúmeros apoios prestados.

Aos professores das disciplinas que cursei na Pós-Graduação: Dra. Creuza Laje, Dra. Noeli Pertile, Dr. Julio Rocha (Faculdade de Direito), Dr. Ângelo Perret Serpa, Dr. Cristóvão Brito, Dr. Antônio Ângelo Fonseca, Dr. Marco Antonio Tomasoni, Dra. Maria Elisabete Santos (Faculdade de Administração).

Aos colegas da Pós-Graduação em Geografia da UFBA (Mestrado e Doutorado), por ter me elegido representante do corpo estudantil durante a gestão de 2014.

A todos produtores de couro e artefatos de couro de Ipirá, com especial carinho a Joilma Tanan, uma pessoa de alma grandiosa que facilitou de maneira incondicional o processo de pesquisa de campo no Malhador, Rio do Peixe e Umburanas.

A Equipe do SINDICAL, nas pessoas de Cristiano de Jesus e Arlete Silva, bravos guerreiros.

À vida.

RESUMO

Este trabalho busca analisar, compreender, explicar a possibilidade de solicitar e reconhecer uma indicação geográfica (IG) dos artefatos de couro produzidos em Ipirá/ Bahia, devido, sobretudo a associação da produção a este território ao longo do processo histórico, ao saber-fazer inserido em suas diversas etapas, que resultam em características particulares que a diferenciam da produção de outros territórios. Tem como intuito levantar a potencialidade territorial, bem como compreender o atual estágio de organização, estruturação e dinâmica da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá, dando visibilidade à produção industrial e artesanal que, no seu processo produtivo se diferencia dos similares no intuito de alavancar o processo de construção de uma economia territorial fortalecida. O território dos artefatos de couro de Ipirá pode ser considerado um recorte espacial delimitado pelas relações de poder em diferentes densidades de forças. A proposta de aproveitamento do capital territorial considera as capacidades do território, as etapas do planejamento, entendendo como algo passível de contribuir na estruturação do associativismo, no incentivo a geração de emprego e renda, na melhoria das condições de trabalho, na facilidade de créditos, na busca pela eficiência produtiva, divulgação dos produtos e produtores etc. Tem-se como objetivo geral descrever e analisar as condições de produção dos artefatos de couro em Ipirá buscando compreender os elementos que possibilitem o entendimento da IG como alternativa de políticas que visem à organização produtiva, fortalecimento do capital territorial e busca pelo desenvolvimento. O território dos artefatos de couro de Ipirá apresenta-se como um arranjo organizativo para análise de estudos e planejamento, servindo como instrumento de envolvimento coletivo, de inserção social e possibilidade de renda. Assim, os artefatos em couro apresentam-se como um possível elemento capaz de gerar desenvolvimento para a população municipal, produtores, artesãos, empresários etc. As IGs no âmbito das Denominações de Origem e Indicações de Procedência ganham projeção, promovendo o território e criando possibilidade de inserção das pessoas na produção, devendo respeitar os parâmetros regulatórios e as relações pessoais. Tem sentido de retratar sobre os artefatos de couro que são produzidos em Ipirá, abarcando os contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e de envolvimento com a natureza, a partir de suas relações dialéticas e dialógicas no campo das relações geográficas.

Palavras-chave: Indicação Geográfica, Ipirá, Território, Desenvolvimento, Saber-fazer.

ABSTRACT

This service demand analyze, know, explicate the possibility in request and concede a Geographic Indication (IG) of artifacts in leather cause in Ipirá/ Bahia, due, especially the association in production the one territory to long off historic process, to know to inserted in your various steps, what result in characters private what the apart to production to others site. Has as intention the possibility landed, just like comprise the actual phase in frame, organization and dynamics to network productive of artifacts in cause in Ipirá, give visibility the production industrial and craft what, in its productive process apart of similar on intention an leverage the process in construction in one economy territorial robust. The territory of artifacts in cause in Ipirá can be considered snip spatial delimited by relations in force in other densities in power. The proporsal in utilization in territorial capital consider the capacitys in territory, thes steps in planning, read something liable in contribute at organization in associations, on incentive the generations in occupation and income, at improvement of terms in work, at ease in credits, at search through the productive, divulgation of products and producers etc. It has been as objective general describe and analyze at terms in production of artifacts in cause in Ipirá seek comprise the elements what allows the understanding to IG as alternative in politics what aim the organization productive, fortification of capital territorial and search by the development. The territory of artifacts in cause in Ipirá features as one order organizational for analysis in studies and planning, serving as instrument in involvement collective, in insert social and possibility in rent. So, the artifacts in cause features as one possibility element able in generate development for municipal population, producers, artisan, businessman etc. At IGs, at the scope of Denominations in Origin an Indications in Origin win projection, promoting the territory and creating chance in insert of people at production, must honor you regulatorys parameters and the personal relaciones. Has sense in portray about the artifacts in cause that are produced in Ipirá, covering the contexts social, cultured, economic, politic an involvement with the nature, starting in your relations dialectical an dialogic in the field to relations geographic.

Keywords: Geographic Indication. Ipirá. Territory. Development. Know-cause.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	33
Figura 2	Cadeia produtiva do couro no mundo	70
Figura 3	Curtume no Distrito do Malhador – 2015	77
Figura 4	Serra da Caboronga – Ipirá – 2015	81
Figura 5	Produção de artefatos de couro em Ipirá – 2015	86
Figura 6	Feira livre da cidade de Ipirá/ Bahia	93
Figura 7	Praça comercial da cidade de Ipirá/ Bahia	93
Figura 8	Unidade de fabricação da Paquetá S.A – Ipirá/ Bahia	95
Figura 9	Unidade de fabricação – Paquetá S.A	96
Figura 10	Agências bancárias em Ipirá	98
Figura 11	Agências lotéricas em Ipirá	99
Figura 12	Serviços em Ipirá	99
Figura 13	Fabricação de sela de montaria - Distrito do Malhador	104
Figura 14	Distrito do Malhador - Ipirá/ Bahia	105
Figura 15	Unidade de manufatura de artefatos de couro - Distrito do Malhador	106
Figura 16	Curtume no Distrito do Malhador	107
Figura 17	Curtume tradicional no Distrito do Malhador	111
Figura 18	Lojas da fábrica em Ipirá/ Bahia	119
Figura 19	Lojas de artefatos de couro em Ipirá – BA-052	120
Figura 20	Planet Bolsas - loja da fábrica – Ipirá/ Bahia	121
Figura 21	Marketing das lojas de artefatos de couro em Ipirá	125
Figura 22	Miss Brasil desfila com bolsa da Classe Couro na África do Sul	126
Figura 23	Ipirá Couro Show – 2014	128
Figura 24	Centro cultural – Mercado de Artes de Ipirá	129
Figura 25	Sindical	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Território de Identidade Bacia do Jacuípe – População – 2015	30
Tabela 2	Estrutura fundiária – Ipirá, 1980	89
Tabela 3	Estrutura fundiária – Ipirá, 2006	90
Tabela 4	Distribuição setorial do Produto Interno Bruto – Ipirá	91
Tabela 5	Quantidade de funcionários das fábricas registradas – 2015	114
Tabela 6	Lojas da fábrica em Ipirá – 2015	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Território de Identidade Bacia do Jacuípe - Ipirá – 2015	31
Mapa 2	Município de Ipirá/ Bahia – 2015	32
Mapa 3	Concentração dos curtumes no Brasil – 2015	73
Mapa 4	Entrada de couro para produção de artefatos em Ipirá – 2015	78
Mapa 5	Fluxo migratório dos bandeirantes na Bahia no século XVII	80
Mapa 6	Centros de fabricação de artefatos de couro em Ipirá – 2015	108
Mapa 7	Comercialização dos artefatos de couro tradicional de Ipirá	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do Índice de Gini – Ipirá	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Indicações Geográficas registradas no Brasil – Janeiro/ 2016	63
Quadro 2	Rede de agentes territoriais dos artefatos de couro em Ipirá	133

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDI – Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ADPIC – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionado ao comércio

ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

BRIC's – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CF – Constituição Federal

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CUP – Convenção da União de Paris

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

DO – Denominação de Origem

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GRU – Guia de Recolhimento da União

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IG – Indicação Geográfica

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IN – Instrução Normativa

IP – Indicação de Procedência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OIV – Organização Internacional da Uva e do Vinho

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PSF – Posto de Saúde da Família

SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SINDICAL – Sindicato dos trabalhadores das indústrias de beneficiamento de couro, fabricação, produção, montagem e acabamento de artefatos de couro, calçados, carteiras, cintos, bolsas e afins no município de Ipirá/ Bahia

TCU – Tribunal de Contas da União

TRIPS – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Propert Rights

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	16
2	**CAMINHOS DA PESQUISA**	22
2.1	ASPECTOS TEÓRICOS	22
2.2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	28
2.3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
3	**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO**	35
3.1	DINÂMICA TERRITORIAL NA SOCIEDADE GLOBAL	36
3.2	CAPITAL TERRITORIAL: CAPACIDADES DO TERRITÓRIO	41
3.3	CAPACIDADE TERRITORIAL: OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO	43
3.4	PLANEJAMENTO: UMA FERRAMENTA POSSÍVEL À REALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	51
4	**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: MARCO LEGAL E INSTITUIÇÕES**	54
4.1	MODELOS DE PRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE PRODUZIR: O SENTIDO DAS IGs	54
4.2	IG: PLURALIDADE E FORTALECIMENTO DA POTENCIALIDADE PRODUTIVA	58
4.3	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: MARCO LEGAL E NORMATIZAÇÃO	60
4.4	PRINCIPÍOS LEGAIS DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	64
4.5	DESAFIOS E IMPACTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA IG	67
5	**PRODUÇÃO DO COURO NO MUNDO, NO BRASIL, NO ESTADO DA BAHIA E EM IPIRÁ**	69
5.1	PRODUÇÃO DO COURO NO MUNDO	69
5.2	PRODUÇÃO DE COURO NO BRASIL	71
5.3	PRODUÇÃO DE COURO NA BAHIA	74
5.4	PRODUÇÃO DE COURO EM IPIRÁ	76
6	**CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE IPIRÁ**	79
6.1	DA TRIBO PAIAIÁ AO SÉCULO XXI: A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO	79

DE IPIRÁ
6.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA: NATUREZA CONTRADITÓRIA E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ 87
6.3 SITUAÇÃO ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ 91
6.3.1 Feira livre de Ipirá 92
6.3.2 Produção dos artefatos de couro em Ipirá 94
6.3.3 Indústria de calçados Paquetá S.A 94
6.3.4 Atividades agropecuárias em Ipirá 97
6.3.5 Rede de serviços públicos em Ipirá 98
6.4 A PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ECONOMIA DE MUNICÍPIOS POBRES 101
7 A CADEIA PRODUTIVA DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ 103
7.1 A ARTE CENTENÁRIA DE TRABALHAR O COURO EM IPIRÁ 104
7.2 AS UNIDADES REGISTRADAS DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ 112
7.2.1 Empresas registradas: dados numéricos 114
7.2.2 Empresas registradas: aquisição da matéria-prima, fabricação, originalidade e comercialização 115
7.2.3 Rede de serviços associados a cadeia produtiva do couro em Ipirá 117
7.3 AS LOJAS DE ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ 117
7.4 O MARKETING TERRITORIAL DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ 122
7.4.1 Promoção territorial: estratégia de inserção econômica da produção dos artefatos de couro em Ipirá 123
7.4.2 Empresas registradas: marketing individual 124
7.4.3 Ipirá Couro Show: estratégia coletiva para consolidação do marketing territorial 127
7.5 A ATUAÇÃO DO SINDICATO NA CADEIA PRODUTIVA DO COURO EM IPIRÁ 130
7.6 A REDE DE AGENTES NA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ 132
7.6.1 Agentes estruturantes da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá 134
7.6.2 Agentes financeiros que atuam na cadeia produtiva dos artefatos de couro 136

em Ipirá
8 CONCLUSÕES 138
REFERÊNCIAS 143

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar, compreender e explicar a possibilidade de solicitar o registro de uma indicação geográfica (IG) dos artefatos de couro produzidos em Ipirá/ Ba, devido, sobretudo, à associação da produção de artefatos em couro a este território ao longo do processo histórico, ao saber-fazer inserido em suas diversas etapas, que resultam em características particulares que a diferenciam da produção de outros territórios. Tem sentido de proteger a produção para que estes artefatos em couro não sejam falsificados ou reproduzidos, respeitando os modos de produzir e garantindo aos produtores autonomia e autenticidade, conforme o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC) estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Entende-se que a qualidade dos produtos territoriais relaciona-se à organização social dada ao longo dos tempos, aos laços culturais e as condicionantes ambientais. Contudo, incluem os fatores produtivos na realização das etapas de produção e a dedicação incondicional dos produtores. Assim, reforça o sentido da IG como uma distinção possível de identificar as particularidades dos produtos de diferentes territórios, lugares, regiões, onde os empresários e artesãos buscam valorizar as singularidades dos territórios e sua organização produtiva.

O levantamento da potencialidade territorial tem como intuito compreender o atual estágio de estruturação e dinâmica da organização produtiva dos artefatos de couro em Ipirá, dando visibilidade à produção industrial e artesanal, que no seu processo produtivo se diferencia dos produtos similares no intuito de alavancar o processo de construção de uma economia territorial fortalecida.

O fenômeno da produção dos artefatos de couro em Ipirá possui uma contextualização histórica que para sua realização efetiva são consideradas as influências dos elementos naturais (clima, vegetação, localização etc.), bem como sua estrutura organizacional (leis, decisões, políticas públicas, estratégias coletivas e individuais, tradição etc.), ganhando importância, dimensão e densidade. A partir das ideias do Acordo TRIPS (2003), entende-se que a proposta da IG tem como sentido a proteção do território, garantindo autonomia intelectual aos agentes produtivos, diferenciação de mercado, agregação de valor aos produtos e busca pela superação das dificuldades territoriais.

A produção dos artefatos de couro em Ipirá pode ocorre em um recorte espacial delimitado pelas relações de poder em diferentes densidades de forças, onde se realizam as manifestações de um povo através das atividades produtivas, da cultura, do fluxo de capital e de influências políticas.

No período que a globalização da economia ganha impulso e a possibilidade de comercialização e consumo acontecem em diferentes escalas, sente-se a necessidade de valorização dos produtos territoriais, assim, destaca-se o reconhecimento da produção através da IG, símbolo distintivo que indica qualidade, reputação ou outras características subjacentes ao território produtor.

No Brasil, as IGs inserem-se no campo de atribuições do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), organismo o qual compete executar as normas que regulam a Propriedade Industrial. A base legal está na Lei nº 9.279/ 1996 (BRASIL, 1996), que regula direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial (PI) e trata nos art. 176-182 especificamente das IGs. Conforme o INPI (2015), a Instrução Normativa (IN) Nº 25/ 2013, estabelece as condições para o registro das IGs no Brasil, definindo as modalidades de Indicação de Procedência (IP) e Denominações de Origem (DO).

De acordo o INPI (2015) a IG é o selo distintivo que serve para designar produto ou serviço que tem origem em um determinado local, região ou país, quando determinada reputação, característica ou qualidade possa lhe ser vinculada essencialmente a sua origem geográfica. Conforme TRIPS (2003), essa lei que normatiza as IGs no Brasil é resultado das decisões estabelecidas no âmbito da Rodada do Uruguai que tratou das discussões sobre a propriedade intelectual, concluída em 1994, a partir de então os temas foram inseridos nos debates da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual define as IGs nas discussões do TRIPS.

A proposta de aproveitamento do capital territorial que caracteriza a possibilidade de uma IG dos artefatos de couro em Ipirá leva em consideração as capacidades do território, as etapas do planejamento, entendendo como algo passível de contribuir na estruturação do associativismo, no incentivo a geração de emprego e renda, na melhoria das condições de trabalho, na facilidade de créditos, na busca pela eficiência produtiva e divulgação dos produtos e produtores etc. Tem-se como outro pilar de sustentação o sentimento de pertencimento por parte do produtor, realizando-se nas condições materiais e imateriais, sobretudo na valorização cultural.

Para Leader (1999, p.19), “O capital territorial representa o conjunto dos elementos de que dispõe o território ao nível material e imaterial e que podem constituir, nalguns aspectos,

vantagens e, noutros, desvantagens". Neste sentido, o documento enfatiza que o capital territorial remete para aquilo que constitui a riqueza do território (atividades, paisagens, patrimônio, saber-fazer etc.) na perspectiva não de um inventário numérico, mas da procura das especificidades para sua valorização.

A produção dos artefatos de couro em Ipirá constitui o principal capital territorial na sustentação econômica do município. A partir deste capital entende-se que se possa estabelecer políticas públicas na busca de melhoria das condições de vida da população.

Conforme informação de campo estima-se que, incluindo a sede municipal de Ipirá, o Distrito do Malhador e os povoados de Rio do Peixe e Umburanas, entre as unidades de produção registradas e não registradas que trabalham com artefatos em couro são cerca de 150 pequenas e médias empresas. Os artefatos de couro produzidos em Ipirá são comercializados em várias partes do Brasil e encontra-se em diferentes estágios de desenvolvimento e nível técnico, havendo necessidade de melhor organização coletiva para fortalecimento do setor produtivo e agregação de valor às mercadorias.

Identifica-se tanto na cidade de Ipirá como no Distrito de Malhador e nos povoados de Rio do Peixe e Umburanas inúmeros núcleos de produção de artefatos de couro, quase na totalidade de origem familiar, variando a densidade técnica na forma de produzir, bem como na quantidade de funcionários (entre 2 e 230 funcionários por unidade de produção). No setor produtivo de artefatos em couro o município conta com empresas de pequeno e médio porte.

A possibilidade do desenvolvimento local a partir do aproveitamento das capacidades do território deve ser envolvida por um trabalho de planejamento, ordenamento e gestão. Segundo Caldas (2014, p.5), "As indicações geográficas vinculam-se às regiões especializadas na produção e elaboração de determinados produtos, os quais apresentam características semelhantes, seja na forma de fazê-los, produzi-los, coletá-los e armazená-los".

Para Caldas (2014) a solicitação do registro da IG acontece no plano da propriedade intelectual, na inserção mercadológica, enfrentamento e superação das contradições, inerentes aos territórios. A promoção de territórios produtores deve ser dada trazendo no campo de sua formação não apenas a realização econômica das empresas, contudo, todas as realizações objetivas, subjetivas, representativas, simbólicas, material e imaterial, caracterizado pelo projeto de sociedade que tenha os produtores, artesãos e comerciantes como protagonistas da realização da renda territorial.

O território dos artefatos de couro em Ipirá/ Ba, incluindo as pessoas e as mercadorias, apresenta-se como um arranjo organizativo possível para análise de estudos e planejamento, servindo como instrumento de envolvimento coletivo, de inserção social e possibilidade de

riqueza. Assim, os artefatos em couro reconhecidos regionalmente como o principal produto territorial apresentam-se como um possível elemento capaz de gerar desenvolvimento para a população municipal, produtores, artesãos, empresários etc., além de criar um senso de pertencimento cultural para os moradores.

A escolha deste tema e deste recorte espacial ganha relevância devido o couro e os artefatos de couro serem importantes fontes de rendimentos para centenas de famílias que direta ou indiretamente estão conectados a este setor produtivo no município de Ipirá. Alinham-se as iniciativas territoriais em conexão com as escalas globais, buscando levantar as reais possibilidades de desenvolvimento humano, bem como enfrentando os problemas sociais, ambientais e políticos que dificultam a afirmação da produção.

Busca-se conhecer as funcionalidades produtivas, as especificidades materiais, imateriais e os elementos representativos que dão significado à construção do território. Desta maneira o estudo pode servir como instrumento de reflexão e planejamento na perspectiva da gestão territorial, trazendo na discussão a necessidade de conhecer o processo histórico da produção dos artefatos de couro em Ipirá, seu atual estágio de organização, seus anseios, o conhecimento sobre sua própria realidade, para assim utilizar racionalmente as suas potencialidades e construir políticas públicas de valorização social com intuito de se firmar no futuro.

O trabalho ganha sentido principalmente devido a atividade dos artefatos de couro representar uma tradição no município de Ipirá desde o século XVIII. Os saberes são passados dos pais para os filhos. Esperar apenas a proposição, atuação e participação direta dos instrumentos governamentais na definição das políticas públicas dificulta o andamento das necessidades sociais, recaindo sobre a importância da organização coletiva, de suma importância à formação das políticas de inclusão social.

No clareamento dos conhecimentos e informações acredita-se que para enfrentar a pobreza precisa-se que os agentes sociais enfatizem os problemas causadores de desigualdades socioespaciais para poder superar a atual condição de pobreza. Evidencia-se que a elevação do padrão de vida, a emancipação da população, a superação de problemas sociais, somente são possíveis buscando enfrentar a realidade desigual, contraditória a partir da sua realidade material, dialogando de maneira coletiva com todos os agentes sociais dispostos, implicando na superação do conservadorismo na intenção da governança territorial.

A partir destas considerações foram elaboradas questões norteadoras que busco responder ao longo do trabalho:

- Em que medida as IGs podem contribuir para o fortalecimento das atividades produtivas dos artefatos de couro em Ipirá?
- Pode uma IG ser um mecanismo de conhecimento das realidades territoriais, contribuindo para o direcionamento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas?

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é descrever e analisar as condições de produção dos artefatos de couro em Ipirá buscando compreender os elementos que possibilitem o entendimento de uma IG como alternativa de políticas que visem a organização produtiva, fortalecimento do capital territorial e busca pelo desenvolvimento.

A partir da centralidade do objetivo geral foram elaborados os objetivos específicos para o desenvolvimento da pesquisa:

- Caracterizar a dinâmica produtiva territorial, identificando as particularidades e singularidades nas diferentes etapas de produção dos artefatos de couro em Ipirá/ Ba.
- Levantar informações geográficas, históricas e culturais das atividades do couro no município de Ipirá/ Ba, identificando as especificidades materiais e imateriais.
- Avaliar as condições de mercado e as possibilidades de sustentabilidade do capital territorial de Ipirá.
- Observar a organização da produção, as condições de trabalho e se existe o potencial de IG.
- Identificar e analisar a rede de agentes que influenciam na produção dos artefatos de couro em Ipirá.

Evidencia-se que o desenvolvimento deste trabalho traz nas suas considerações o debate acerca do fortalecimento territorial em suas dimensões escalares e abordagens. Visualiza-se como necessário entender a tendência dos países em adotar o sistema de certificação de produtos e serviços a partir da IG como diferencial de mercado.

Seguindo Dallabrida (2015), busca-se acrescentar na discussão o melhoramento da qualidade de vida dos produtores e funcionários (condições de trabalho, garantia de direitos trabalhistas etc.), o fortalecimento da sociedade civil, a prática da democracia participativa e representativa, o exercício pleno da cidadania. Neste sentido é preciso alterar as intencionalidades das forças políticas para beneficiar aqueles agentes sociais que carregam o peso de nunca terem sido assistidos.

A dissertação está estruturada em sete (7) capítulos: 1. Introdução, que trata de apresentar a dissertação, caracterizando os objetivos da pesquisa. 2. Caminhos da Pesquisa, mostrando os aspectos teórico-metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. 3. Território e desenvolvimento no contexto da produção na globalização - retrata a importância da formação territorial na definição das relações de poder, bem como o recorte estudado. 4. Indicações Geográficas: marco legal e normatização - versa sobre a contextualização das IGs no Brasil e no mundo, mostrando sua importância para estruturação das organizações produtivas 5. Produção de couro nas escalas internacional, nacional, no estado da Bahia e em Ipirá – revela como se estrutura e divide a produção de couro na diferentes escalas, sendo o couro a matéria-prima base para produção dos artefatos em destaque. 6. Caracterização econômica, social e ambiental do município de Ipirá – faz um relato sobre a situação do município a partir dos aspectos abordados. 7. A cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá – destacado como o levantamento das informações de campo, e por fim, 8. As conclusões – que através da análise conjuntural esboça uma visão geral sobre a possibilidade de requerer o registro de IG para os artefatos de couro produzidos em Ipirá.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

O capítulo trata da discussão teórico-conceitual abordada na realização da pesquisa acerca do potencial da IG da produção dos artefatos de couro em Ipirá. Refere-se a contribuições importantes acerca da formação territorial e suas variáveis de análise. Entende-se que, abordar a possibilidade de uma IG como certificação de produtos e também como alternativa de desenvolvimento territorial pode ser uma estratégia de enfrentamento político na perspectiva da apropriação dos bens e recursos na produção capitalista do espaço.

O reconhecimento das especificidades produtivas é dado como algo notório e com reputação de produtos com qualidade, dotado de particularidades e singularidades nas etapas de produção que conferem o sentido da IG dos artefatos de couro em Ipirá. Toma como discussão a utilização das inovações técnicas, tecnológicas e científicas, como possíveis de interferir positivamente no aperfeiçoamento intelectual da produção e superação dos problemas ambientais, de saúde humana, de relação de trabalho etc.

Os aspectos metodológicos abordam como transcorreu o desenvolvimento do trabalho, identificando e justificando a opção pelo método de pesquisa. A metodologia relata o cronograma de realização e a maneira como foi elaborada cada etapa do trabalho. Por fim, a caracterização da área de estudo busca situar e contextualizar a pesquisa no espaço e tempo, identificando a realidade no âmbito territorial e municipal.

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS

O levantamento da possibilidade da IG dos artefatos de couro produzidos em Ipirá pauta as demandas e necessidades dos agentes sociais envolvidos nas diferentes etapas de produção e comercialização. Acredita-se que uma IG apresenta-se como uma importante ferramenta para a valorização do produto de procedência, diferenciando dos similares no mercado.

Compreende-se que um produto não deve se destacar apenas por apresentar eficácia na produção, afinal, a identidade das pessoas com o produto, a satisfação de pertencimento e a necessidade de se sustentar no território através de suas capacidades cria um vínculo fundamental na busca pelo atendimento aos requisitos de registro de uma IG.

Para Haesbaert (2004) no esboço de uma visão integradora do território, analisar a possibilidade de desenvolvimento no âmbito das abordagens territoriais não se nega compreender as relações econômicas, políticas e culturais dos indivíduos.

No entendimento de Lefebvre (1983) os territórios possuem suas particularidades - resultado de um par dialético de oposição a ideia de universalidade - e resultam de diferentes ações. Para Santos (2006), cada território possui uma combinação de elementos naturais e sociais que agem em conjunto. Eles estão em constante processo de mudança e podem alterar a escala a qualquer momento, como também sua rede de abrangência. Essas alterações podem ocorrer de acordo às relações que se estabelecem entre os agentes econômicos (produtores, mercado consumidor, fornecedores de matéria-prima, situação econômica do país etc.), na utilização dos recursos ambientais, na apropriação da cultura e do território como ferramenta de *marketing*, no contexto político etc.

De acordo Lefebvre (1983) a separação do que é universal e singular é mediada através da busca da compreensão das particularidades. Singular é o que é único, é o produto final, o concreto, após todas as suas etapas realizadas. O universal existe através do ser particular, logo, o que é singular não pode ser designado e nem explicado por si só. A conexão entre o singular e o universal se manifesta através de uma conexão dialética. As particularidades são os elementos que justificam a singularidade e diferenciam do que é universal.

A investigação das relações objetivas e subjetivas da produção dos artefatos de couro em Ipirá permite compreender a possibilidade da IG no âmbito da preservação das particularidades dos produtos. Segundo Lefebvre (1983), para descobrir as leis particulares será necessário investigar as realidades particulares, sua essência, seu conceito, suas relações, através da experiência, do contato com o conteúdo.

Seguindo o pensamento de Harvey (2005), a população deve se beneficiar mais do capital simbólico, bem como conservar as particulares das mercadorias a fim de garantir a continuidade da produção para venda no mercado econômico global. Para Harvey (2005, p. 221), “[...] embora a singularidade e as particularidades sejam cruciais para a definição de qualidades especiais, o requisito relativo a negociabilidade significa que item algum pode ser tão único ou tão especial que não possa ser calculado monetariamente”.

Dallabrida (2012) entende que a partir da organização das especificidades territoriais utiliza-se a possibilidade da IG para certificação de processos de desenvolvimento abrindo-se para a realização de atividades internas. As perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos

originais de emergência de recursos. As IGs constituem novas estratégias para o desenvolvimento da organização da produção.

Segundo Nierdele (2010), para além da qualidade, os produtos ou serviços ganham notoriedade devido a construção simbólica de valor representativo, dado nas suas etapas de produção, nos seus modos específicos de produzir.

> [...] a qualidade deixa de ser discutida como algo unicamente intrínseco ao bem, para ser associada às múltiplas e variadas formas das quais pode proporcionar valor aos consumidores, isto é, atender diferentes aspirações de consumo: sociais, econômicos, culturais, hedônicas ou de distinção (NIERDELE, 2010, p.24).

É neste sentido que para Dallabrida (2014) as IGs podem ser caracterizadas como instituições regidas por um sistema de regras formais e informais para potencializar a ação dos atores no território, catalisando inovações organizacionais e técnicas que reduzem as assimetrias de informações existentes entre produtores e consumidores, desaprovando comportamentos oportunistas.

Para Guzzati (2014) o consumidor que procura um produto com ancoragem local está disposto a pagar por amenidades territoriais, ambientais e/ou sociais. O consumidor procura uma especificidade a partir da combinação dos elementos do território considerado, não apenas o produto final. A partir das especificidades produtivas atuais ganham notoriedade a ancoragem na realização do produto final da produção de artefatos de couro, tais como: carteiras, cintos, bolsas etc.

Conforme Santos (2003), na atualidade a ideia de fronteira tem sido rompida pelas conexões em redes de cooperação social e econômica. Os produtos que antes eram dados numa produção e comercialização territorial podem estar associados à produção global, dinamizando a economia. "[...] modelos de consumo muito mais rapidamente difundíveis, também contribuem efetivamente para a penetração do capital e trazem os mesmos resultados, porque carregam em seu bojo os novos modelos de produção" (SANTOS, 2003, p. 16).

A partir do entendimento de Dias; Silveira (2007) compreende-se que as redes são organizadas de maneira solidária, haja vista que as comunicações contribuem para as empresas estabelecerem canais de compra de matéria-prima, vendas de mercadorias, pesquisas de inovação, definição de novos mercados, criação de novas estratégias concorrenciais etc. As redes surgem como pontos de contato que rompem as barreiras físicas tidas como fronteiras, fazendo com que os produtos possam ser beneficiados e distribuídos por diferentes lugares em diferentes escalas de consumo.

Na visão de Dias; Silveira (2007), nesse novo dinamismo econômico global as redes possibilitam interações entre os diferentes agentes sociais envolvidos numa articulação que pode ser local-regional-nacional-global. Os fluxos de mercadorias - bens materiais e serviços imateriais – atravessam os territórios soberanos devido à especialização produtiva. Compreende-se que, as comunicações, os transportes e as diferentes relações que promovem as mudanças territoriais produzem um efeito tanto técnico quanto social.

A produção dos artefatos de couro em Ipirá pode contribuir para a realização das necessidades sociais, ou seja, a busca pelo desenvolvimento das pessoas. Dessa forma, as estratégias de incentivo a organização da produção deve levar em consideração as particularidades, indicando caminhos a concretizar-se dentro de um recorte escalar. "[...] os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, ali mesmo onde estão, novas características" (SANTOS, 2006, p.146).

Para Santos (2006) a apropriação das técnicas é responsável pelas transformações do meio. A inovação técnica altera o caráter produtivo, fazendo com que a produção se adapte as exigências do consumidor que deseja um produto diferenciado.

O fortalecimento das relações empresariais dinamiza e cria necessidade de inovação, geram divisas e investimentos privados, portanto pode-se afirmar que os artefatos de couro em Ipirá encontram dificuldades de autogestão, sobretudo por ainda não possuir uma estruturação capaz de garantir a continuidade produtiva, necessitando de políticas públicas contínuas e iniciativas de associativismo na tentativa de enfrentar os desafios. Os investimentos ocorrem em sua maior participação na injeção de capital através da iniciativa dos produtores que visualiza no setor coureiro uma importante fonte de lucro.

De acordo com Saquet (2013, p. 169), "[...] em virtude de inovações técnicas, tecnológicas e científicas, configuram-se novas territorialidades, identidades, conflitos". Compreende-se que os elementos materiais e imateriais servem de suporte ao desenvolvimento da vida e das relações socioterritoriais. Assim, os territórios sofrem mudanças, e precisam-se conhecer os modos de vida da população, valorizando a cultura como algo dinâmico e o saber-fazer como o sustentáculo produtivo.

No entendimento de Dias; Silveira (2007) as modificações técnicas interferem nas articulações e aperfeiçoamento da produção, haja vista o incremento de novas tecnologias, difusão do marketing, dinâmica de comercialização e consumo. A rede técnica aparece como capaz de criar novas condições sociais e de estruturar os territórios.

Para Santos (2006) a instalação dos objetos obedece a uma lógica de alienação relacionada ao consumo. Desse jeito, para a intencionalidade ser mercantil, frequentemente

precisa ser simbólica. Neste sentido há a necessidade de ir além das funções territoriais, ampliando sua escala de atuação mercadológica. “As regras a que se submetem as empresas em seu funcionamento são destoadas a regular seus processos produtivos, a circulação dos resultados, o processo contábil, mas também a planificação e a previsão de todas essas etapas” (SANTOS, 2006, p.153).

A compreensão e o desenvolvimento das relações da produção dos artefatos de couro em Ipirá não se constituem como uma soma das partes que resultam nos produtos acabados. De acordo o pensamento de Santos (2006), o resultado do processo produtivo é dado a partir do entendimento da força do conjunto das ações dos agentes sociais no território nas diferentes escalas de atuação, considerando o tempo, presente nas técnicas. O reconhecimento de uma IG somente é possível obedecendo a um conjunto de normas e regras, compreendendo que a sociedade inova, trazendo no seu corpo a mudança das funções qualitativas e quantitativas.

Para Claval (1999) as representações subjetivas são expressas nas relações identitárias e simbólicas, sendo a cultura um fator de diferenciação social. No seio da geografia cultural buscam-se estudar a materialidade e a construção subjetiva do espaço através das ações dos grupos humanos, as suas ferramentas e suas maneiras de realizar o trabalho.

De acordo com Claval (1999) a cultura passa a representar um foro privilegiado, ganhando autonomia, cristalizada no conceito de representação. Trata-se da humanização das paisagens, captando as ideias simbólicas e psicológicas que orientam as ações humanas.

Segundo Santos e Silveira (2001) os produtos encontram uma identificação com o território de origem em suas dimensões socioprodutivas, geoambientais, históricas e culturais. Para Santos e Silveira (2001, p. 135) "[...] a especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império do lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção".

> Na perspectiva territorial, para além da dimensão política, as relações econômicas, naturais e culturais, estão ligadas como as pessoas apropriam-se do espaço, organiza e dá significado. Em cada território podem surgir diversos sentidos de domínios e meios de identificação, visto assim, o território é compreendido como extensão apropriada e usada, sinônimo de espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.135).

Em todo processo produtivo do couro e dos artefatos de couro em Ipirá há uma base cultural de representação simbólica, revelando traços de identidade com um território específico. Os procedimentos e relações econômicas não transpõem a historicidade cultural,

contudo são dados pela produção e comercialização, regulados pela dinâmica do mercado e exigências do consumidor.

Considerando a dupla conotação (material e imaterial), o território entendido como instrumento de planejamento sustenta-se na proposta de Haesbaert (2004), onde assume caráter político, cultural, econômico e natural. Dessa forma, na aplicação conceitual e prática, a compreensão das variáveis do território é abordada de maneira relacional, totalizante e integradora, "[...] assumindo suas características numa realidade em movimento" (LEFEBVRE, 1983, p.214).

Realidade em movimento que, de acordo com Lefebvre (1983), a razão dialética supera os dois aspectos do problema do conhecimento: por um lado, a experiência, o sensível, o imediato; por outro, a abstração, a forma, o raciocínio, sendo que a separação destes aspectos dificulta na construção do conhecimento.

Para adotar a governança territorial como estratégia de desenvolvimento e mudança social evidencia-se as expectativas dos agentes sociais, onde a organização coletiva, as políticas públicas, as instituições, as empresas, devem ser norteadas pelo pensamento constituído pelos grupos territoriais.

Analisando a dinâmica territorial e a transformação territorial, Verdi e Pires (2008) colocam que a ideia do crescimento localizado e dependente de fatores próprios está na origem de numerosas contribuições empíricas que trazem novas luzes ao mecanismo de crescimento.

Os desafios na organização da produção dos artefatos de couro em Ipirá giram em torno da integração de uma prática de governança territorial. Para Dallabrida (2015) a governança territorial está associada à tomada de decisão, haja vista a articulação de atores sociais, econômicos e institucionais. As práticas de governança territorial devem ser contextualizadas a partir das dimensões de ação e de poder prevalecentes.

> A governança territorial relaciona-se com contextos institucionais e organizacionais caracterizados pelo envolvimento de entidades públicas e privadas, quer das ações de governo (instância estatal), quer da governança empresarial (instância empresarial). Por outro lado, os processos de governança territorial situam-se territorialmente, mesmo que os seus atores estabeleçam conexões com outras escalas espaciais (componente multiescalar da governança) (DALLABRIDA, 2015, p. 308).

Ao abordar discussões, propostas e/ou temáticas associadas a governança territorial devem-se trazer para as considerações todas as possibilidades de realização (cultural,

econômica, política, natureza), bem como apontar as contradições possíveis na produção capitalista do espaço.

A efetivação das políticas de governança territorial pode servir de instrumento de superação das contradições inerentes aos territórios. O enfrentamento das abordagens tradicionais traz a questão da possibilidade de melhoria na gestão dos territórios, sendo reconhecidos e incentivados na implantação de políticas públicas que fortaleçam os grupos territoriais. Tal ação deixa clara a possibilidade de resultado positivo na superação das contradições, elevando o potencial das sociedades historicamente constituídas.

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Utiliza-se como proposta metodológica alinhar a perspectiva teórica ao método dialético numa abordagem a partir do estudo da produção dos artefatos de couro no município de Ipirá. Busca-se fundamentar uma discussão atrelada à geografia crítica, claro, sempre que necessário fazendo uso do método teorético-quantitativo, que darão suporte na concretização dos objetivos da pesquisa.

> [...] é importante antes de tudo ver o trabalho, as técnicas, as forças produtivas nas relações sociais de produção, isto é, no interior de uma formação econômico-social na qual todos os elementos: natureza, trabalho, classes sociais, Estado, relações jurídicas, mercado etc., integra-se numa dialética que anula a diferença real, levando em consideração a desigual relação de produção (QUAINI, 1979, p.75).

Dessa maneira, no entendimento de Caldas (2014) as IGs trazem suas contribuições ao desenvolvimento territorial, porém implica considerações acerca da manutenção, apropriação e uso do território enquanto recurso que deve ser assegurado para os indivíduos que o compõe.

Utiliza-se uma metodologia que direciona o estudo através da qualidade dos dados (sociedade, território, cultura, desenvolvimento, ambiente, trabalho) e da quantidade (indicadores econômicos, produtividade, educação, analfabetismo).

Para a elaboração deste trabalho inicialmente foi levantado o questionamento quanto a possibilidade de solicitação de registro de uma IG dos artefatos de couro em Ipirá, município localizado no estado na Bahia, especificamente no semiárido baiano. O conhecimento prévio da realidade do município inspirou o desenvolvimento da pesquisa, dando maior densidade ao

desenvolvimento da proposta, que evidencia as potencialidades territoriais na busca por pensar políticas com foco no desenvolvimento social e econômico, na inclusão das pessoas, no incentivo às ideias associativistas, na geração de emprego e renda, entendendo que incide na questão da apropriação das relações capitalistas.

Compreende-se que os agentes produtores do território desenvolvem relações contraditórias na relação com o ambiente, na qualidade do emprego e saúde etc. Problemas estes passíveis de serem superados, devendo serem entendidos na sua totalidade.

A proposta metodológica fundamenta-se na análise da pesquisa bibliográfica (validada no conhecimento das realidades vivenciadas), nos relatos e observações de campo: nas visitas às empresas, nas reuniões setoriais sobre artefatos de couro, nas visitas ao sindicato, nas pesquisas coletadas, na realização das entrevistas e na confrontação das informações, bem como nos prévios conhecimentos empíricos. A pesquisa documental é utilizada ao longo da pesquisa, haja vista a necessidade da sua compreensão no espaço e tempo.

A coleta de dados específicos da produção e trabalho com o couro e seus derivados somente foi possível a partir da aproximação com o Sindicato dos trabalhadores das indústrias de beneficiamento de couros, fabricação, produção, montagem e acabamento de artefatos de couro, calçados, carteiras, cintos, bolsas e afins no município de Ipirá/ Bahia (Sindical), sindicato que regulamenta as empresas registradas na cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá.

O envolvimento direto com produtores, comerciantes, ex-representantes de associações, representantes políticos, agentes culturais, agentes econômicos, sindicato, busca compreender as relações internas, a importância desta atividade produtiva, o atual nível de organização da produção, podendo vivenciar e perceber a realidade através das experiências do dia-a-dia. A participação em duas edições da feira de couro (Ipirá Couro Show) em 2013 e 2014 pôde proporcionar um contato importante aos visitantes (turistas e estudantes) e público em geral, expressando o sentimento dos grupos sociais envolvidos, aproveitando-se de suas relações econômicas, culturais, sociais e preocupações ambientais.

Como instrumento de organização e sistematização da pesquisa foi usado um cronograma para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa. Este cronograma seguiu uma metodologia de busca, pesquisa e aprofundamento acerca das temáticas abordadas através da análise dos documentos (livros, artigos, dissertações, teses, matérias jornalísticas etc.).

Após a coleta inicial das informações tornou-se necessária a confrontação dos estudos teóricos e a retomada do trabalho de campo. Buscou-se analisar a relação dos agentes territoriais e a influência das políticas públicas. A segunda fase do trabalho de campo teve

como intuito caracterizar o atual estágio de organização, produção, comercialização dos artefatos em couro, bem como identificar a rede de agentes territoriais (poder público local, sindicatos, associações, cooperativas, comerciantes, produtores etc.) buscando fortalecer e compreender o sentido da solicitação da IG.

A realização das entrevistas com produtores, comerciantes, representantes de associações e sindicatos, organizações, agentes políticos (prefeito, vereadores), representantes de instituições públicas e privadas (agências bancárias), serviram de suporte para a concretização dos objetivos da pesquisa, alargando a compreensão inicial e dando dinensão ao trabalho de campo.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

De acordo com os critérios de regionalização em Territórios de Identidade, adotado pelo Governo do estado da Bahia a partir do ano 2007, o município de Ipirá está localizado no Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

Tabela 1 - Território de Identidade Bacia do Jacuípe – População - 2015

Município	Quantidade de habitants
Ipirá	62.095
Riachão do Jacuípe	35.403
Baixa Grande	21.197
Mairi	20.097
Serra Preta	15.351
Varzea da Roça	14.729
Pé de Serra	14.471
Capela do Alto Alegre	12.118
Pintadas	10.742
São José do Jacuípe	11.061
Quixabeira	10.033
Várzea do Poço	9.416
Nova Fátima	8.125
Gavião	4.712
Total de habitantes	**249.550**

Fonte: IBGE, 2010.
Elaboração: Souza, W.C, 2015.

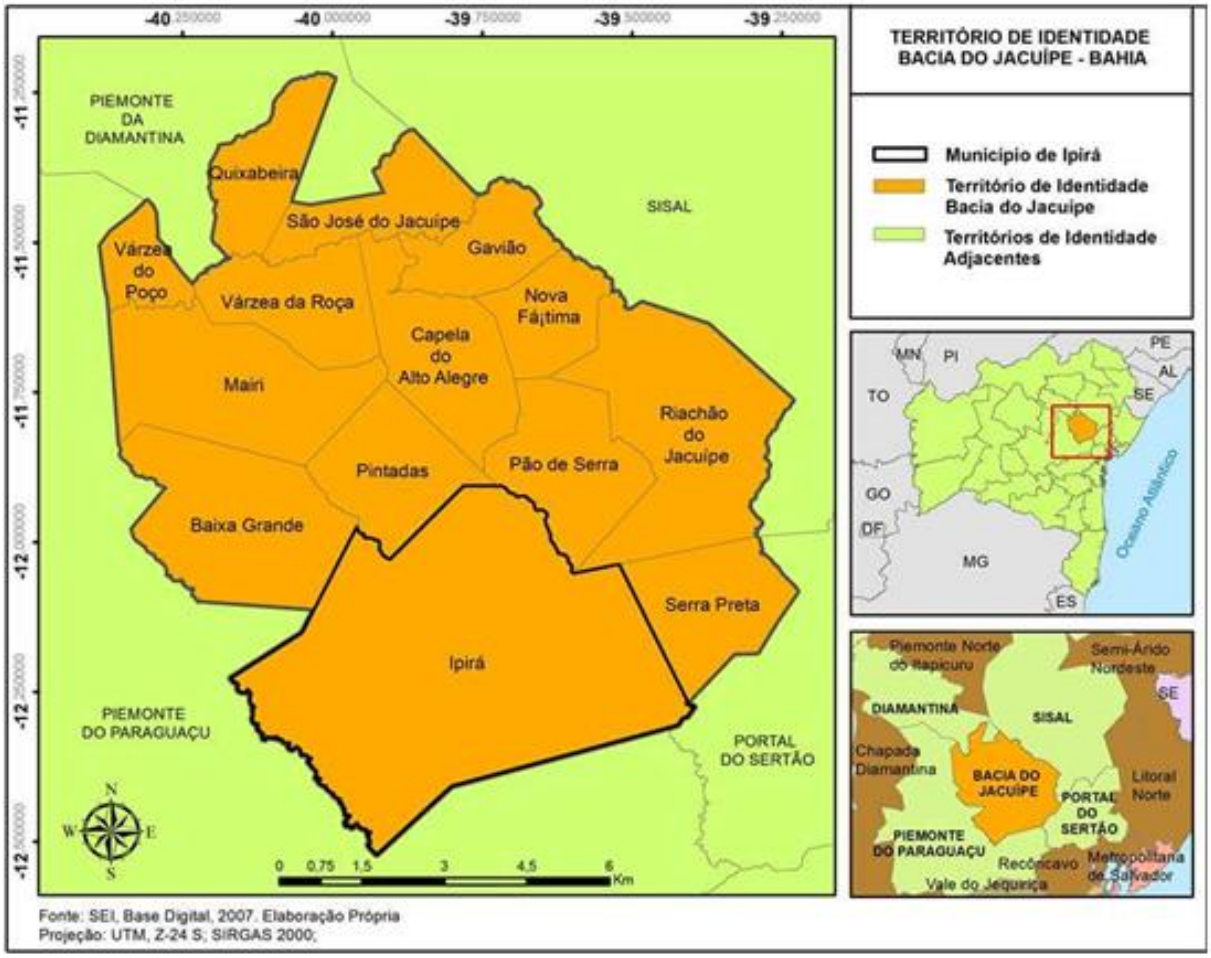
O município de Ipirá possui posição estratégica no contexto do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, haja vista sua relação com os municípios vizinhos. Dentre os municípios do território, configura-se como o que conflui a maioria dos produtos industriais,

comerciais e de serviços, abarcando grande parte da economia regional. O território possui quatorze (14) municípios e a população distribui-se de acordo com as informações na tabela 1.

Considerando o contexto dos municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, identifica-se Ipirá como o maior em área, quantidade de população, abarcando a maioria das relações econômicas, rede de serviços úteis à população regional. Tais informações não significam que o município apresente uma realidade social, econômica e política satisfatória aos interesses das pessoas.

Segundo o IBGE (2015), o município de Ipirá possui uma superfície de 3.060 Km², sendo o maior município em extensão de área no Território de Identidade Bacia do Jacuípe. O município de Ipirá representa o maior em influência regional, em área espacial e quantidade de população do território Bacia do Jacuípe. Os dados de população informados na tabela 1 referem-se ao recenseamento populacional realizado no censo demográfico no ano de 2010.

Mapa 1- Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe - Ipirá - 2015

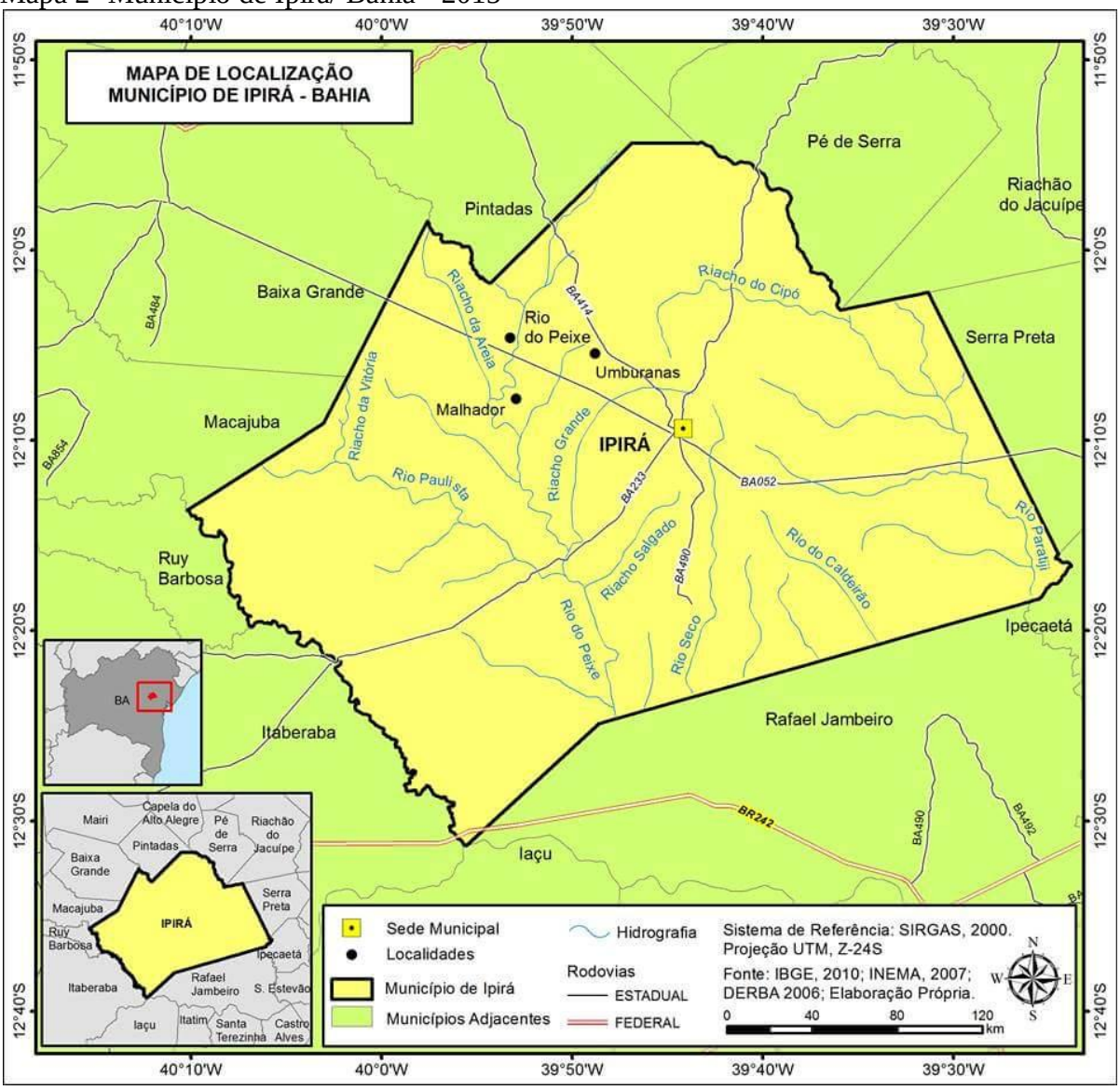


Fonte: SEI, 2007.
Elaboração: Souza, W.C, 2015.

De acordo o Relatório de Estação Geodésica (IBGE, 2015) Ipirá situa-se na Latitude 12° 09’ 04’’S e Longitude 39° 44’ 22’’W, com altitude geométrica de 317 m, utilizando o SIRGAS 2000 como Datum de referência. O marco está localizado na sede da Fundação Antonio Almeida e Silva (FUNDAL).

Num plano de articulação regional, levando em consideração as orientações espaciais e limites municipais, o mapa 2 informa que o município de Ipirá limita-se com Pintadas e Pé de Serra a Norte; Iaçu a Sul; Serra Preta a Leste; Rui Barbosa a Oeste; Riachão do Jacuípe a Nordeste; Rafael Jambeiro a Sudeste; Itaberaba a Sudoeste; Baixa Grande a Noroeste.

Mapa 2- Município de Ipirá/ Bahia - 2015

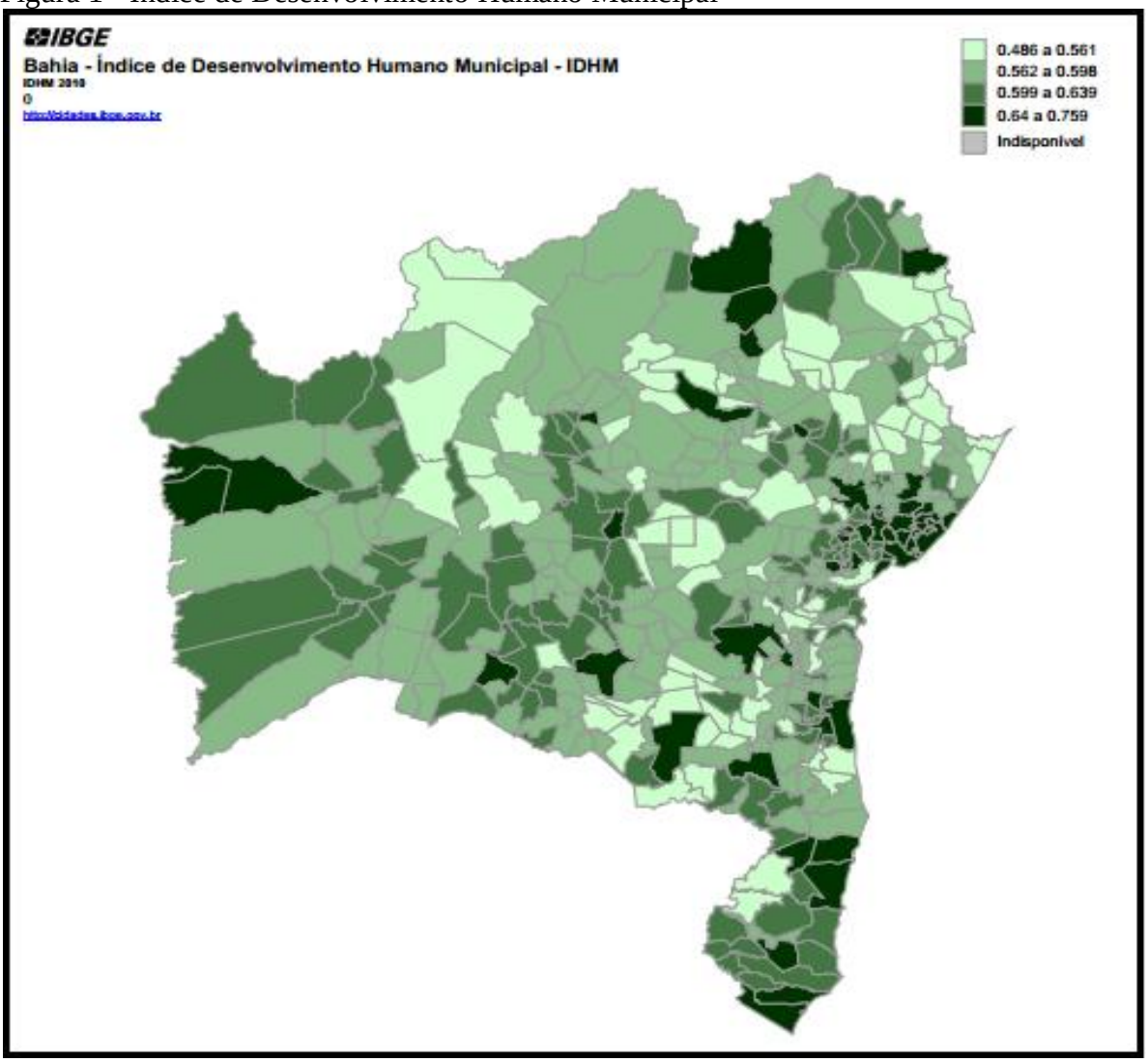


Fonte: IBGE, 2013.
Elaboração: Souza, W.C, 2015.

De acordo com o IBGE (2015) o município de Ipirá possui uma população estimada de 62.095 habitantes, com densidade demográfica em torno de 19 hab/Km². A incidência da pobreza atinge aproximadamente 40% da população, o que compromete o desenvolvimento territorial.

Conforme informações do IBGE (2015), no ano de 2000, o município de Ipirá possuía um total de 61.746 habitantes. No censo de 2010 o município sofreu uma redução de quantitativo populacional para 59.352 habitantes. A população urbana neste ano era de 29.027 habitantes, a população rural de 30.325 habitantes, num total de 21.846 domicílios. No ano de 2015, a população estimada é de 62.095 habitantes.

Figura 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: IBGE, 2010

Na análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) há uma tendência nacional dos municípios apresentarem evolução com o passar dos anos, haja vista as políticas educacionais, emprego, qualidade de vida, acesso a alimentação e saúde. Segundo o IBGE (2010), o nível de desenvolvimento no município de Ipirá está em 0,549. Comparando com realidades de outros municípios do estado da Bahia e do Brasil, os números encontram-se abaixo da média.

3 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO

Este capítulo tem como intuito refletir sobre o conceito de território, sempre que possível associado às políticas de desenvolvimento através do planejamento. Seguindo o pensamento de Haesbaert (2004), o trabalho busca direcionar as considerações no intuito de compreender a formação territorial nas suas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e naturais, evidenciando os elementos materiais e imateriais, dando visibilidade às atividades produtivas e principalmente às pessoas.

Para Haesbaert (2004), as políticas de cunho territorial devem partir de uma geografia que reconheça as relações socioespaciais em diferentes contextos e escalas de abordagem. Esforça-se para tentar entender as reais necessidades de desenvolvimento social de maneira integrada aos estudos territoriais, sendo a materialidade (produção econômica, organização) e imaterialidade (cultura, saber-fazer) indispensáveis à devida operação e governabilidade.

Dessa maneira, a inserção dos estudos territoriais possibilita debruçarem-se sobre as potencialidades, possibilidades e entraves das relações sociais no território na expectativa de pensar políticas de valorização social, econômica e ambiental. Deve-se ter em mente que a potencialização das capacidades territoriais pode servir de mecanismo de enfrentamento da pobreza, bem como tornar o elo de inspiração na busca pela realização das necessidades das pessoas.

A partir das leituras de Saquet (2013), Santos (2006) e Haesbaert (2004), sob diferentes perspectivas, podemos considerar no campo da ciência geográfica uma enorme e rica fundamentação acerca das leituras sobre a construção do território. Em linhas de compreensão geral o território pode ser visto como elemento central nas análises da produção do espaço, ganhando variedade de sentidos na análise das variáveis culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, que poderão ser tratadas de maneira totalizante, relacional e integradora. Assim, as concepções territoriais se estendem de maneira a possibilitar compreender suas relações em contextos dinâmicos e interativos entre os fatores que relacionam no seu contexto de formação.

3.1 DINÂMICA TERRITORIAL NA SOCIEDADE GLOBAL

De acordo com Santos (2000), a globalização atua como elemento fragmentador do espaço, possibilitando mais "autonomia" aos territórios e acirrando as competições. No espaço global, a divisão entre centro e periferia dificulta a distribuição dos ganhos e pode aumentar a dependência política e econômica dos mais pobres em relação aos mais ricos. Intrinsecamente, a produção de industrializados, alimentos e recursos minerais dos países pobres é dependente e regulada pela demanda dos países ricos.

Em tempos de globalização das relações econômicas e empresariais, os territórios estão passíveis de sofrer alterações na configuração movida principalmente pelo dinamismo econômico, bem como se tornarem estagnados.

De acordo Saquet (2013, p. 169) "[...] em virtude de inovações técnicas, tecnológicas e científicas, configuram-se novas territorialidades, identidades, conflitos, novos arranjos". Compreende-se que, tanto os elementos materiais quanto os elementos imateriais servem de suporte ao desenvolvimento da vida e das relações socioterritoriais. Assim, devido as ações dos agentes, os territórios podem passar por constantes processos de mudanças.

Na visão integradora do território entre cultura, economia, sociedade e natureza, as variáveis não agem isoladamente, transformam a partir de uma combinação específica de vetores qualitativos (cultura, saber-fazer, recursos naturais, experiência inovadora) e quantitativos (capacidade financeira, gestão empresarial) que resultam em um cenário de possibilidades, ao mesmo tempo, contradições e dificuldades de concretização.

Há uma seara de abordagens de cunho territorial rica à fundamentação dos seus estudos, evidenciando análises gerais, bem como estudos de casos específicos no Brasil e em diversos países do mundo. Uma abordagem primordial e didática para esclarecer a proposta de estudo territorial pode-se levar em conta a ideia trabalhada por Raffestin (1993, p. 143), onde o autor afirma que "[...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um ato concreto ou abstratamente o ator territorializa o espaço".

Percebe-se que a formação territorial é compreendida para além das fronteiras e limites político-administrativos, realiza-se em um movimento dinâmico, carregado de conflitos por diferentes necessidades e densidades de forças, estruturado também pelas redes geográficas. A partir da leitura de Santos (2006), pode ser compreendido que os estudos de

redes geográficas permitem inferir sobre a geração de conflitos sociais e desigualdades, pelas novas maneiras de comunicação, diferentes densidades técnicas, pelos sistemas de transportes, infraestrutura, acesso ao crédito, facilidade de negociação, novos mercados etc.

Assistimos uma relação direta entre os diferentes “circuitos da economia” (SANTOS, 1979), agindo de maneira diacrônica e sincrônica, onde centro e periferia, verticalidade e horizontalidade, centralidade e descentralização, singularidade e universalidade, são componentes sociais modernos indissociáveis as análises de cunho crítico.

Para Santos (2006), os territórios estão em constante processo de mudanças, podendo então alterar a escala a qualquer momento, como também sua rede de abrangência, ultrapassando a abordagem de concepção tradicional materialista. É entendido que as decisões no território têm poder de refletir em toda sua rede relacional, das ações às intenções.

Para Saquet (2013, p. 306), “[...] a eficácia do poder passa pela capacidade e a agilidade de atuar nas mais diversas escalas e pelos diferentes tipos de territórios, articulando em rede, usufruindo das vantagens que cada um deles proporciona”.

No contexto da globalização, na abordagem de análise territorial deve-se considerar a multiplicidade de agentes (Estado, empresas, bancos, instituições, ONGs, poder público, produtores, associações etc.) atuando em múltiplas escalas (global/ nacional/ regional/ territorial/ local), compreendendo que elas estão interconectadas e realizam-se no âmbito dos lugares e dos territórios. Assim, espaço, tempo e escala, atuam de forma indissociável.

Segundo Saquet (2013) não se trata de compreender o território como algo estanque, fragmentado, elemento dado através de sua forma-conteúdo, correndo o risco de limitar a capacidade de análise no que tange a dinâmica funcional e os seus processos. Estuda-se esta categoria de análise geográfica buscando entender as novas articulações dos grupos sociais, analisando a produção do espaço.

Conforme o pensamento de Santos (2006) percebe-se assim uma nova organização espacial tendo por base a presença das técnicas e da tecnologia. Ao refletir sobre a produção territorial admite-se que a globalização não prenuncia o fim do Estado, contudo entende-se que nem todas as redes são formais ou normatizadas pelo Estado. O Estado existe como suporte para as realizações econômicas, mudanças culturais, relações ambientais, organização sociopolítica, atuando em múltiplas escalas, dando sentido às redes. A existência do Estado regulamentador não garante que os acordos estabelecidos no âmbito mundial sejam implantados e ganhe sentido de existência concreta.

Para Santos (2006) o movimento da sociedade no decorrer da história está associado ao desenvolvimento das técnicas, onde as decisões mundiais sobre a localização dos

instrumentos técnicos influenciam o espaço territorial. É oportuno pensar sobre a centralidade exercida pelo conceito de território, pois sua aplicabilidade e utilização na contemporaneidade permitem reflexões que compreendam a articulação através de suas reformulações no tempo.

Pode-se compreender o território como uma multidimensionalidade, ancorado em diversas perspectivas, tempos e espaços. De acordo com Santos (1988), permite entender que a produção territorial é composta por diferentes variáveis, como: produção, firmas, instituições, fluxos, fixos, relações de trabalho etc., evidenciando a produção material e econômica do território. O autor ainda enfoca no tempo histórico, destacando a periodização dos fatos no espaço, influenciando nas formas, relações sociais, na presença dos fixos e fluxos, gerando uma configuração territorial.

De acordo com Santos (2006) nem os eventos, nem mesmo qualquer análise de cunho geográfico pode fugir da ideia espaço-tempo. Os eventos podem direcionar as possibilidades existentes num conjunto social.

Refletindo a partir do pensamento de Santos (2006), o território ganha força no reconhecimento dos seus diferentes elementos (materiais e/ou imateriais) que se relacionam internamente dando sentido de existir, de pertencer, de se reconhecer no espaço-tempo. Dessa maneira, considera-se que com a realização das atividades no território nos diferentes contextos produtivos, proporciona diferentes resultados no processo formativo, particularizando os lugares.

No contexto do século XXI, ao propor tratar de políticas de organização territorial deve-se direcionar os estudos buscando compreender a concepção teórico-metodológica que aborda a perspectiva integradora do território. Percebe-se também aspectos importantes da compreensão relacional e totalizante, evidentes nos escritos, tratados a partir de um viés crítico.

Para Haesbaert (2004) existe a necessidade de uma visão do território a partir da concepção do espaço como híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, materialidade e idealidade, numa interação de espaço e tempo. Ao considerar as variáveis como elementos territoriais não se podem isolá-los e tratar em análises estritas. Feito isso, é rico espacializar, superar os recortes e enfrentar os problemas.

De acordo Raffestin (1993), ao abordar o território como algo material, os primeiros trabalhos geográficos abordam a concepção naturalista, ganhando projeção os documentos que privilegiam o pensamento tradicional na geografia, biologia, medicina, etologia etc.

> O Estado territorial teve, desde seu nascimento, um papel ambíguo: controlar e classificar, através do espaço, mas não simplesmente para reter entre suas fronteiras. Trata-se sempre de uma contenção relativa na medida em que o Estado sempre foi um gestor fundamental do capitalismo, detendo os meios eficazes de ação militar e constituindo o principal veículo implementador dos ideais universalistas de autonomia e cidadania (HAESBAERT, 2004, p.151).

Na visão de Haesbaert (2004) os estudos de concepção naturalista estão direcionados sob a abordagem de casos particulares para impor explicações gerais. Visto assim, o poder é compreendido a partir de duas linhas: na atuação das forças da natureza sobre a sociedade, sustentado em leis que incorporam a dimensão natural. Outra, vinculada ao comportamento dos animais. "[...] por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade" (HAESBAERT, 2004, p. 53).

Segundo Haesbaert (2004), na perspectiva que considera os elementos político-jurídicos, a diminuição do poder do Estado nas articulações das políticas de desenvolvimento territorial significa uma expressão do sentido abstrato de poder, transferindo para o poder econômico uma função de direcionamento das políticas públicas. Essa abordagem desconsidera o envolvimento dos agentes territoriais no plano das decisões e direcionamentos políticos, impondo um crescimento econômico determinado pela lógica da burguesia.

De acordo com Brito (2008) o território pode apresentar-se fixo ou com móvel, dependendo do objeto de interesse dos agentes sociais envolvidos, o que é determinado pela forma de organização social, política e econômica desses grupos sociais. Mas isso não implica qualquer tipo de afeição pelo substrato material, mas tão somente, a apropriação das possibilidades materiais de reprodução de seus interesses.

No final do século XX assiste-se a mudanças estruturais na organização do espaço político mundial, fazendo o Estado, governos, instituições e empresas repensar e agir no sentido de não se limitar o sentido do poder apenas como instrumento regulatório estatal. Neste momento, cabe também aos organismos internacionais função importante na definição de políticas de Estado, como exemplo o Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Propert Rights (TRIPS), inserido no contexto de discussões da Rodada do Uruguai no extinto Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), incorporado nas discussões da Organização Mundial do Comércio (OMC), no qual se insere os debates acerca da Propriedade Intelectual (PI).

Deve-se entender que materialidade e imaterialidade coexistem no entendimento da formação socioespacial, contudo reduzi-lo apenas às práticas econômicas dificulta o seu entendimento integral.

> A história das relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade (SANTOS, 2006, p. 233).

Numa abordagem crítica, integradora e totalizante, Haesbaert (2004) retoma o pensamento de Santos (2000), ao tratar o território enquanto recurso para os atores hegemônicos e território usado para os atores hegemonizados que utilizam o território enquanto abrigo e criam estratégias de sobrevivência. Nessa perspectiva, avaliar as relações espaciais de atores hegemônicos e atores hegemonizados é um ato necessário.

Para Haesbaert (2004) as ações econômicas no capitalismo são capazes de desterritorializar e reterritorializar de acordo com as suas conveniências, fortalecendo tradições ou rompendo-as de forma que lhes seja rentável obedecendo a princípios próprios e atropelando as relações sociais preestabelecidas. Assim sendo, as decisões fogem do controle dos agentes territoriais, incluindo ações transescalares e conectando o mundo sobre decisões hierarquizadas. “Nada se pensa, muda ou se faz, que não seja por meio da materialidade dos lugares; é através dela que passam, necessariamente, todas as relações sociais, as representações conceituais e as iniciativas e os projetos de desenvolvimento local” (HAESBAERT, 2004, p. 115).

Para Haesbaert (2004), no seio da geografia cultural podemos também compreender o território como um princípio cultural de identificação, de pertencimento. Compreende-se que o território semantizado é a expressão da sociedade através da sua cultura. Daí, a territorialidade se converte em uma análise de atividades humanas no que diz respeito a semantização do espaço territorial.

> [...] o território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscrevem. É neste campo, que a partir de uma apropriação simbólica incorpora a dimensão ideal ao entender que entre o meio físico e o homem há uma carga de subjetividade, revelada na transposição de uma ideia (HAESBAERT, 2004, p.69).

As contestações quanto à territorialidade das comunidades tradicionais ganham corpo quando julgadas ameaçadas pelos novos processos econômicos globais, pelas novas dinâmicas materiais e econômicas. Os resultados podem variar, sobretudo, devido as pessoas

pertencentes aos territórios reagirem de acordo as suas especificidades. Para Saquet (2013, p.147), “[...] este processo pode sofrer mudanças, mas a conservação de elementos da forma da vida é fundamental para a reprodução dessa identidade”.

Trazer a questão da pobreza, a ausência de recursos indispensáveis à sobrevivência é evidenciar sinais de contradição econômica nas novas políticas desenvolvimentistas tão impulsionadas no país. Ter dinheiro e consequentemente acesso ao consumo não significa poder participar da sociedade e gozar dos direitos de ser cidadão. Visto assim, constitui essa temática uma importante contradição na organização da sociedade no modelo de produção capitalista, que traz em seu centro a limitação predefinida do sentido de incluir.

> A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com o seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, população mal escolarizada, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas etc (HAESBAERT, 2004, p. 318).

Os estudos territoriais são estratégias de análise da complexidade, da ocupação, do uso, ocupação e pertencimento das pessoas, trazendo em suas considerações à discussão sobre os desafios que precisam ser discutidos, enfrentados e socializados entre os agentes inerentes ao território. Entende-se que, o enfrentamento das contradições sociais, ambientais e políticas, em busca da realização de demandas das pessoas se fazem numa abordagem contínua, entendendo que as necessidades dos agentes territoriais são dinâmicas e mudam de acordo as suas conveniências. Assim, a compreensão das individualidades deve romper com paradigmas de políticas gerais e contemplativas, entendendo como algo particular, amplo e diversificado, com suas colocações em cada fração de espaço e tempo.

3.2 CAPITAL TERRITORIAL: CAPACIDADES DO TERRITÓRIO

Para o Leader (1999, p.19), “O capital territorial representa o conjunto dos elementos de que dispõe o território ao nível material e imaterial e que podem constituir, nalguns aspectos, vantagens e, noutros, desvantagens”. Neste sentido o documento enfatiza que o capital territorial remete para aquilo que constitui a riqueza do território (atividades,

paisagens, patrimônio, saber-fazer, etc.) na perspectiva não de um inventário numérico, mas da procura das especificidades podendo ser valorizadas.

O capital territorial apresenta-se como a base para o desenvolvimento das capacidades territoriais na dimensão cultural, produtiva e social. O conhecimento, aproveitamento e dinamização das atividades realizadas no território podem ser ferramentas estratégicas na busca pela definição de prioridades que possam caminhar no sentido de alterar a realidade territorial na busca pelo desenvolvimento social e econômico. O capital territorial caracteriza aquilo que se pode explorar no conjunto de suas relações, podendo agregar benefícios à população.

Na visão do Leader (1999) compreende-se que o capital territorial representa o potencial de riqueza a ser explorado e valorizado no território. Nessa linha de entendimento propõem-se a busca pelo conhecimento da realidade territorial, revelando seu processo histórico, as contradições socioterritoriais, identificando os erros e acertos nos encaminhamentos das decisões e definições de estratégias de ações. Dessa forma, examinam-se as dificuldades e as soluções encontradas pelos agentes produtivos sociais envolvidos nas ações da territorialidade para aperfeiçoar, fortalecer e valorizar o capital territorial, ou seja, as capacidades do território. Tais estratégias podem ser utilizadas pensando a possibilidade das IGs também como ferramenta organizativa para os grupos sociais produtivos.

Os desafios na busca por entender as relações sociais e produtivas subjacentes ao capital territorial giram em torno de compreender que é preciso buscar a inovação, almejando avanços na dinâmica de interação dos agentes envolvidos, tanto no âmbito empresarial, institucional, organizativo, nas diretrizes de governabilidade, para tornar-se apto a colocar-se no mercado econômico de maneira consistente.

> El protagonismo que alcanzan los agentes empresariales y socioinstitucionales para dinamizar el entramado económico, ambiental, sociocultural y territorial de los ámbitos locales resulta fundamental para reforzar sus ventajas competitivas y lograr con ello su mejor inserción en el espacio global de las redes. Tales agentes son los que, aprovechando racionalmente los propios bienes patrimoniales, pueden convertir a los recursos genéricos en específicos (CARAVACA; GONZÁLES; SILVA, 2005, p. 18).

Dessa maneira, entende-se que fortalecer o capital territorial pode ganhar sentindo a partir da visão de que a cultura também é uma maneira de promoção do território e, ao desconsiderá-la, perde sua razão de existir. A cultura cria o vínculo necessário para aportar as relações sociais de produção, bem como desenvolver a cadeia produtiva.

> La cultura afecta, pues, a la eficacia de las economías locales a través de la promoción de valores compartidos que condicionan las formas en que se asumen los procesos económicos: actitudes proclives al esfuerzo en el trabajo, existencia de una ética orientada al éxito, valoración de la figura del empresario, agilidad en la toma de decisiones, conductas colectivas más creativas e innovadoras, comportamientos más flexibles y adaptados a los cambios, etc (CARAVACA; GONZÁLES; SILVA, 2005, p. 18).

Para Dallabrida (2010) a teoria do crescimento endógeno reforça o papel do capital humano, do conhecimento e da mudança tecnológica. Assim, reforça a possibilidade dos territórios adotarem políticas ativas para promoverem o desenvolvimento.

Para o Leader (1999, p.19), "[...] cada território tenta encontrar o seu lugar apostando no acesso aos mercados, na sua imagem, no seu potencial de atração em relação às populações e às empresas, na sua capacidade de renovar a sua gestão, etc." Assim, ao utilizar-se da concepção do capital territorial apega-se na análise das capacidades dos agentes que atuam no território como forma de encontrar caminhos possíveis de inserir-se na competição por inserção no sistema de produção capitalista. Compreende-se que a realização do capital territorial pode ser um elemento capaz de possibilitar o desenvolvimento social no contexto da produção.

Com base nos escritos do autor acima citado, o processo de investimentos no território a partir das suas potencialidades, associado à participação das pessoas, pode ter como resultado um maior dinamismo econômico, aumento da geração de emprego e renda, fortalecimento dos mecanismos de governança, incentivo ao capital territorial, para assim promover o desenvolvimento. O capital territorial se bem aproveitado pode ser capaz de possibilitar inovações, organizações coletivas, proporcionando vantagens econômicas e desenvolvimento social, haja vista ser o elo de competência dos indivíduos inseridos neste recorte escalar.

3.3 CAPACIDADE TERRITORIAL: OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Para se analisar as possibilidades de desenvolvimento da vida das pessoas no âmbito da escala territorial deve-se buscar compreender o processo histórico, bem como as atuais formas de relações econômicas, políticas, ambientais e culturais dos indivíduos que ocupam uma parcela do espaço.

Segundo Dallabrida et al (2015) o desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, integrado em dinâmicas globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos), com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria das condições de vida da população.

Para Dallabrida et al (2015) a IG apresenta-se como uma das principais estratégias que articula os potenciais de desenvolvimento territorial, territorialidade, identidade, ancoragem e capital territorial, tendo como referencial para a sua gestão a concepção de governança territorial.

De acordo com Santos (2006) é preciso estabelecer uma leitura múltipla de território, sendo sua formação algo com relações externas. Nesse sentido, reforça-se a importância das redes, sem perder o foco na compreensão dos indivíduos e nos processos nos quais estão inseridos.

Os estudos territoriais têm sido impulsionados pela busca de respostas às políticas de desenvolvimento social. Seguindo essa perspectiva, Saquet (2013) entende que o território é entendido para além de área, superfície e palco de ações; significa um lugar de relações, internas e externas, em constante transformação.

Conforme Saquet (2013, p.64) "[...] a territorialidade é tida como fruto da apropriação e atuação dos grupos sociais. Essa apropriação é dada pelos indivíduos e suas organizações". O autor entende que os planos e as políticas devem partir de uma análise que reconheça as relações no território.

No contexto econômico atual, entendendo a pouca eficácia das políticas e planos de desenvolvimento do Estado nacional, os atores territoriais devem buscar construir uma geografia que encontre respostas às possibilidades de desenvolvimento das pessoas nos territórios, lugares, municípios. Para Saquet (2013), as redes de sujeitos territoriais conectados com outras escalas são um instrumento conceitual para articular a territorialidade.

Conforme Saquet (2013), nas sociedades modernas, de compreensões e necessidades múltiplas e variadas, o fortalecimento da territorialidade e as organizações podem servir de estratégia política e, consequentemente a busca pela efetivação de políticas públicas de valorização da produção. Os territórios servem como estratégia de reconhecimento das particularidades e singularidades das ações dos sujeitos, pela sua forma de atuar, sobressair e tornar-se produtor de bens materiais e imateriais capazes de lhes gerarem autonomia, renda e sustentabilidade.

Dessa maneira, Saquet (2013, p.129) entende que "[...] a territorialidade pode ser potencializada como estratégia de organização política e luta por desenvolvimento".

A vivência em uma realidade territorial dinâmica, a necessidade de alterar os moldes tradicionais de produção através de investimentos em ciência e tecnologia, a adequação as exigências normativas pela qualidade do trabalho e relação com o ambiente, trazem como questões as contradições (entraves) ambientais, sociais e políticos, e as possibilidades de autonomia e gestão dos territórios. Dessa maneira devem ser despertadas e incentivados na busca pela implantação de políticas públicas que empoderem os grupos territoriais marginalizados. Tal ação, se assim direcionada, deixa clara a possibilidade de resultado positivo na busca pela elevação do potencial das sociedades.

Para Saquet (2013, p. 40), "[...] compreender a heterogeneidade, os conflitos e articulações entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos subsidiam a elaboração de uma filosofia da práxis". Assim, compreende-se o território como algo produzido pelas relações objetivas e subjetivas, entendendo-o como produto social.

Concordando com o autor acima citado fica claro que as abordagens materiais não estão desconectadas das abordagens imateriais, considerando que ambas servem de suporte uma a outra e são indispensáveis na realização da vida. Visto assim, a identidade deve ser uma maneira de reconhecimento, aceitação e orgulho do indivíduo e seu grupo social. Dessa maneira, entende que:

> A identidade de um território é o conjunto das percepções coletivas que têm os seus habitantes do seu passado, das suas tradições e do seu saber-fazer, da sua estrutura produtiva, do seu patrimônio cultural, dos seus recursos materiais, do seu futuro, etc. Não se trata de uma identidade monolítica, mas de um conjunto complexo que integra inúmeras identidades próprias a cada grupo social, a cada lugar, a cada centro de produção especializado etc. Esta identidade "plural" não é imutável e pode evoluir, reforçar-se e modernizar-se (LEADER, 1999. p.12).

Dallabrida et al (2015) entende que identidade territorial envolve o patrimônio identitário, ou seja, o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas, dentre outros aspectos. Tais elementos identitários podem ser decompostos em projetos e programas de desenvolvimento de cada território.

Compreende-se que estudar o território na sociedade contemporânea é possível através das particularidades e singularidades que cada um apresenta, dando sentido de existir e pertencer àquela cultura. A criação de políticas com foco no desenvolvimento social pode fortalecer o capital territorial, promover o desenvolvimento através da busca da governança,

servindo de instrumento de enfrentamento dos diversos problemas ambientais, sociais e culturais dentro dos territórios. Tais conflitos brotam através das relações econômicas, na apropriação da riqueza, bem como pelo sentimento cultural de pertencer a uma determinada cultura.

As discussões acerca do conceito de desenvolvimento ganham espaços a partir de meados do século XX. Até essa época a maioria das abordagens clássicas, com exceção das influências marxistas, entendia o desenvolvimento como o crescimento econômico, gerado, sobretudo pelas empresas. Na visão clássica, a melhoria da qualidade de vida da população estaria associada ao acúmulo de riquezas.

De acordo a ONU (2016) o conceito de desenvolvimento humano é definindo como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. A ONU parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar características culturais e políticas que influenciam na qualidade da vida humana.

Para Dallabrida (2010) o problema do desenvolvimento passou a ser encarado a partir do final da Segunda Guerra Mundial, logo após a ONU criar a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), visando o desenvolvimento regional. Os trabalhos da CEPAL procuraram diagnosticar os problemas de cada país em particular, objetivando detectar os obstáculos ao desenvolvimento.

Na visão de muitos estudiosos é por demais claro que a pobreza dos países pobres tem sido entendida como uma característica necessária à manutenção dos países ricos, e devem ser encaradas como duas faces de uma mesma moeda. Para Santos (2006) a relação centro-periferia faz aumentar a dependência dos países pobres em relação aos interesses dos países ricos.

A dinâmica populacional, a produção de riquezas, a apropriação dos bens materiais e imateriais e a geração de lucros, são fatores que dificultam a realização dos interesses sociais. As ferramentas para consolidação das políticas regionais, nacionais e continentais, são amplas e não conseguem abarcar os diferentes contextos políticos na escala do Estado brasileiro. Neste sentido, incentivar a produção do conhecimento de realidades territoriais pode ser uma ferramenta de gestão e planejamento, pautada em planos e estratégias territoriais, considerando as necessidades, demandas e potencialidades, para enfrentamento da realidade social.

Considera-se que a realização das necessidades coletivas, o conhecimento e aprofundamento das pautas em debate (problemas ambientais, relações de trabalho, saúde humana, apropriação do capital), o enfrentamento das contradições sociopolíticas são possíveis através de diálogo com os diversos seguimentos sociais, a incluir os agentes sociais (associações, poder público local, iniciativa privada, universidade etc.). Assim, tem-se uma importante etapa de planejar para governar, agir propositalmente buscando a realização das demandas coletivas no plano territorial.

Fica claro que na busca por implantar políticas públicas não devem existir caminhos que imitem à risca exemplos de realidades distintas. Em meio às crises, necessidades e ausências de relações formais, podem aparecer as potencialidades e possibilidades de inserção produtiva pautadas em experiências de organização e gestão coletiva dos bens e recursos materiais e imateriais.

Pensar e discutir as IGs como estratégia de política de planejamento, desenvolvimento social e afirmação econômica exigem reflexões interescalares sobre as relações do local-regional-nacional-global. Sabendo que as IGs existem como formadora de um território, pautada nas suas dimensões materiais e imateriais, que levam em consideração a política, a cultura, a economia e a natureza, precisa-se compreender como elas são estabelecidas, quais são os atores e agentes que darão subsídios de análises das políticas públicas, do sentido de democracia e participação social.

Oliveira (2001) considera que é através da política que se deve lutar pela melhoria qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. O que está em jogo é a cidadania, onde está acrescentado o direito coletivo. Tem-se assim uma proposta de adoção de políticas de desenvolvimento social, valorização do saber-fazer de um território em potencial e dos modos de produção de riquezas em meio à periferia do capitalismo.

> Embora o bem-estar e uma alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimos de cidadania, pois esse economicismo pagaria o preço de desconsiderar como cidadãos os que não têm meios materiais de bem-estar e qualidade de vida (OLIVEIRA, 2001, p.11).

Reportando-se ao pensamento de Dagnino (2004), democracia, participação social, cidadania, políticas públicas, são palavras e conceitos importantes que devem ganhar sentido expressas na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil no campo da construção social. Assim, acesso a educação, saúde, moradia, emprego, lazer, saneamento básico, são princípios básicos que podem gerar possibilidades de inserção num

modelo social que garanta autonomia e busca pela realização dos interesses individuais e coletivos.

> Não há dúvida de que essas experiências expressam e contribuem para reforçar a existência de cidadãos-sujeitos e de uma cultura de direitos que inclui o direito a ser coparticipante em governos locais. Ademais, esse tipo de experiência contribui para a criação de espaços públicos onde os interesses comuns e privados, as especificidades e as diferenças, podem ser expostas, discutidas e negociadas (DAGNINO, 2004, p.105).

Neste alargamento de contextos, a partir da leitura de diversos autores, compreende-se que o desenvolvimento é o caminho ideal que se almeja alcançar. Neste percurso, deve-se ter superado associações de apenas crescimento econômico como condição necessária ao desenvolvimento.

> O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Para Dagnino (2004) refletir sobre a construção da cidadania é uma alusão à noção de direitos sociais: direito a moradia, de ir e vir, direito de autonomia sobre o próprio corpo, exposição de ideias e pensamentos, direito à proteção, também ao meio ambiente. Inclui não somente o direito a igualdade, como também o direito de ser diferente, singular, afirmando-se na luta pelas questões étnicas, direitos feministas, LGBT, outros movimentos sociais. A cidadania somente será possível com o empoderamento de grande parcela de excluídos que jamais foram pensados nos seus espaços de convívio social.

Ao incluir em pauta a necessidade de discutir o desenvolvimento como condição de liberdade individual e coletiva, precisa-se analisar criticamente a estrutura socioeconômica na configuração da geopolítica mundial, que separa claramente o que são países ricos e pobres, impondo a cada um destes grupos através da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) qual missão lhes cabe, dada muitas vezes parecendo com uma visão determinista.

Abordar os princípios e ideais necessários ao desenvolvimento da vida das pessoas nos seus espaços de vivência, ação e interação, a partir da participação popular e inclusão social é assumir a ousadia de projetar no tempo e pensar políticas de modernização das relações. Tem-se como intuito proporcionar possibilidades para realização das demandas das sociedades.

Acredita-se que as ações públicas devem ser pensadas como prioridade no intuito de superar marcas de abandono, desigualdades, buscando incluir pessoas e grupos sociais, entendendo que as potencialidades territoriais são ferramentas palpáveis de inclusão com sustentabilidade, acrescentando como elemento importante o sentimento de pertencer àquele grupo cultural.

É notório que a pobreza (para muitos que mantém o pensamento tradicional tido como fator necessário a regulação social) aponta contradições, principalmente quando revela os abismos sociais fruto das elevadas taxas de concentração de riquezas, fortalecendo um fosso social e estratificando a sociedade. O cenário impiedoso da miséria gera aos mais favorecidos ambiente propício ao autoritarismo.

Busca-se esboçar uma linha de pensamento que tenha como tentativa a superação da visão economicista do desenvolvimento, onde, Mello (2006) se contrapõe expondo que a base da ideia de crescimento econômico é a alocação dos recursos e o crescimento da renda, condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento econômico, que busca alcançar metas sociais e distributivas.

> O desenvolvimento local tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o novo nome do público não estatal, essa confusão semântica proposital bresseriana [...] (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

De acordo Dagnino (2004) a implantação do projeto neoliberal trouxe profundas consequências para a América Latina, tal mudança foi um fator implicador da estruturação do Estado e da economia, assumindo a iniciativa privada um papel mais atuante, ao mesmo tempo estruturante de uma nova relação política mundial tendo por base a afirmação da liberdade econômica individual e dos direitos privados.

A partir da reflexão sobre o entendimento de Dagnino (2004) a segunda metade do século XX foi marcada por conflitos de interesses geopolíticos, estava em jogo a luta pela afirmação de distintos projetos políticos de dominação em disputa, carregando um conjunto de interesses de realizar uma nova maneira de dominação e imposição de modelo do que deve ser a vida em sociedade. O enfrentamento político dessa mudança de panorama ocorreu num campo de disputa de poder. No Brasil, esse embate de forças foi travado pelos movimentos sociais na luta contra o regime militar, que perdurou no Brasil entre os anos 1964 e 1985, afirmando sobre o Brasil os interesses estadunidenses.

De maneira determinante, a promulgação da Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 consagrou a retomada da participação da sociedade civil, provocando o alargamento das relações em nome de um novo projeto democratizante e participativo. A CF de 1988 possibilita oportunidades para reconhecer a necessidade de caminhar para a correção de entraves sociais, buscando reconhecer direitos.

Conforme Furtado (2004) trabalhar a ideia de desenvolvimento é por demais complexo, sendo que a discussão abarca um conjunto de elementos a serem considerados em suas análises, desde o alinhamento teórico do debate, versando sobre o sentido de participação social, representação, cidadania, acesso as políticas públicas etc. O crescimento econômico que se busca superar se apega na preservação de privilégios das elites, sendo que o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente.

Conforme Guiraldelli (2014), a década de 1990 a indústria brasileira atravessou períodos nebulosos e críticos diante das adversidades econômicas. O período foi marcado pela junção perversa entre um projeto de Estado com tímida participação social e um projeto neoliberal avassalador instaurado no governo de Fernando Collor de Melo. Assim, vimos estratégias sociais perderem forças em nome de um campo de possibilidades de penetração e consolidação dos interesses de grupos econômicos mundiais afirmando-se sobre um Brasil liberal com elevado potencial de consumo.

Neste campo de possibilidades e contradições não se pode negar que avanços têm sido dados no sentido de compreender que a política de dependência das nações, que avançou brutalmente na década de 1990, já enfrenta obstáculos. Assistimos países considerados pobres criarem mecanismos de enfrentamento da pobreza ganhando projeção mundial, tornando-se relevantes nos intercâmbios regionais, principalmente na constituição dos blocos econômicos de poder, a exemplificar o Mercosul. A ascensão do BRICs, grupo de países com crescimento elevado, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, também surge como um novo campo de poder mundial.

> Em essência o problema é conhecer as variáveis que permitem o crescimento da riqueza e detectar onde estão os maus-funcionamentos que inibem ou diminuem as capacidades de desenvolvimento. O método de análise tornou-se cada vez mais complexo e agora se afronta a questão desde uma perspectiva holística, na que se fazem intervir fatores econômicos, meio-ambientais, sociais, políticos e culturais (BRASIL, 2007, p. 18).

A possibilidade do desenvolvimento territorial perpassa por um árduo trabalho de planejamento, ordenamento e gestão. Segundo Caldas (2014, p.5), “As indicações geográficas

vinculam-se às regiões especializadas na produção e elaboração de determinados produtos, os quais apresentam características semelhantes, seja na forma de fazê-los, produzi-los, coletá-los e armazená-los".

Para Caldas (2014) a realização da IG dá-se no plano da propriedade intelectual, enfrentamento e superação das contradições, inerentes aos territórios. A promoção de territórios produtores deve ser dada trazendo no bojo de sua formação todas as realizações objetivas, subjetivas, representativas, simbólicas, material e imaterial, caracterizado pelo projeto de sociedade que tenha os produtores como protagonistas da realização da renda territorial e busca por desenvolvimento.

3.4 PLANEJAMENTO: UMA FERRAMENTA POSSÍVEL À REALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

No período dinâmico da globalização no século XXI houve uma mudança no contexto da organização da produção mundial. Novas relações de produção foram inseridas na matriz econômica, produtiva e de comercialização, alterando significativamente as organizações das empresas, associações, grupos empresariais, recaindo na necessidade de novas formas de inserção no mercado.

Entende-se que o planejamento é um importante instrumento de subsídio à orientação, criação e aplicação das políticas públicas ou empresariais nos diversos seguimentos sociais, econômicos, políticos e das empresas. O planejamento deve ter como foco a intervenção propositiva no conjunto social, considerando os elementos significantes para os grupos sociais envolvidos, buscando compreender suas reais necessidades.

De acordo o site Significados (2016), planejamento é uma palavra que significa o ato ou efeito de planejar, criar um plano para otimizar o alcance de um determinado objetivo. Esta palavra pode abranger muitas áreas diferentes. O planejamento consiste em uma importante tarefa de gestão e administração, que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de um determinado objetivo. É essencial na tomada de decisões e execução dessas mesmas tarefas.

Ao considerar os elementos de governança territorial Dallabrida (2015) entende que nos contextos institucionais e organizacionais, envolvendo as entidades públicas e privadas os atores estabelecem conexões com outras escalas espaciais.

Conforme Rocha (2011) o despertar da sociedade civil e a participação ativa de seus representantes no processo de desenvolvimento da sociedade constituem fenômenos marcantes da história atual. A substituição das antigas formas paternalistas, autoritárias e clientelistas pelas práticas e processos democráticos, em que o cidadão passa a atuar, fiscalizar e tomar iniciativas, através de comunidades, grupos de múltipla atuação e movimentos sociais, passa a ser uma exigência àquelas sociedades que querem se considerar verdadeiramente democráticas, isto é, a substituição do paternalismo pela participação é um imperativo da moderna política social.

Para Rocha (2011) ser cidadão não se trata apenas de receber os benefícios do progresso, mas de tomar parte nas decisões e no esforço para sua realização. Em lugar de ser tratado como objeto das atenções paternalistas dos donos do poder, o cidadão passa a ser reconhecido como sujeito histórico e protagonista no processo de desenvolvimento.

Neste sentido, as etapas do planejamento, levam em conta o pensamento empreendido por Dagnino (2004), onde os princípios da democracia e participação social devem ser encarados como etapas fundamentais do desenvolvimento. A partir desse entendimento é que se pode formular de maneira coletiva metas e objetivos, encarar os problemas como possíveis de serem corrigidos, logo, possibilidade de realização objetiva da vida de pessoas e/ou grupo de pessoas que carregam o peso do isolamento e a ineficiência dos aparatos do Estado.

O planejamento é, então, um processo de clareamento da realidade contextualizada de um grupo de indivíduos no intuito de criar, adotar, utilizar programas e serviços que visem melhorar a qualidade de vida da população, possibilitando aberturas de realização das relações socioprodutivas. Assim, esse processo define a ligação entre a organização e o ambiente, bem como os objetivos organizacionais buscando se consolidar no futuro.

Compreende-se que os territórios enquanto recorte de análise das relações materiais e imateriais possuem suas capacidades de sustentação, produção, inserção, logo, ao encontrar dificuldades de organização coletiva e pouco sentimento de democracia, torna percalço encaminhar as demandas internas, bem como reconhecer os entraves; logo, bloqueia o caminho em direção as realizações das demandas coletivas em luta pelo desenvolvimento.

Os desafios giram em torno da visão que se precisa ter mente a busca pela inovação territorial, buscando atingir avanços na dinâmica de interação dos diversos agentes envolvidos, tanto no âmbito empresarial, institucional, social, nas diretrizes de governabilidade para atingir o mercado econômico de maneira consistente, para assim incluir-

se num processo de autonomia, democracia e sustentabilidade, colocando a sociedade como protagonista de suas decisões no espaço e no tempo.

Fica entendido que, constitui um desafio coletivo pensar caminhos que visem a solução de problemas em comum no intuito de gerar processos de desenvolvimento territorial. As atitudes inovadoras de criação, saber-fazer, aproveitando cultural, associadas a uma integração em redes de produção, comercialização, pode contribuir para a racionalização dos recursos e avanços na afirmação territorial de sua produção.

Dos efeitos e das necessidades de buscar inovar, acredita-se que devem ser incentivadas as políticas associativistas, que logo contribuirão para dinamizar o setor empresarial, buscando aumentar a produtividade e a oferta de emprego respeitando as leis trabalhistas, melhorar a infraestrutura, respeito às políticas ambientais e consequentemente aproveitando os recursos materiais etc.

Entende-se que os esforços para entender as realidades territoriais, direcionados através de uma política de participação coletiva, pode contribuir para dinamizar e despertar a coletividade de atores nos setores em atividade de todo o território, fazendo valer o que se acredita como importante na busca pelo desenvolvimento territorial.

4. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: MARCO LEGAL E INSTITUIÇÕES

O presente capítulo faz uma abordagem da evolução das formas de produzir, da potencialidade produtiva e suas possibilidades de inserção no mercado. Tem-se como intuito analisar a evolução conceitual das IGs no Brasil, amparada nos procedimentos legais de requerer a certificação de produtos e serviços com qualidades diferenciadas dos seus similares.

Conforme o IPI (2016) um dos sentidos das IGs é que cria um fator diferenciador entre um produto ou serviço de outro concorrente ou afim. É conferida ao produto ou serviço identidade própria, tornando-o atraente ou confiável ao consumidor no momento de adquirir. A IG pode contribuir para fortalecer a marca e a identidade territorial, promover a produção, criar políticas para sanar problemas ambientais, gerando confiança no consumidor e tornando-a reconhecida a partir do aproveitamento das capacidades produtivas.

Para justificar o sentido das IGs deve-se ter como um dos caminhos de pesquisa o reconhecimento do produto de procedência e valorização do saber-fazer de um grupo de pessoas que desenvolvem atividades através das habilidades manuais e intelectuais associados aos conhecimentos passados de geração em geração. Relacionado a estes conhecimentos adquiridos os artesãos desenvolvem atividades econômicas, contribuindo para fortalecer a cultura, logo o sentimento de pertencimento de um determinado grupo social.

Aproveitando-se das relações materiais e imateriais, incentivar a organização de uma IG acontece na intenção de fortalecer as particularidades territoriais, enfrentar coletivamente os obstáculos à produção, contribuindo diretamente para organização coletiva e agregação de valor aos produtos através da inserção no mercado econômico.

4.1 MODELOS DE PRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE PRODUZIR: O SENTIDO DAS IGs

No contexto de globalização da economia, expansão das relações comerciais e disputas geopolíticas por espaços de produção e consumo, os consumidores cada vez mais requerem produtos com qualidade diferenciada dos produtos similares existentes no mercado. Numa fase de competição e buscas por diferenciação, as empresas, associações e/ou grupo

empresariais criam estratégias dos produtos tornarem-se atrativos, fugindo então do tradicional modelo de produção fordista, que buscava extrair a capacidade máxima de produzir em série e atingir uma alta parcela da sociedade com produtos idênticos.

Conforme Souza (2013) vive-se em uma época onde o contexto econômico e empresarial está cada vez mais acirrado, onde as empresas são cada vez mais competitivas. Com as novas tecnologias e a exigência de maior criatividade e inteligência no ambiente de trabalho, os indivíduos tornaram-se a pedra angular da reestruturação produtiva. Nesse contexto, as empresas não só buscam uma maior automação da produção, mas também procuram funcionários mais qualificados. O trabalhador com maior formação torna o trabalho mais eficaz e produtivo, pois através de suas atitudes, conhecimentos e habilidades ele sabe pensar e agir melhor.

De acordo com Celeste (1993) as redes produtivas possuem uma unidade de especialização, isto é, presta um tipo de serviço. A flexibilização diz respeito ao conjunto de todas as unidades. Essa comunidade de manufaturas consegue atender ao mercado, por ser esse todo flexível. Isso ocorre devido uma dinâmica de complementação e cooperação que constituem as relações de produção entre as pequenas unidades produtivas.

Para Augusto (2011) as concepções de Taylor seguem na contramão do que representou o sistema manufatureiro, afetando diretamente as relações de trabalho através da fragmentação do trabalho e de sua alienação.

> O alicerce fundamental da manufatura é a divisão das operações necessárias para a elaboração de um produto e a atribuição dessas operações a um grupo de trabalhadores. Na manufatura, o trabalhador com conhecimento integral do processo produtivo é substituído por um trabalhador especializado. Note-se aqui que a manufatura surge a partir de uma mudança na força de trabalho, na transformação do trabalhador em trabalhador especializado. A base artesanal, no entanto, permanece na manufatura. É característico da manufatura que o trabalhador especializado ainda seja um trabalhador de ofício, que detém o controle – mesmo que parcial – do processo de trabalho, um processo que ainda depende de sua habilidade adquirida em um processo de formação mais ou menos longo de acordo com a complexidade das operações exigidas pela especialização do trabalhador. Assim, na manufatura, o processo de trabalho se fundamenta na habilidade profissional do artesão [...] (AUGUSTO, 2011, p. 8-9).

Atualmente, as empresas buscam compreender a lógica de exigência e inspiração do mercado consumidor para adaptar seus produtos, podendo produzir de maneira diferenciada. Fica entendido que os desafios giram em tornar de criar produtos únicos, com retoques especiais, dando destaque ao objeto e segurança ao consumidor no momento de adquirir, convencendo o público a disponibilizar mais recursos para adquirir os seus pertences.

De acordo Celeste (1993) o modelo de especialização flexível foi adotado primeiramente pela Itália, Alemanha e Japão, no período de recessão econômica nos anos 1970, criando uma rede de pequenas manufaturas. Verifica-se que na lógica de apropriação e acumulação de capital, as empresas subcontratam serviços de artesãos ou de empresas não registradas com menor porte. Tal ação de mercado é vista como um serviço complementar capaz de ordenar a produção a favor do empresário, diminuir os custos do trabalho, permitindo reduzir os níveis de estoque, haja vista a compra controlada de acordo as demandas.

Ao acompanhar o processo de especialização produtiva, adentrando-se nos anos 1990 assiste-se uma renovação na estrutura política do Brasil. Os projetos desenvolvimentistas de caráter amplo, em escalas nacionais e regionais, voltados para setores específicos da sociedade (industrial, turístico etc.), são deixados de lado, criando então as políticas do que se chama desenvolvimento local e territorial, dando autonomia para os municípios gerirem suas relações econômicas, sociais, políticas etc.

Neste contexto a produção passa por um processo de adaptação e os fatores em atividade dinamizam e invertem a lógica de inspiração de mercado. Assim, para Pecqueur (2005), o mecanismo de territorialização tem como base o princípio de especificação dos ativos, isto é, a busca pelos recursos próprios dos territórios que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinhos.

A discussão do conceito de território ganha destaque e inicia uma corrida de autopromoção no intuito de sobressaírem através da venda do que se tem a oferecer. Neste pensamento, Pecqueur (2005) entende que os ativos territoriais estão relacionados com os fatores a explorar, ou ainda a organizar, no sentido de fortalecer o sentimento de produção e busca pelo desenvolvimento das atividades tradicionais dos lugares, territórios, países. Demandam-se por produtos que tenha no seu processo produtivo maneiras particulares de se organizar, produzir e comercializar, para atingir o mercado econômico global.

No Brasil, tem-se que, em diferentes regiões se pode produzir café com teor de acidez diferente. O clima, solo, altitude, luminosidade, manuseio etc., contribuem para que o produto tenha sabor e características físicas diferenciadas. O mesmo caso se aplica na plantação da cana-de-açúcar para produção da cachaça, a carne, o algodão. Visualiza-se também na maneira de trabalhar o couro na produção de artesanato, nos modos de fabricar as roupas, panelas de barro, queijos, biscoitos, vinhos etc.

Segundo Nierdele (2010), para além da qualidade, os produtos ou serviços ganham notoriedade devido a construção simbólica do valor representativo, dado nas suas etapas de

produção, nos seus modos específicos. As qualidades destes produtos são atribuídas ao ambiente, não se limita as condições naturais, inclui o fator humano na maneira de manusear, criar e produzir suas relações sociais. Assim, a IG destaca as particularidades dos produtos de diferentes territórios, valorizando sua cadeia produtiva.

> A qualidade deixa de ser discutida como algo unicamente intrínseco ao bem, para ser associada às múltiplas e variadas formas das quais pode proporcionar valor aos consumidores, isto é, atender diferentes aspirações de consumo: sociais, econômicos, culturais, hedônicas ou de distinção (NIERDELE, 2010, p.24).

Frente a este contexto as IGs implicam aos territórios o conhecimento e o uso racional de suas particularidades e singularidades, adaptando-se as exigências do mercado consumidor com alto padrão de exigência. Assim, as IGs no âmbito das DOs e IPs ganham projeção, promovendo o território e criando possibilidade de inserção das pessoas na produção, devendo respeitar os parâmetros regulatórios e as relações coletivas.

A comercialização, associada a utilização do marketing, uso de matéria-prima e tecnologia devem estar articuladas em rede, atingindo escalas variadas de compra e venda, compreendida nas relações sociais de produção. No contexto de envolvimento entre a rede de agentes territoriais solidários busca-se compreender as organizações espaciais, as articulações materiais e imateriais para então dar conta da sua capacidade de estabelecer e definir os recortes de produção e comercialização.

Para Corrêa (2006) o interesse oriundo do produtor, do prestador de serviço e do consumidor em geral se deve ao fato de que as IGs valorizam, identificam e protegem o produto ou serviço. A valorização ocorre no momento em que qualidades próprias do produto passam a ser conhecidas como oriundas de uma região específica; a identificação ocorre por parte do consumidor, que sabe que os produtos ou serviços de determinada localidade possuem certas características e a proteção é conferida pela Lei de Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/ 96), que busca salvaguardar os direitos do titular da IG, além de proteger o produtor, o prestador de serviços e o consumidor dos atos de concorrência desleal que possam vir a acontecer.

Na amplitude de suas relações, a IG, pode ser adotada como estratégia de desenvolvimento territorial, servindo como instrumento de organização e gestão, haja vista agregar elementos capazes de dinamizar a economia, bem como possibilita criar políticas de investimentos setorizados no campo econômico, político, social, ambiental, buscando também realizar as demandas educacionais, investimentos em tecnologia e sustentabilidade ambiental.

Todo estudo de potencial de IG precisa evidenciar sua caracterização social, considerando que os desafios precisam ser enfrentados na intenção primordial de corrigir através de decisões públicas ou privadas pensadas e articulados de acordo as necessidades de cada território.

Para Dallabrida (2014) as IGs podem ser caracterizadas como instituições regidas por um sistema de regras formais e informais para potencializar a ação dos atores, catalisando inovações organizacionais e técnicas que reduzem as assimetrias de informações existentes entre produtores e consumidores, desaprovando comportamentos oportunistas.

De acordo com o autor, o reconhecimento das qualidades especiais dos produtos de IG é dado pela qualidade e inspira confiança no momento de adquirir um produto ou buscar um serviço. O consumidor deve ter em mente o sentimento de consumir uma identidade cultural, de valorar o sentimento de pertencer e existir por parte dos produtores a um território uno e singular. Assim, além de indicar a qualidade, as IGs buscam através do regulamento de uso garantir determinadas características ao produto em decorrência da sua origem, fazendo ganhar repercussões sociais, econômicas e políticas. Percebe-se uma procura maior por produtos que certifiquem qualidades de origem próprias de um determinado território produtor.

4.2 IG: PLURALIDADE E FORTALECIMENTO DA POTENCIALIDADE PRODUTIVA

No Brasil, a IG é um instrumento legal de comércio de produtos e serviços ainda de pouco e crescente conhecimento sobre sua importância. Para além das práticas de comercialização e difusão do consumo as IGs inserem-se em um conjunto de relações organizacionais que pode oferecer aos consumidores a clareza e conhecimento de todas as relações objetivas e subjetivas, haja vista o sentimento do pertencimento social, econômico e cultural, inserido no processo produtivo, conferido no produto final.

Segundo Almeida (1999), as IGs são um atributo de direito real, mais precisamente o de um direito de propriedade. O direito às IGs é exclusivo, absoluto, dotado de eficácia enquanto requisitos que sustentam a existência deste instituto.

Considerando o longo e diversificado processo de ocupação do território brasileiro, a multiplicidade cultural, a diversidade das características geográficas, étnicas etc., traz como resultado organizações sociais com características distintas que colocam o país como um

mosaico paisagístico pouco conhecido. Compreende-se o Brasil como uma seara de possibilidades de realizações, podendo apontar diversos sentidos de existir e produzir, vistos também nos inúmeros potenciais de IG.

No Brasil, a percepção da diversidade nos remete não apenas aos produtos e serviços, denotam-se nos escritos de autores renomados como Aziz Nacib Ab'Saber, Graciliano Ramos, Josué de Castro, Euclides da Cunha, João Ubaldo Ribeiro, Milton Santos, Jorge Amado etc., onde apresentam leituras capazes de fornecer elementos importantes à compreensão da heterogeneidade de ambientes naturais, sociais e políticos, aos quais se insere o Brasil na sua integralidade.

Há diversas maneiras de retratar realidades vivenciadas, seja através do agir, pensar e expressar. Percebemos nas letras musicadas de Dorival Caymmi, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Saulo Fernandes, Luís Gonzaga, Dominguinhos, Almir Sater, Paula Fernandes, retratos de visões sociopolíticas e ambientais díspares. Assim, somos apresentados a formação de um país que sua referência maior é a diversidade de ambientes, sentimentos e paisagens que dão vida e significado aos grupos humanos.

Ao criar esta breve ideia de pluralidade remete-se ao sentido e importância das IGs, compreendendo que nas diversas parcelas do território é possível que se demande potenciais produtos ou serviços que podem ser caracterizados como produtos diferenciados.

Desta feita, a IG é inserida como estratégia de mercado, melhorando vários territórios de produção, consumo e envolvimento dos produtores em formato de organização coletiva, contribuindo para alavancar a economia. Ao pensar uma IG para produtos e serviços, os primeiros impactos esperados são: a organização do trabalho e dos trabalhadores em associação ou cooperação, melhoramento da rede técnica de produzir e comercializar, geração de emprego e renda com qualidade, agregação de valor à mercadoria e fortalecimento do sentimento cultural dos grupos sociais envolvidos.

Ao tratar de uma IG espera-se que sejam os produtores os primeiros beneficiados com o aumento da arrecadação e fortalecimento do sentimento de pertencer. Cabe ressaltar que o registro de uma IG não garante os benefícios esperados, pois dependem de fatores organizacionais, condições de mercado, mercado consumidor, produtos etc.

De acordo BRASIL (2014) vale lembrar que uma IG não substitui a marca de um produto ou serviço, ao contrário, complementa-a, informando ao consumidor características diferenciadoras dos demais produtos afins encontrados no mercado.

4.3 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: MARCO LEGAL E NORMATIZAÇÃO

Segundo o BRASIL (2014) a primeira intervenção estatal para a proteção de uma IG ocorreu em 1756, quando os produtores do Vinho do Porto, em Portugal, procuraram o então Primeiro-Ministro do Reino, Marquês de Pombal, em virtude da queda nas exportações do produto para a Inglaterra. O Vinho do Porto havia adquirido uma grande notoriedade, o que fez com que outros vinhos passassem a se utilizar da denominação “do Porto”, ocasionando redução no preço dos negócios dos produtores portugueses.

De acordo Falcade (2005) as regras e leis que definem a temática das IGs receberam muitos acréscimos e modificações. Atualmente, em diferentes regiões e países, existem diversas formas, critérios e níveis de exigência para identificar a origem de muitos produtos de origem agropecuária. Em muitos países europeus são identificados vinhos, frutas, óleos, queijos, embutidos, mel, carnes, cereais, cervejas, água mineral, entre outros produtos.

Parafraseando BRASIL (2014), no sentido de coibir práticas de falsificação, no século XIX, a Convenção da União de Paris (CUP), realizada em 1883, reuniu mais de 160 países que passaram a utilizam o marco jurídico internacional de proteção à Propriedade Intelectual (PI), dando igual tratamento aos produtos internacionais e nacionais comercializados em cada país. A CUP serviu como o primeiro marco regulatório no intuito de coibir as práticas de imitação tanto nas IGs como em outros sinais distintivos.

Conforme BRASIL (2014) após o estabelecimento do marco jurídico na CUP, logo em seguida, no Acordo de Madrid (1891), foi verificada à necessidade de revisar as políticas de proteção, bem como fortalecer as perseguições contra as falsas procedências, voltadas, principalmente para os vinhos. Foi estabelecido que dentre as políticas internacionais não se pode utilizar termos genéricos que induzam os consumidores a adquirir produtos similares, configurando crime de falsificação.

Percebe-se que o período entre as duas guerras mundiais representou uma dinâmica diferenciada na forma de organização do comércio internacional, interferindo nas relações geopolíticas entre os países desenvolvidos. Assim, 68 anos após o Acordo de Madrid, os países que fizeram parte da CUP voltaram a se reunir no intuito de firmar acordos internacionais, compreendendo que uma nova dinâmica econômica global entrava em evidência alargando as relações entre os países, com isso, maior necessidade de regulação e proteção.

Para BRASIL (2014) o Acordo de Lisboa (1958) prevê uma regulação internacional no âmbito das IGs. Tem-se que este acordo não se configura um grande avanço na regulação jurídica internacional, haja vista que, ao se inserir no âmbito das discussões da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) os países têm a opção de aderir ou não às regras de regulação, sendo que não havia punição por descumprimento. Um marco importante no Acordo de Lisboa aconteceu com a definição de DO bem próximo da que se utiliza hoje em dia, tornando mais claro seus objetivos, suas regras e as necessidades de uso e aplicação para o mercado econômico global.

Assim, de acordo BRASIL (2014), a IG no âmbito do Acordo de Lisboa traz a definição de IG como sendo a DO de um país, região ou localidade, que serve para designar um produto como originário dele, quando suas qualidades ou características decorrem exclusiva ou essencialmente do meio geográfico, incluindo fatores humanos e naturais.

O BRASIL (2014) aponta que com a extinção do GATT e a criação da OMC em 1994, a regulação das IGs ganha mais consistência, fazendo parte das discussões de regulação internacional. Neste âmbito, cria-se o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (ADPIC), tendo agora que cada país assumir a obrigatoriedade de proteger as IGs nacionais e internacionais, definido na Rodada do Uruguai.

Conforme Falcade (2005), a adesão ao TRIPS e à OMC, o ingresso no Mercosul e na Organização Internacional da Uva e do Vinho (OIV), em 1995, são iniciativas que passaram a exigir do Brasil a definição de regiões de produção e o abandono do uso de Indicações Geográficas de Procedência e DO estrangeiras, com a adoção de uma toponímia própria.

De acordo com o INPI (2015), no Brasil as IGs inserem-se no campo de atribuições do INPI, organismo o qual compete executar as normas que regulam a PI. A base legal está constituída na Lei nº 9.279/ 1996 (BRASIL, 1996), que regula direitos e obrigações relativos à Propriedade Intelectual e trata nos art. 176-182 especificamente das IGs, definindo como sendo de dois tipos: indicação de procedência (IP) − que indica o nome geográfico que tenha se tornado conhecido pela produção ou fabricação de determinado produto, ou prestação de determinado serviço e denominação de origem (DO) − que indica o nome geográfico do local que designam, produto ou serviço, cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e humanos.

Conforme o INPI (2015) a Instrução Normativa (IN) Nº25/ 2013, estabelece as condições para o registro das IGs no Brasil, definindo as modalidades de IP e DO.

Para o INPI (2015) a IN N°25/2013 também define no Art. 5° que podem requerer registro de IG, na qualidade de substitutos processuais, as associações, os institutos e as

pessoas jurídicas representativas da coletividade ao uso exclusivo do nome geográfico estabelecidas no respectivo território. Na solicitação do registro, o interessado deve apresentar ao INPI: o requerimento com o nome geográfico, a descrição do produto ou serviço, instrumento hábil a comprovar a legitimidade do requerente, a delimitação geográfica assinada por um órgão oficial, a etiqueta de uso, a procuração e o comprovante de pagamento do Guia de Recolhimento da União (GRU).

Segundo o INPI (2015) no regulamento de uso da IG deve constar as normas de produção, o registro de produtores localizados na zona definida cartograficamente (fornecida por órgão oficial) e o conselho regulador, o qual será o órgão da IG responsável pela fiscalização das normas no regulamento de uso, bem como coordenar, orientar e fiscalizar a produção, a elaboração, a comercialização e a distribuição dos produtos que utilizarão a marca da região produtora; expedir e controlar os certificados de origem; expedir os selos de garantia e os códigos de barras; organizar o plano de propaganda; vigiar o mercado nacional e internacional, evitando e perseguindo as falsificações.

Segundo Porto (2007) a França é um dos países mais avançados no que tange a proteção e fiscalização das IGs. A cultura e a consciência francesa da importância da proteção e controle das IGs remontam do século XV. Uma das primeiras DOs protegidas foi a do queijo Roquefort. No século XV, foi instituída proteção através de decreto parlamentar que estabelecia que somente os queijos produzidos e envelhecidos naturalmente nas cavernas de Roquefort-sur-Soulzon, no sul da França, poderiam levar o nome Roquefort.

Tem-se que, a França é um país em que faz parte da cultura incentivar e fortalecer as pequenas propriedades rurais. Para Porto (2007), as DOs se beneficiam na França de uma proteção legal, levando em conta o valor econômico e social naquele país. Na França, a DO descansa sobre uma proteção civil e penal, que se acrescentam às disposições gerais relativas aos produtos postos no mercado.

De acordo com a tabela 2 com informações extraídas do INPI (2016), das 53 IGs nacionais e estrangeiras registradas no Brasil, 17 são na modalidade DO e 36 IP. Das IGs estrangeiras registradas no Brasil, todas são na modalidade DO, totalizando, 8. Das IGs nacionais, 36 são IP e 9 DO. O Vale dos Vinhedos e a Região do Cerrado Mineiro possuem dois registros cada, sendo que iniciaram como IP e seguidamente solicitaram a DO.

Quadro 1 – Indicações Geográficas registradas no Brasil – Janeiro/ 2016

Nome da IG	Produto ou serviço	Modalidade	Ano	País/UF
Região dos Vinhos Verdes	Vinhos	DO	1999	PT
Vale dos Vinhedos	Vinhos e espumantes	IP	2002	BR/ RS
Franciacorta	Vinhos, vinhos espumantes e bebidas alcoólicas	DO	2003	IT
Região do Cerrado Mineiro	Café	IP	2005	BR/ MG
Pampa Gaúcho da campanha Meridional	Carne e derivados	IP	2006	BR/ RG
Paraty	Aguardentes	IP	2007	BR/ RJ
San Daniele	Coxas de suíno frescas e presunto defumado cru	DO	2009	IT
Vale do Submédio São Francisco	Uvas e Mangas	IP	2009	BR/ PE
Vale dos Sinos	Couro acabado	IP	2009	BR/ RS
Pinto Bandeira	Vinhos e espumantes	IP	2010	BR/ RS
Litoral Norte Gaúcho	Arroz	DO	2010	BR/ RS
Costa Negra	Camarão	DO	2011	BR/ CE
Goiabeiras	Panelas de Barro	IP	2011	BR/ ES
Pelotas	Doces finos tradicionais e confeitaria	IP	2011	BR/ RS
Região do Jalapão do Tocantins	Artesanato em Capim Dourado	IP	2011	BR/ TO
Região da Serra da Mantiqueira	Café	IP	2011	BR/ MG
Serro	Queijo Minas artesanal	IP	2011	BR/ MG
Vale dos Vinhedos	Vinhos: tinto, branco e espumante	DO	2012	BR/ RS
Vale da uva Goethe	Vinhos de uva Goethe	IP	2012	BR/ SC
São João Del Rei	Peças artesanais em estanho	IP	2012	BR/ MG
Região de Salinas	Aguardente	IP	2012	BR/ MG
Região Pedra Carijó Rio de Janeiro	Gnaisse fitado	DO	2012	BR/ RJ
Região Pedra Madeira Rio de Janeiro	Gnaisse fitado	DO	2012	BR/ RJ
Região Pedra Cinza	Gnaisse fitado	DO	2012	BR/ RJ
Porto	Vinho generoso	DO	2012	PT
Porto Digital	Serviços de Tecnologia da Informação	IP	2012	BR/ PE
Paraíba	Têxteis em algodão colorido	IP	2012	BR/ PB
Pedro II	Opalas preciosas e jóias artesanais	IP	2012	BR/ PI
Napa Valley	Vinhos	DO	2012	US
Norte Pioneiro do Paraná	Café verde em grão	IP	2012	BR/ PR
Manguezais de Alagoas	Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha	DO	2012	BR/ AL
Linhares	Cacau em Amêndoas	IP	2012	BR/ ES
Franca	Calçados	IP	2012	BR/ SP
Divina Pastora	Renda de agulha lace	IP	2012	BR/ SE
Champagne	Vinhos espumantes	DO	2012	FR
Alto Montes	Vinhos e espumantes	IP	2012	BR/ RG
Cachoeiro de Itapemirim	Mármore	IP	2012	BR/ ES
Canastra	Queijo	IP	2012	BR/ MG
Alto Mogiana	Café	IP	2013	BR/ SP
Cariri Paraibano	Renda renascença	IP	2013	BR/ PB
Monte Belo	Vinhos e espumantes	IP	2013	BR/ RS
Mossoró	Melão	IP	2013	BR/ RN
Região do Cerrado Mineiro	Café	DO	2013	BR/ MG
Roquefort	Queijo	DO	2013	FR
São Tiago	Biscoitos	IP	2013	BR/ MG
Rio Negro	Peixes ornamentais	IP	2014	BR/ AM
Piauí	Cajuína	IP	2014	BR/ PI
Abaíra	Aguardente de cana	IP	2015	BR/ BA
Farroupilha	Vinhos	IP	2015	BR/ RS
Maracujá	Lingüiça	IP	2015	BR/ MS
Ortigueira	Mel de abelha	DO	2015	BR/ PR
Pantanal	Mel	IP	2015	BR/ MS/MT

Fonte: INPI, 2016
Elaboração: SOUZA, W.C, 2016.

Das IGs brasileiras registradas no Brasil, 2 tem atividades relacionadas ao couro como matéria-prima base, sendo elas a IP Franca, de produtos calçados, requerida pelo Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, e a IP Vale dos Sinos, produtora de couro acabado, requerida pela Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul. Apenas a IP Porto Digital, de serviços de tecnologia e informação insere-se como fornecedora de serviços, sendo que as demais 52 são de produtos, principalmente agroalimentares, extrativismo e artesanato.

4.4 PRINCÍPIOS LEGAIS DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Existem diversas maneiras de identificar um produto a partir dos signos que denotam certificação, dentre elas: marcas, nomes comerciais, logos, patentes, IG etc.

As IGs têm a capacidade de indicar diferenças nos produtos se comparado aos seus similares. O conhecimento sobre a IG faz com que o consumidor entenda que existe um processo de produção regulamentado por um conjunto de normas e fiscalizado por um conselho regulador, anunciando uma produção específica em um determinado recorte territorial. Os produtos de IG são resultado de saber-fazer específico de um grupo de produtores que possuem maneiras particulares de se organizarem, produzirem e viver. Os processos de solicitação, análise, registro e consolidação de uma IG passam por uma série de observações que garantem a utilização do selo de procedência, dando créditos a sua existência.

No processo histórico e de relações territoriais, os estudos sobre potenciais de IG devem obedecer alguns princípios, enxergando-os como necessário relatá-los para melhor caracterizar.

Segundo BRASIL (2014) o princípio da disponibilidade remete a um termo utilizado referente a um conjunto de produtores inseridos num recorte espacial restrito e que traz no seu bojo a tradição do saber-fazer. A disponibilidade deste termo pertence ao território, ao conjunto de produtores inseridos neste recorte escalar devidamente mapeado.

Para BRASIL (2014) é cada vez mais recorrente a associação do consumo a qualidade dos produtos produzidos nos território, dessa maneira atinge-se o princípio da notoriedade. Notório significa algo reconhecido pelas suas características que muitas vezes não ganham

evidência, mas que tem uma visibilidade, que já conquistou uma parcela de mercado, seja regional, estadual, nacional, global.

De acordo BRASIL (2014) o princípio da especialidade poderia trazer danos e ganhos oportunistas desde que empresas parasitárias poderiam vir a produzir aproveitando das oportunidades crescentes de mercado. Assim, o registro de uma IG impede o registro de novas marcas somente para produtos do mesmo segmento de mercado, ou afins a este.

As IGs podem se fortalecer e ganhar sentido diferenciado de mercado no momento que as associações e produtores entenderem que é preciso criar mecanismos de controle sobre o ambiente, minimizando e sanando os impactos aos ecossistemas. A busca por desenvolver projetos de controle sobre o ambiente é imprescindível para atingir parâmetros de desenvolvimento e ganhar consistência no mercado global.

Para o INPI (2015) a IG é o selo distintivo que serve para designar produto ou serviço que tem origem em um determinado local, região ou país, quando determinada reputação, característica ou qualidade possa lhe ser vinculada essencialmente a sua origem geográfica. Um dos sentidos da IG é valorizar as particularidades e singularidades territoriais de produtos ou serviços, conferindo sua originalidade. O processo de reconhecimento requer pesquisa qualitativa e quantitativa, imprimindo um levantamento histórico e cultural nas relações sociais, bem como compreender a atual fase de organização.

Levantar a possibilidade de solicitação de registro de uma IG surge devido o atendimento a um conjunto de fatores relacionados aos princípios legais de reconhecê-la. O conhecimento da área de ocorrência é um importante salto, pois é responsável por despertar a busca da apropriação dos conhecimentos que amparam legalmente a IG. A pesquisa bibliográfica em torno dos territórios específicos subsidia o contato com a realidade, bem como faz comparar com experiências consolidadas de IG.

Percebe-se que as experiências de IG no Brasil demonstram a capacidade de articulação dos produtores através de associações que compreendam a importância da organização coletiva (pequenos, médios e grandes produtores) para superação de entraves territoriais que dificultam o desenvolvimento da produção ou serviço. Assim, o processo de apropriação, solicitação e registro de uma IG tem como um dos princípios o conhecimento, anseio e envolvimento por parte dos produtores e comerciantes de maneira aberta e coletiva através de um processo de governança territorial.

O processo de desenvolvimento precisa visar uma integração territorial com intenção de estabelecer planejamento de curto, médio e longo prazo, para isso, precisa que os atores territoriais sintam-se protagonistas dos processos decisórios e entendam a necessidade de se

colocar no espaço-tempo. Dessa forma, a influência externa deve ajudar revelar as potencialidades na tentativa de apontar caminhos para a superação entraves, estimulando a autoestima, bem como provocando mudanças políticas, tendências de mercado, inovação, regulação etc.

A forma mais comum de organização ocorre através das associações, assim, a existência ativa de uma associação de produtores e comerciantes é um passo importante para estruturação dos princípios e valores que devem nortear uma IG. A associação assume papeis relevantes na organização e gestão, desde a solicitação, o registro e o pós IG, sendo mediadora entre as normas, os produtores locais e a relação com o poder público, bem como promover e preservar a IG.

De acordo o INPI (2015) todo e qualquer pedido de reconhecimento de uma IG, segundo o artigo 5° da IN N°25/ 2013, devem ser apresentados por associação, instituto ou pessoa jurídica que seja comprovadamente representativa da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico. Assim, as IGs são um bem coletivo, desde que todos estejam representados pela associação de produtores e façam parte da área geográfica cartograficamente delimitada.

Conforme o BRASIL (2014), quando se trata da titularidade, a IG pode ser considerada um bem privado de uso comum do povo, haja vista que carrega o nome geográfico de um lugar. A utilização da titularidade deve ser dada a partir do cumprimento das exigências legais de pertencer a área e estar devidamente associado. Compreende-se que este bem possui particularidades que o tornam diferenciado e o reconhecimento destas características torna o território especializado num determinado saber-fazer, agregando valor aos seus produtos e serviços. Fica então estabelecido que a IG não pode pertencer a uma empresa ou grupo de empresários.

Reconhecida a associação de produtores como a melhor forma de representar os interesses coletivos e a busca pelo registro da IG, indica que,

> [...] o ideal é que haja uma estrutura de gestão da IG separada da estrutura de controle da associação, para que haja imparcialidade no controle dos produtos ou serviços. Também é recomendável que da estrutura de controle participem, como convidados, terceiros que não fazem parte da associação, mas que conhecem a IG, tais como técnicos, especialistas, consumidores etc (BRASIL, 2014, p.122).

Assim, o Brasil (2014) aponta que o ideal é que se crie uma estrutura de controle de maneira imparcial com pessoas que possuam conhecimentos sobre IG, tais como técnicos,

especialistas, representantes de outras instituições governamentais e não governamentais, estudantes etc.

No processo de solicitação do registro de uma IG deve se considerar diversos elementos, dentre eles: o conhecimento sobre a importância das atividades no seu processo histórico, a relação cultural, a situação de produção e suas perspectivas quanto ao futuro.

O INPI (2015) através da IN N°25/ 2013 indica que a delimitação da área geográfica de uma IG deve acontecer através da utilização precisa da base cartográfica, executada por um instrumento oficial. Neste processo, são pesquisadas todas as relações territoriais com a atividade de produzir um determinado produto ou serviço, a localização dos núcleos de produção, bem como expansão da importância dessa atividade no território, contextualizando com as informações geográficas da área. Desta feita, é um processo contínuo e que pode sofrer modificações a partir da inserção de novos elementos de pesquisa.

Assim, para comprovar o verdadeiro sentido de um IG, o levantamento histórico-cultural pode ser comprovado através de documentos oficiais (livros, produção de vídeos, artigos, relatos de produtores e comerciantes, lendas etc.) que compreendem esta atividade como elemento importante ao longo dos anos. Conhecimentos estes passados de geração em geração e que com muitas dificuldades flexibilizam para sobreviver em meio a diferentes disputas por mercado consumidor em diferentes contextos sociopolíticos

.

4.5 DESAFIOS E IMPACTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA IG

Antes de galgar os desafios a serem enfrentados no plano de políticas externas é bastante comum enfrentar dificuldades internas entre produtores locais, o poder público e associações na busca pela definição e cumprimento dos procedimentos que irão constar no regulamento de uso e na definição das normas de produção. Atenta-se que todos os procedimentos devem estar em consonância com a Lei N° 9.279/96 e com a IN N° 25/ 2013.

Dentro da estrutura de controle da IG, deve constar no regulamento de uso a informação que os selos somente podem ser expedidos obedecendo todos os requisitos que atestam a qualidade diferenciada, e que estejam em cumprimento com as normas de produção.

Na delimitação da área geográfica é importante o cuidado para que todos os procedimentos sejam considerados, haja vista o prejuízo ou favorecimento indevido de produtores.

No plano de políticas externas, a associação, juntamente com o conselho regulador deve atentar-se para as ações de sucesso e fracasso das demais experiências de IGs. Torna-se necessário uma política de marketing para fortalecimento da cadeia produtiva, efetivação de mercado, tendo como consequência também o sentimento de pertencer a um determinado grupo social.

No II Simpósio Brasileiro de Indicações Geográficas, realizado em Ilheús/ Bahia, 2014, foi possível vivenciar relatos de experiências de IGs que tiveram um aumento da produção e comercialização em torno de 20% a 30%. Tal ação pode contribuir para o aumento do mercado e agregação de valor aos produtos, devendo os produtores se preparar para lidar com uma dinâmica de comercialização mais intensa.

Os resultados obtidos a partir das IGs são variados, apesar de bastante otimista, o reconhecimento de uma IG não garante sucesso de mercado e não confirma que o crescimento seja concretizado. As políticas decisórias adotadas pelas associações podem ter direcionamentos variados, o que em si contribui para diferentes caminhos, positivos ou negativos. Tem-se que, grande parte das IGs brasileiras efetivou seus mercados consumidores, ganharam autonomia e estímulo, adquiriram investimentos no melhoramento da produção, absorveram o sentimento de associação e coletividade, socializando as dificuldades, alterando as relações objetivas de produção.

5 PRODUÇÃO DO COURO NO MUNDO, NO BRASIL, NO ESTADO DA BAHIA E EM IPIRÁ

Este capítulo tem como intuito situar e contextualizar a produção e comercialização do couro nas distintas escalas espaciais distinado para os diferentes seguimentos de mercado, principalmente calçados e artefatos de couro. Paira sobre a necessidade de aplicar investimentos em melhoramento de tecnologia na busca pela eficiência produtiva, redução dos impactos provocados ao ambiente e inserção competitiva mundial.

O trabalho busca entender a organização da produção do couro, encarando como um elemento possível de melhoramento da qualidade de vida das pessoas que se inserem na produção de artefatos de couro. Tem como intenção proporcionar ao leitor um breve contexto da produção do couro no mundo, no Brasil, na Bahia e em Ipirá e suas possibilidades de realização.

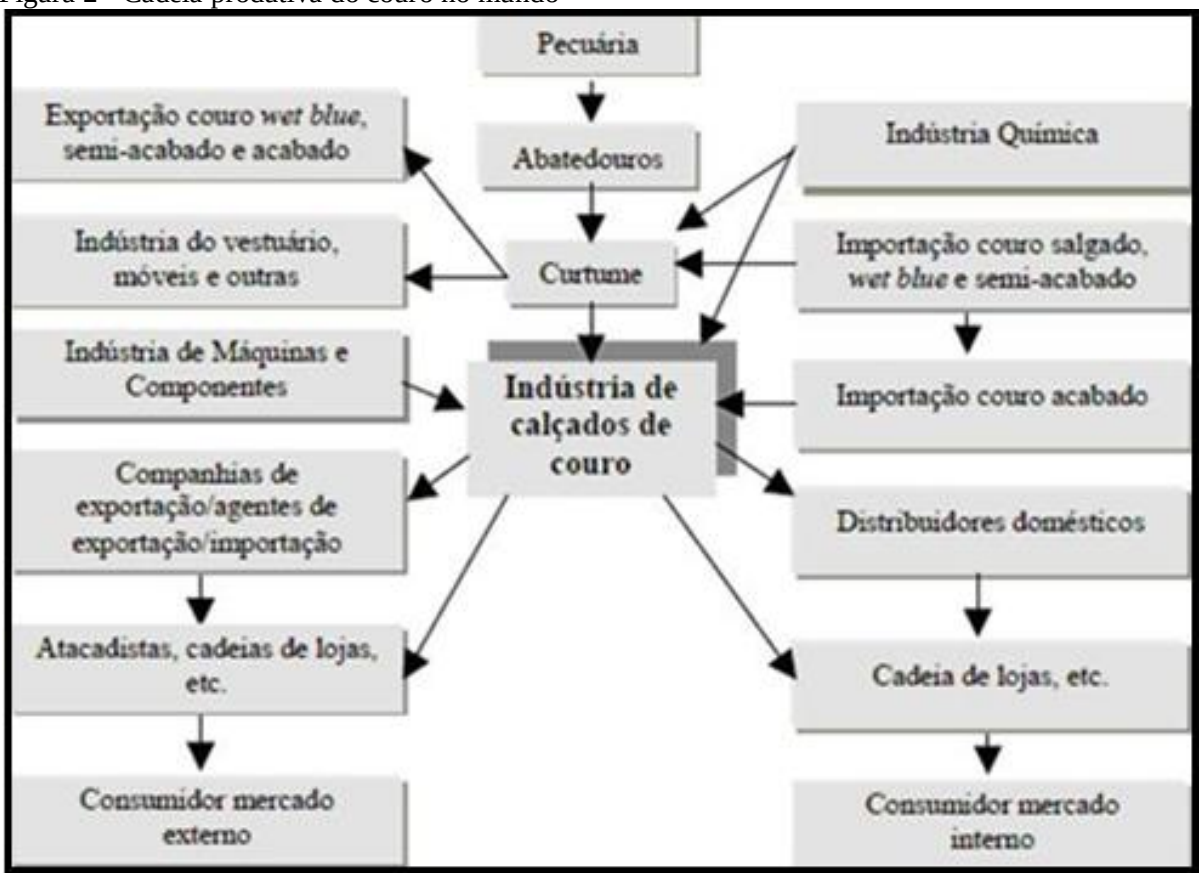
No contexto brasileiro, tem-se que, devido a forte tradição pecuária, todas as regiões possuem atividades relacionadas ao couro, contudo a produção coureira e os curtumes no Brasil encontram-se concentradas principalmente nos estados do Sul e Sudeste, relacionando com a maior concentração de fábricas de calçados. Na Bahia, um estado com características agropecuárias, segundo a JFMG (2015), a produção de couro abrange todas as regiões do estado, sendo que existem vinte curtumes regularizados mediante registro empresarial com baixo nível técnico, contribuindo para a desvalorização do produto.

5.1 PRODUÇÃO DO COURO NO MUNDO

Em qualquer das escalas de análise, entende-se que a cadeia produtiva do couro inicia-se na atividade pecuária. Os abatedouros, os produtores, os atravessadores ou as associação de produtores fornecem a matéria-prima aos curtumes. Ao receber a matéria-prima bruta, os curtumes fazem o beneficiamento com incremento de produtos químicos, dando o primeiro tratamento à pele. Os curtumes são responsáveis por fornecer o couro em diferentes estágios para atender as diferentes necessidades do mercado. Com base nos levantamentos de pesquisa, a produção de calçados, artefatos de couro, indústria de móveis, indústria de vestuário e a cadeia automotiva são os principais compradores de couro nos curtumes.

De acordo a ABDI (2011) mais de 50% do couro produzido no mundo é destinada a produção de calçados. O couro bovino predomina na produção e comercialização mundial de couros. Aproximadamente 65% do couro produzido no mundo têm origem bovina.

Figura 2 - Cadeia produtiva do couro no mundo



Fonte: Qualidadeonline's blog, 2015

Conforme ABDI (2011), a maioria dos curtumes concentra-se, sobretudo nos países subdesenvolvidos, sendo que isso pode estar relacionado à ineficiência jurídica na fiscalização ambiental, na facilidade de aquisição da matéria-prima a custos baixos, baixos salários etc. Atenta-se que o processamento do couro utiliza grande quantidade de água, bem como produtos químicos nocivos ao ambiente. Os lançamentos de dejetos provocam impactos diretos na qualidade da água dos rios, na vida de animais e vegetais, bem como na saúde humana. Constitui um desafio o desenvolvimento de tecnologias que contribuam para reduzir os impactos ao ambiente ajudando para eficiência produtiva e regulação de parâmetros ambientais.

O alto grau de poluição ambiental, a pouca utilização de tecnologia e mão de obra desqualificada, são características comuns que facilitam o desenvolvimento das atividades dos curtumes nos países subdesenvolvidos onde a legislação ambiental é frágil. Entende-se que a

pouca regulação dos órgãos ambientais é fator decisivo nas transferências dos curtumes dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos.

De acordo a ABDI (2011) a concentração da produção mundial do couro está fortemente correlacionada com a concentração dos rebanhos. O Brasil possui o segundo maior rebanho bovino do mundo, atrás apenas da Índia.

Segundo a ABDI (2011) os países asiáticos e latino-americanos têm se destacado na produção mundial de couro bovino. A China se destaca como o maior produtor mundial de couro, seguido da Itália, Índia, Brasil e Coreia do Sul. Os principais países exportadores de couro são: Itália, Hong Kong, Brasil, Coreia do Sul e Argentina, respectivamente. Os principais mercados compradores do couro produzido no mundo são: China, Hong Kong, Itália, Vietnã e Alemanha.

De acordo os levantamentos da pesquisa o couro é classificado em quatro tipos de acordo os estágios de acabamento, são eles: couro salgado (couro bruto salgado para conservação, transporte e armazenamento), wet blue (incremento do cromo e retirada da gordura), crust (semiacabado) e couro acabado (pronto para ser utilizado na produção final). O couro acabado ganha destaque na quantidade de produção, haja vista ser o couro pronto para ser trabalhado após todas as etapas de tratamento, agregando valor de comercialização ao produto. O couro acabado oferece às empresas a comodidade de adquirir uma matéria-prima pronta para ser transformada em produtos para comercialização.

Segundo a ABDI (2011) tem-se que a maior parte do couro produzido é voltada para produção de calçados e artefatos de couro, seguido de móveis, vestuário, automóvel etc. Apesar de ter um mercado cativo que revela um cenário otimista de produção e consumo, a produção de couro apresenta contradições relacionadas aos problemas ambientais causados pelo beneficiamento do couro, revelando uma possibilidade de continuísmo da poluição ambiental das águas e do ar.

5.2 PRODUÇÃO DE COURO NO BRASIL

Segundo a ABDI (2011), o Brasil possui o segundo maior rebanho bovino, o quarto maior produtor e o terceiro maior exportador de couro do mundo, correspondendo a 8% das exportações. Tem-se que a Itália é o maior exportador de couro, respondendo por 25,1%.

Conforme Giraldi; Neto (2008) a cadeia produtiva do couro e do calçado é composta por uma grande variedade de fornecedores de matéria-prima, máquinas e componentes que, aliada à tecnologia de produtos e inovações faz do setor calçadista brasileiro um dos mais importantes do mundo.

De acordo a ABDI (2011) a qualidade do couro é fundamental para a cadeia produtiva dos derivados. A indústria do couro no Brasil ainda não é intensiva em tecnologia, pairando a necessidade de inovação nos processos de produção. Ainda é possível identificar marcas de descuido na qualidade final do couro, desde o abate de animais mais velhos, cercas de arame farpado, agressão humana, diferenciando do couro produzido principalmente na Itália, país desenvolvido com forte tradição no setor.

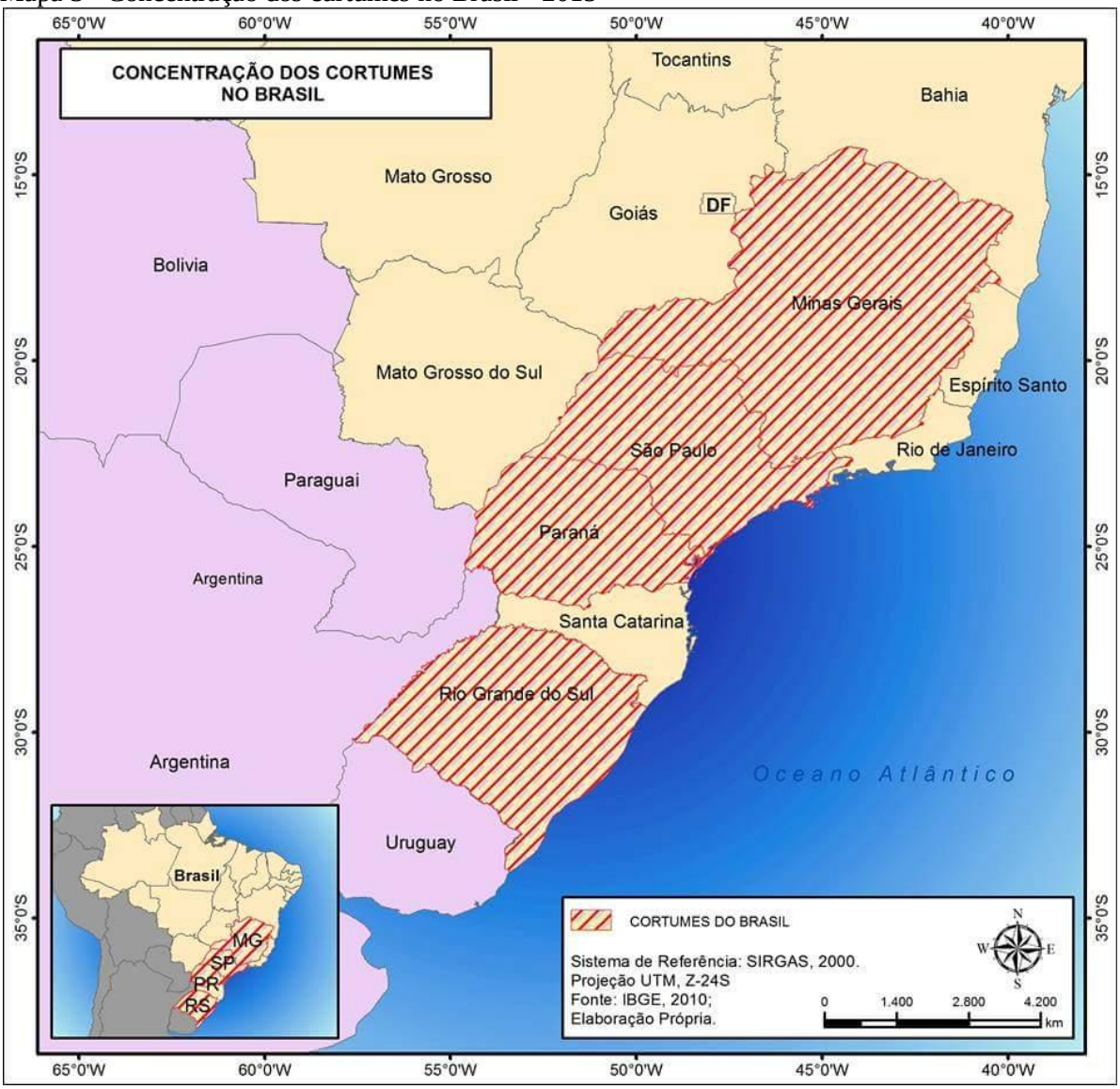
Identifica-se que a criação de bovinos em pastos com cerca de arame farpado, as deficiências em tecnologia nos processos de produção, os impactos ambientais, afetam diretamente no baixo valor agregado aos subprodutos do couro no Brasil, se comparado aos processos de produção dos países desenvolvidos, a exemplo, Itália. Entende-se que na busca pela gestão e melhoria dos processos produtivos no Brasil necessita-se encontrar alternativas menos poluentes que contribuam para a redução de resíduos e efluentes lançados no ambiente, acesso a tecnologia e qualificação de mão de obra.

Conforme o mapa 3, no Brasil a maioria dos curtumes concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, coincidindo com a área de produção industrial voltada para fabricação de calçados. As empresas produtoras de couro, em sua participação significativa encontram-se verticalizadas em forma de monopólio por parte dos frigoríficos (JBS Frigoríficos, Marfrig etc). Assim, tem-se mapeado as possibilidades de realização da cadeia produtiva do couro no Brasil, bem como os entraves que dificultam uma maior relação no mercado de exportação do couro acabado e todos os seus derivados.

Atualmente, o polo de produção de calçados de Franca (calçados masculinos) e Vale dos Sinos (calçados femininos) são os dois principais polos calçadistas do Brasil. Destaca-se também na escala nacional os polos calçadistas dos estados de Santa Catarina, Minas Gerais e, mais recente, os estados do Nordeste.

Para Henriques (1999), a partir da década de 1990, com a migração de grandes empresas das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste, fez surgir um novo polo calçadista no Nordeste, decorrente de dois fatores principais: amplos subsídios concedidos pelos Governos dos estados nordestinos e aos baixos salários dos trabalhadores corresponder, em relação aos praticados na cidade de Franca e do Vale dos Sinos.

Mapa 3 - Concentração dos curtumes no Brasil - 2015



Fonte: IBGE, 2010.
Elaboração: SOUZA, W.C, 2015.

Segundo Calandro; Campos (2013) a produção de calçados no Rio Grande do Sul se expande por quase todo estado, haja vista as políticas de incentivos fiscais e aproveitamento da mão de obra. O destaque da produção do estado acontece nos municípios que fazem parte dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDES) Vale do Rio dos Sinos e Paranhana-Encosta da Serra.

A produção dos calçados do COREDE Vale do Rio dos Sinos apresenta-se como um arranjo produtivo local bem estruturado. No caso específico do Vale dos Sinos, Giraldi; Neto (2008) apontam que o fato de produzirem preferencialmente para o mercado externo forçou as empresas a buscarem atualização tecnológica para cumprirem as normas estabelecidas por exportadores, motivando também a instalação de fornecedores para a indústria na região.

De acordo Giraldi; Neto (2008) potencializado pela capacidade de produzir calçados, o Vale dos Sinos possui 51 estabelecimentos de ensino profissionalizante, 9 instituições de nível superior; a taxa de analfabetismo corresponde a 3,1% de pessoas com 15 anos ou mais. Possui baixos índices de mortalidade infantil e alta expectativa de vida ao nascer, refletindo na boa qualidade de vida de parte da população.

O polo calçadista de Franca/ SP destaca-se pela produção de calçados masculinos. De acordo com o INPI (2015) foi concedido no ano 2002 ao Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca o selo de IG na modalidade IP. A utilização do selo de IG pressupõe vínculo de qualidade diferenciada aos calçados fabricados no município de Franca, desde que atendam as especificações que constam no regulamento de uso.

De acordo com o Sindifranca (2016), além de possuir as fábricas de calçados, a cidade de Franca conta também com produtores de insumos, como solados, adesivos, curtumes, matrizarias, máquinas e equipamentos, agentes de mercado interno e externo e, sobretudo com instituições que procuram desenvolver e difundir inovações tecnológicas e gerenciais através de instituições de ensino técnico e profissionalizante como o SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE, universidades como Fatec, UniFacef , Universidade de Franca e Unesp.

Conforme informações do Sindifranca (2016) o resultado dos esforços para estruturação da cadeia produtiva dos calçados de Franca/ SP giram em torno de combater o trabalho infantil, promover educação e auxiliar na consolidação de um futuro melhor. Outra preocupação relaciona-se com o meio ambiente, por isso, foi criado no pólo de Franca, um aterro industrial, para descarte dos resíduos das fábricas calçadistas.

Conforme o INPI (2015) a região do Vale dos Sinos recebeu no ano de 2009 a certificação de IG para o produto couro acabado. A IG Vale dos Sinos para couro acabado foi xsolicitada pela Associação de Curtumes do Rio Grande do Sul, atendendo a modalidade IP. Entende-se que o couro produzido nesse território específico possui particularidades que o caracterizam por possuir qualidade diferenciada.

5.3 PRODUÇÃO DE COURO NA BAHIA

A cadeia produtiva do couro no estado da Bahia compreende alguns setores principais: produção de calçados, indústria de artefatos de couro (cintos, bolsas, carteiras etc.), os

curtumes, o setor pecuário e o frigorífico. Dessa maneira, se faz necessário entender como está estruturada a cadeia produtiva no estado.

De acordo a SDE (2015) a Bahia possui 82 empresas do ramo de calçados e componentes. A instalação das empresas de calçados no estado da Bahia acontece à medida que encontra mão de obra qualificada, oferta de matéria-prima, tecnologia de processos e equipamentos, incentivos fiscais etc. Atualmente, as indústrias de calçados da Bahia fabricam 43 milhões de pares por ano.

De acordo a SDE (2015), o SENAI é responsável pela qualificação de profissionais que integram as empresas do pólo calçadista no estado da Bahia, oferecendo cursos voltados para produção de calçados, artefatos de couro e design. Destaca-se que na cidade de Ipirá, através de uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o SENAI oferece o curso de formação de costureiro/a, formando mão de obra para a indústria Paquetá/ SA.

Segundo a JFMG (2015) a Bahia possui 20 curtumes situados nos municípios de Juazeiro, Salvador, Candeias, Simões Filho, Nazaré, Ipirá, Jacobina, Vitória da Conquista, Itambé, Jequié, Senhor do Bonfim, Santa Maria da Vitória e Teixeira de Freitas. Contudo grande parte da matéria-prima utilizada na produção de calçados e artefatos de couro provém dos curtumes dos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

A JFMG (2015) relata que a compra do couro bruto pelos curtumes é feita nos frigoríficos, através do próprio produtor, atravessadores, e em alguns casos é adquirida pelas associações de produtores de bovinos, caprinos e ovinos.

Indiferente do contexto brasileiro, a cadeia produtiva do couro na Bahia acontece de maneira que é perceptível o descuido com o tratamento do animal, incidindo na baixa qualidade do produto final. Entende-se como necessário o melhoramento das etapas do processo produtivo, envolvendo desde a atividade pecuária, alimentação, cercamento das propriedades, atividades frigoríficas, transporte, armazenamento, utilização de equipamentos que racionalizem os cuidados com o tratamento do couro, redução dos impactos ao ambiente etc.

Visualiza-se como necessário um maior envolvimento dos curtumes com os produtores e associações de produtores, haja vista diminuir a presença do atravessador na aquisição do couro, o que em si pode contribuir incisivamente para agregação de valor ao produto, tornando a indústria de transformação mais competitividade.

5.4 PRODUÇÃO DE COURO EM IPIRÁ

O surgimento e desenvolvimento das atividades relacionadas ao couro de boi e de bode no município de Ipirá estão associados à forte tradição com a pecuária, que são significativas para a economia do município e da região em torno do município.

Relatos históricos de moradores locais referem aos artefatos fabricados no município de Ipirá a partir do couro curtido os quais eram facilmente encontrados em grandes feiras do Nordeste brasileiro, atraindo os gostos de coronéis renomados, bem como a comercialização direta com grandes fazendeiros, jagunços, vaqueiros etc.

No contexto histórico, verificado nos relatos de produtores de artefatos de couro em Ipirá, a produção dava-se como suporte às atividades de montaria de animais, como cavalos, burros etc., vista como atividades culturais e econômicas. Visualizam-se na potencialidade da produção dos artefatos de couro em Ipirá um viés otimista de superação das contradições sociais, das disparidades econômicas e políticas, no contexto do município em análise.

A afirmação da identidade territorial com a produção dos artefatos de couro em Ipirá advém de períodos econômicos em que havia sentido diferenciado do contexto produtivo atual: a maioria do couro de bode e de boi era customizada pelos produtores de maneira artesanal as margens do rio do Peixe, nas localidades de Rio do Peixe, Malhador e Umburanas. Atualmente a maioria da produção acontece, sobretudo pela fabricação de bolsas, cintos e carteiras, onde o couro tem origem em curtumes de outras cidades e estados brasileiros.

Com base na figura 3, verifica-se que o couro curtido no município de Ipirá apresenta características artesanais com pouca ou nenhuma utilização de técnicas modernas, recaindo sobre a necessidade de apoio de políticas públicas para adequação aos parâmetros ambientais e de saúde humana. A produção é voltada, sobretudo para a confecção de artigos artesanais como: selas, sandálias, indumentária do vaqueiro (manta, perneira, gibão, chapéu, chicote, bainha de facão etc.), carteiras e cintos.

Figura 3 - Curtume no Distrito do Malhador - 2015

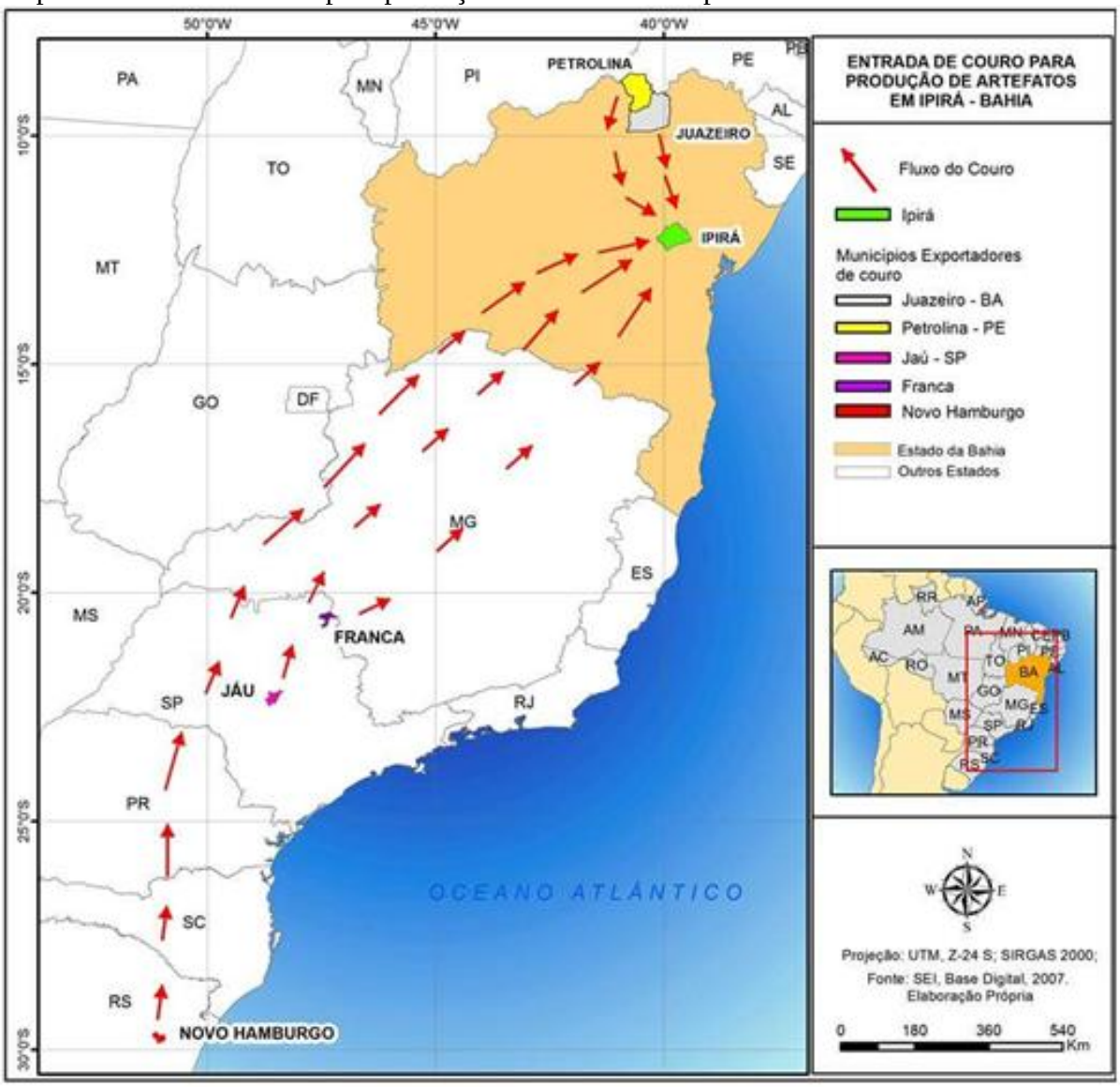
Autor: SOUZA, W.C, 2015.
Fonte: Pesquisa de campo

A produção de couro e artefatos de couro em Ipirá acontece como uma atividade econômica significativa para a economia municipal. Atualmente, devido o caráter informal, pouco incentivo governamental, a ausência de melhoramento das técnicas de produção, pouca capacidade de organização coletiva etc. A maioria dos curtumes artesanais que existe em Ipirá encontra-se em declínio com forte tendência a entrar em desuso. Movido pela dinâmica econômica, o setor produtivo de artefatos de couro em Ipirá configura-se pela produção de artefatos em couro industrial acabado, tais como: carteiras de bolso, cintos, bolsas.

Para garantir as demandas de produção de carteiras, cintos e bolsas, atualmente, parte da matéria-prima utilizada na produção vem do Curtume Campelo, localizado no município de Juazeiro/ BA, do Curtume Moderno, localizado em Petrolina/ PE e da Brespel (Companhia Industrial Brasil Espanha) em Alagoinhas/ BA.

As empresas que se destacam no mercado de produção de artefatos de couro em Ipirá tem buscado adquirir parte do couro dos curtumes de Franca e Jaú/ SP, Novo Hamburgo/ RS. De acordo produtores locais, o couro produzido nos estados do Sul e Sudeste possui qualidade superior se comparado ao couro produzido em Juazeiro/ BA, Petrolina/ PE e Alagoinhas/ BA, haja vista a utilização de técnicas que contribuem para o melhoramento do produto final. De acordo Emerson Lima, funcionário da empresa Classe Couro, as dificuldades de compra dos produtos dos estados do Sul e Sudeste acontecem à medida que a demora no transporte e o acréscimo no valor do frete faz com que encareça o preço do produto.

Mapa 4 - Entrada de couro para produção de artefatos em Ipirá - 2015



Fonte: SEI, 2007.
Elaboração: SOUZA, W.C, 2015.

Na distribuição da produção de artefatos de couro em Ipirá as carteiras de bolso representam a maior parte da produção, seguidas por bolsas masculinas e femininas, cintos, sandálias, artigos de selaria, dentre outros. Entre produtores, comerciantes e funcionários inseridos na cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá estima-se que haja mais de mil famílias envolvidas. nesta atividade. Segundo Emerson Lima, funcionário da empresa Classe Couro, estima-se que entre todos os produtores são fabricadas em torno de 150.000 unidades carteiras por mês.

6 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE IPIRÁ

Este capítulo tem como intuito descrever e analisar o município de Ipirá compreendendo suas relações históricas, econômicas, sociais e ambientais, para assim retratar seu quadro de organização atual. Busca caracterizar a realidade a partir do envolvimento coletivo, análise, observação e participação nas relações públicas municipais. Trata-se de buscar entender os elementos que subsidiem a compreensão multiescalar e temporal no contexto do Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

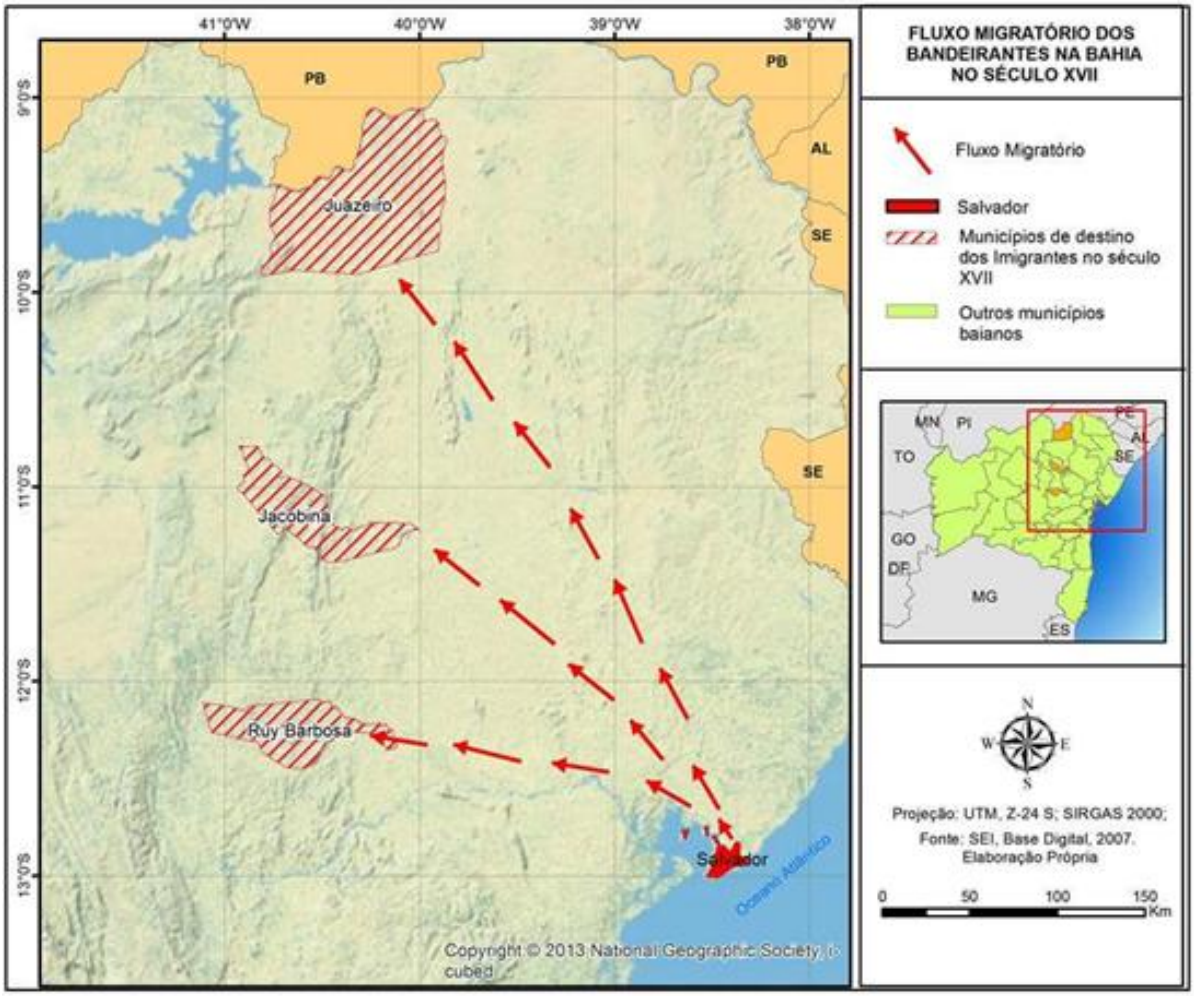
Entende-se que as relações históricas e políticas influenciam decisivamente o direcionamento da formação da sociedade, da cultura e das relações sociais de produção. Desencadeia-se na compreensão atual de uma realidade desigual, contraditória e em movimento.

6.1 DA TRIBO PAIAIÁ AO SÉCULO XXI: A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPIRÁ

Segundo o historiador ipiraense Barreto (2003) o conhecimento formal da história de Ipirá se inicia no século XVII, quando as tropas de paulistas, na busca pela captura de índios para trabalharem na condição de escravos na lavoura e descoberta de recursos minerais, na época do Movimento Bandeirante, partiram de Salvador em três frentes adentrando o sertão.

As pisadas das boiadas estabeleceram as primeiras rotas de colonização portuguesa no sertão da Bahia. Barreto (2003) destaca que uma das tropas seguiu em direção ao rio Itapicuru até chegar a Jacobina. Outra tropa seguiu até Juazeiro, na região do São Francisco. A terceira tropa destinava-se a serra do Orobó, atual município de Ruy Barbosa, desbravando a caatinga, seguindo pelas proximidades do rio Paraguaçu, como indica o mapa 5. Cada uma dessas três regiões apresentava características comuns aos interesses dos colonizadores desbravando os sertões: água, ouro e alimento.

Mapa 5 - Fluxo migratório dos Bandeirantes na Bahia no século XVII



Fonte: SEI, 2007.
Elaboração: SOUZA, W.C, 2015.

Segundo Barreto (2003) a tropa que seguia em direção a serra do Orobó, liderada por Estevão Baião Parente, ao adentrar as terras secas do sertão encontrou dificuldades de sobrevivência, devido, sobretudo à seca, ausência ou escassez de comida e o forte calor da caatinga. Ao se aproximar da serra da Caboronga, rica em frutos, vegetação, animais, com um relevo elevado, aportou suas tropas próximas a uma árvore de grande porte, localidade que ficou conhecido como Pau-Ferro, atualmente povoado do Pau-Ferro, pertencente ao município de Ipirá.

De acordo moradores do povoado do Pau Ferro, historicamente a região da serra da Caboronga, retratada na figura 4, era habitada por índios da Aldeia Paiaiá. Segundo Barreto (2003), os índios da Aldeia Paiaiá passaram a ser perseguidos e mortos pelos bandeirantes, que carregavam nos dentes o desejo sanguinário de abater índios. Constituiu um massacre sem precedentes para aquela região que até então era habitada por indígenas de maneira equilibrada com a natureza, sendo que retirava dela apenas os recursos necessários à

sobrevivência, sem conhecer históricos de violência. “[...] a Caboronga foi um dos últimos redutos a sofrer com o trabalho sujo. Foi um genocídio, foi uma matança impiedosa, na verdade o inferno paiaiá” (BARRETO, 2003, p.17).

Figura 4 - Serra da Caboronga – Ipirá - 2015

Fonte: Trabalho de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Conforme Barreto (2003) o município de Ipirá foi destruído nas suas relações ambientais e humanas, em pouco tempo milhares de índios foram mortos, dando início a uma civilização pobre, sem desfrutar dos privilégios e prosperidade dos engenhos de açúcar. Por haver terras em abundâncias, desenvolveu-se uma agricultura voltada à subsistência, preparando-se para a expansão territorial de dominação e a chegada do gado na região.

> A civilização da posse adquiriu amplitude soberba e hegemônica ao inserir no sertão. A Bahia virou um curral para seu gado e seu povo, e ao mesmo tempo, um paraíso para os latifúndios. Quase todo o sertão da Bahia foi doado a duas famílias: a Garcia D’Ávila e aos herdeiros do mestre de campo Antonio Guedes de Brito [...] (BARRETO, 2003, p.18).

Após a experiência de convívio entre indígenas, a civilização que teve como preceito a concentração de riqueza através do domínio das terras para criação do gado foi o elemento fundamental para nova organização sociopolítica, seja na extração irracional das riquezas naturais, na exploração das pessoas, na formação da miséria de muitos em razão dos privilégios de poucos. De acordo dados do projeto Geografar (2015), demonstra que a análise

crítica acerca da formação dos latifúndios tem como pano de fundo o entendimento de que a concentração de terras é o marco de formação da miséria alheia no território, contribuindo para expansão da escravidão.

Tem-se que, a atividade pecuária serviu de base para concentração das terras e para o processo de colonização do sertão, logo se tornou a sustentação econômica também do município de Ipirá, sendo através dela o surgimento de outras atividades econômicas, dinamizando as trocas de mercadorias.

Considerando o conhecimento sobre a composição vegetal original da caatinga e a chegada do colonizador europeu é perceptível que havia fatores naturais que dificultavam a estabilidade da atividade pecuária bovina no município de Ipirá. O gado que caracteristicamente era criado solto na densidade da caatinga, de galhos secos e retorcido, terras secas, solos rasos, arenosos e pouco férteis, poucas chuvas e concentradas, encontravam dificuldade de se firmar como a principal atividade econômica.

Conforme relata Barreto (2003), passou a viver nessa região na fazenda Ponta da Serra, terras de Antonio Castro Campos, Justiniano Ventura, um homem de boa reputação que logo se tornaria de grande importância para o semiárido. Possuía um lastro conhecimento sobre as plantas medicinais, disposto a ajudar todos que precisavam dos seus favores, vaqueiros, negros escravos, tropeiros e roceiros.

Segundo Barreto (2003), Justiniano Ventura, o Homem do Camisão, prestava serviços de raizeiro, mas recebia retribuição que garantia a sobrevivência de sua família. Sua reputação data da década de 1760 até a sua morte, em 1815, deixando a comunidade abalada e triste pela sua partida. O Homem do Camisão era bastante carismático, uma figura notória, educado, querido por todos.

O Homem do Camisão tornou-se comerciante importante na região, negociava ouro, gado, carne seca, couro, e preparava solas de sandálias, sapatos e botas para vender em Salvador, auferindo bons lucros. Segundo Barreto (2003), o Homem do Camisão, um rapaz alto, magro, tinha o costume de usar um camisão branco, folgado com franja. Tinha se tornado conhecido pelos seus serviços prestados para além da região da Caboronga e as redondezas, sendo conhecido também na região de Jacobina e do São Francisco.

De acordo Barreto (2003) a pecuária que tanto prosperava nas terras do sertão sofreu uma forte redução no final do século XVIII quando enfrentou a maior seca do século entre os anos 1791 e 1793. A seca desse período ameaçou a fixação do homem caatingueiro no semiárido nordestino, impondo uma condição extrema de miséria e penúria.

Para Barreto (2003) a chegada dos litorâneos no final do século XVIII, na condição de semeiros, implantaram a civilização do bode. O bode é um animal que resiste melhor a seca, sendo capaz de se adaptar às condições de semi-aridez do sertão. Um dos primeiros criadores de bode na região foi Antônio Ferreira, sesmeiro que chegou à região pela vontade da Rainha de Portugal, D. Maria.

Segundo Barreto (2003), após a morte do Homem do Camisão, no início do século XIX a malhada da fazenda Camisão tornou-se ponto de parada dos passantes que seguiam rumo à Jacobina e São Francisco. Ali se foi formando uma organização social com presença de atividades diversas ligadas à pecuária, a troca de mercadorias, encontro de roceiros, fabricação de artesanato e de comércio. Foi-se construindo casas e comércios ao redor da sede fazenda, ampliando as condições de povoamento.

A criação de caprinos impulsionou o crescimento do arraial do Camisão, a atividade das boiadas estava em alta, contribuindo para o dinamismo econômico do lugarejo que viria a se constituir Ipirá. Segundo Barreto (2013, p.138), "[...] o Camisão se transformou em um importante entreposto comercial na década de 1820".

Indiferente ao contexto de formação da maioria dos municípios do Nordeste brasileiro, Ipirá foi formado submisso aos interesses dos grandes proprietários de terra mantendo-se numa condição de subsistência. Moradores mais velhos relatam que em meados do século XIX as terras de Ipirá já estavam quase todas demarcadas entre os proprietários originários das famílias tradicionais.

Para Barreto (2003), a sociedade política ipiraense foi-se constituindo através de conflitos entre os proprietários de gado e os proprietários de cabra. Em meio a relações conflituosas, na década de 1870 o Camisão tinha assumido ares de cidade.

No contexto de organização política, na busca por adquirir recursos junto ao Governo do estado da Bahia, desde a década de 1820 eram travadas discussões com intuito de elevar o Camisão à categoria de Vila. De acordo o IBGE (2015), em 20 de Abril de 1855, o Governador da Província da Bahia, João Maurício Wanderlei, baixou uma Resolução elevando o arraial do Camisão à categoria de Vila. Camisão foi desmembrado de Feira de Santa Anna, assumindo os mesmos direitos que as demais vilas do Império. Em 31 de Março de 1856, a vila ganhou a categoria de município, sendo chamada Santana do Camisão. Em 1896 o Camisão chegou à categoria de município.

> [...] tinha os prédios da Administração; Igrejas; casas comerciais; tendas; oficinas de mestres alfaiates, sapateiros, rendeiros, ourivesaria; cabeleireiro; açougue; padarias; foram feitos chafarizes, caminhos e pontes. A movimentação das ruas estava crescendo e às quartas-feiras era sempre mais intenso (BARRETO, 2003, p.192).

Segundo Barreto (2003) na década de 1870 houve uma crise na economia baiana, fazendo com que diminuísse significativamente as relações comerciais entre o litoral e o sertão, contribuindo para o aumento da miséria no interior. A retomada da economia no estado fez aflorar com força as atividades de venda de couro e sela, matéria-prima abundante no município de Santana do Camisão.

Barreto (2003) relata que em 1890 uma seca prolongada provocou danos significativos no semiárido. O problema da seca intensificava frente a uma estrutura agrária fortemente marcada pela concentração de terras e baseada na cultura de subsistência. Embora houvesse em Ipirá uma grande quantidade de criadores de bode, estes não eram detentores de terras, o que contribuía para agravar e manter o status de miséria. Mesmo assim, a cabra e o leite de cabra supriam as necessidades de sobrevivência humana, fazendo com que o Camisão ganhasse fama de terra do bode.

Segundo Barreto (2003), no início do século XX, mesmo na condição de inferioridade devido não serem possuidores de terras, as atividades de produção caprina em Ipirá passaram a representar 90% dos negócios, numa queda absurda das atividades bovinas. Frente a valorização da moeda no governo Campos Sales, declinou as exportações de couro, fazendo perder valor devido a lei de oferta e procura pela mercadoria, que se tornou mais abundante.

> [...] mas a produção de couro de caprino do Camisão não sofreu baixa nem entrou em crise, devido ao fato de uma leva de mais de vinte famílias de artesãos de couro, prejudicados com a dificuldade de vender seus produtos no mercado internacional, deslocaram-se do Acupe de Brotas, para as caatingas do Camisão, em busca direta, sem intermediários, do couro do Camisão e, com o apoio do Coronel Antonio Mendes resolveram abrigar-se nas proximidades do rio do Peixe (BARRETO, 2003, p. 233).

Para Barreto (2003), a chegada das famílias artesãs fez surgir manufaturas artesanais de artefatos de couro nas localidades de Umburanas, Rio do Peixe e Malhador.

O saber-fazer dos artesãos, a proximidade do rio do Peixe para o processo de curtimento, a ausência de intermediários na aquisição da pele, a facilidade de comercialização dos produtos junto a coronéis, jagunços e vaqueiros, a abundância de plantas utilizadas no curtimento do couro, foram fatores que contribuíram para fortalecer e dinamizar a economia do couro em Ipirá. Todas as etapas, da matéria-prima ao produto final, eram realizadas no

município. Estes produtos eram comercializados na feira-livre da cidade de Ipirá nos dias de quarta-feira e logo ganharam destaque em outras feiras do Nordeste brasileiro.

De acordo com Barreto (2003), nas décadas de 1920 e 1930, na atuação cíclica do fenômeno da seca no semiárido, a atividade de criação de caprinos e ovinos era a fonte de renda mais significativa, surgindo conflitos de interesses frente a uma concentração agrária em que as terras estavam nas mãos dos criadores de bovinos. A maioria das relações comerciais acontecia por conta da comercialização de peles, couros e artefatos em couro, conectando Ipirá aos municípios de Salvador, Cachoeira, Castro Alves, Feira de Santana etc., em um alto volume de capital e mercadorias.

Frente a este contexto, entende-se que a crise da bolsa de valores de New York em 1929 fez com que caísse significativamente as vendas de couro de Ipirá para outros municípios, fazendo com que houvesse uma alta reserva de matéria-prima, consequentemente desvalorizando o produto. Relata-se que a atividade do artesanato teve importância impar frente à aquisição do couro, comercializando os artefatos nas feiras das cidades do sertão.

No cenário paisagístico do semiárido, com pouca ou nenhuma presença de políticas públicas, apesar da alta potencialidade na produção do couro e na capacidade do bode de resistir às intempéries, a maioria da população vivia sob condições precárias, sendo a fome ameaça constante à sobrevivência. Vimos que as terras estavam concentradas nas mãos dos coronéis e seus herdeiros, sendo que a cabra e a ovelha fizeram aflorar conflitos de interesses entre proprietários de terras e produtores de caprinos devido a ausência de cerca para separar as terras. Entende-se que a propriedade privada da terra representou um grande obstáculo ao desenvolvimento social de Ipirá, município essencialmente rural.

De acordo Barreto (2003) em 1950, 93% da população de Ipirá estava localizada na zona rural. A economia apoiava-se na agropecuária pouco desenvolvida. A atividade do bode mantinha sua dinâmica própria com mais de 80 mil cabeças de caprinos e ovinos em mais de 3.600 pequenas propriedades, criados soltos. Devido a facilidade na aquisição da pele e do couro, havia mais de 30 curtumes. Tal cenário contribuiu para o crescimento do comércio e da produção do artesanato, principalmente na confecção de artigos ligados a indumentária, tais como: chapéu, gibão, perneira, luvas, sapatos, sela, manta, rédea, cabresto, mala de couro etc.

Figura 5 - Produção de artefatos de couro em Ipirá - 2015

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Para Barreto (2003) a expansão da atividade de criação de caprinos e ovinos fez os grandes proprietários de terra, sobretudo criadores de bovinos sentirem-se ameaçados pelo avanço do bode em "suas terras", fazendo surgir conflitos de interesses pela posse da terra. O cercamento das propriedades reduziu a atividade caprina, criou um fosso social fazendo intensificar e reinar a miséria, a fome, a penúria de milhares de caatingueiros que criavam seus animais soltos. Neste momento, Ipirá perdeu o posto de "terra do bode", ganhando projeção à atividade bovina.

No contexto brasileiro dos anos 1950, o país passava por um momento de abertura econômica internacional com promessas de modernização devido o crescimento das atividades industriais na era desenvolvimentista. O processo migratório de nordestinos rumo a São Paulo aflorou com intensidade. Relata-se que em Ipirá inúmeras famílias partiram para São Paulo na esperança de sobrevivência e viver dignamente. A concentração de terras associada a incapacidade de reprodução das famílias campesinas foi o principal fator de expulsão do homem da terra na realidade ipiraense.

Moradores locais descrevem que a pecuária bovina nas décadas de 1960, 1970 e 1980, numa estrutura fundiária concentrada e excludente, associado a devastação da caatinga de maneira irracional fez surgir campos de vegetação rasteira, diminuindo a importância da atividade do vaqueiro, contribuindo fortemente para a devastação da vegetação natural.

É notório que a produção do couro passou a ser ameaçada pelo desenvolvimentismo da segunda metade do século XX. O gado que era criado solto em meio a caatinga passou a ser criado confinado, logo os utensílios de couro diminuíram sua importância devido a ausência da vegetação nativa e o incremento de produtos similares industrializados. Percebe-se que as motocicletas passaram a exercer a função do cavalo no apartar do gado e o êxodo rural foi intensificado. Neste contexto, a cidade de Ipirá passou a crescer mais rapidamente, assumindo características de uma cidade crescente e em estrutura insuficiente.

De acordo com os relatos de proprietários de terras e criadores de vaca para produção leiteira em Ipirá, nos anos 1980 o avanço da pecuária bovina de modo confinado fez com que Ipirá se tornasse uma das maiores bacias leiteiras do estado da Bahia e a principal atividade econômica do município. Os produtores comercializam o leite junto aos núcleos receptivos da Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB) e empresa multinacional Parmalat S.A, responsável pela captação, resfriamento, beneficiamento e comercialização do leite. Os interesses privados das empresas beneficiadoras entravam em choque com a realidade dos produtores que sentiam a desvalorização contínua do seu produto, tornando-se submissos. Com a queda da produção leiteira, essas empresas decretaram falência no município.

Os anos 1990 nos apresentam os traços mais marcantes do advento da modernidade no contexto municipal de Ipirá. Os produtos manufaturados comercializados nas feiras livres, com alta presença de trabalho humano e criatividade, foram sendo substituídos pelo avanço dos produtos industrializados. Roupas de couro, gibão, selas, botas, sandálias de couro, foram cedendo espaços presença de roupas de grifes, sela, botas e sandálias de material sintético etc. Inicia assim um processo de diminuição significativa da participação dos produtos artesanais no dia-a-dia da população e redução da importância da civilização do couro no território, que serão discutidos nos capítulos seguintes relacionados à pesquisa de campo.

6.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA: NATUREZA CONTRADITÓRIA E DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ

Com base na análise do Geografar (2015) compreende-se que a dificuldade de acesso a terra é geradora de desigualdades e contribui para a reprodução e permanência da miséria, fator de entrave ao processo de desenvolvimento. A elevação do padrão de vida, a emancipação da população, o acesso a educação, a superação de diversos problemas sociais,

somente são possíveis buscando enfrentar a realidade contraditória a partir do conhecimento dos modos de vida da população e das relações sociais de produção da formação socioespacial no município.

Nota-se que a estrutura fundiária no município de Ipirá privilegiou os produtores de bovinos em detrimento dos criadores de cabra e ovelha, predominando a grande propriedade rural. De acordo Barreto (2003), nos anos 1970, 1,07% dos proprietários rurais ocupava mais de 80% das terras em propriedades com área de 800 a mais de 10.000 ha.

Comum a realidade da grande maioria dos municípios do Nordeste brasileiro, a desestruturação das relações do homem do campo intensificou a pobreza e fez prevalecer condições de vida precária para grande parte da população de Ipirá. A desigualdade se fortaleceu e fez raízes profundas frente a uma estrutura política de forte tradição conservadora, coronelista, clientelista de conveniência, com marcas de opressão, repressão aos direitos individuais, de liberdade de expressão, pouco acesso a saúde, educação, lazer, emprego, participação social etc.

Segundo o Geografar (2015) na análise da estrutura fundiária e evolução do Índice de Gini (2006), entre os anos 1980 e 2006 houve uma redução na quantidade de estabelecimentos rurais no município de Ipirá. Conforme tabela 3, no ano de 1980 havia um total de 8.761 estabelecimentos, sendo que dados do ano de 2006, na tabela 4, indicam redução para um total de 6.860 estabelecimentos rurais.

Conforme o Geografar (2015) a concentração da propriedade privada da terra, portanto, da natureza, está na base dos conflitos agrários que marcam todo o campo brasileiro. Entende-se assim que a estrutura fundiária é a representação numérica da dimensão da violência manifestada pela apropriação privada da terra.

Com base nos dados do Geografar (2015) verifica-se na tabela 4 que em 2006 houve um predomínio na quantidade de estabelecimentos entre 5 a menos de 50ha, correspondendo a um total de 25,17% de área e uma quantidade de 3.137 estabelecimentos. Em seguida, predomina em termos quantitativos os estabelecimentos entre 0,1 a 5 ha, num total de 2.683 estabelecimentos, ocupando um total de 2,39% da área. Os estabelecimentos com mais de 50 ha correspondem a mais de 72% de área, num total de apenas 800 estabelecimentos.

Tabela 2 - Estrutura Fundiária – Ipirá, 1980

Grupo de Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 1	377	279	4,30	0,09
De 1 a menos de 2	605	929	6,91	0,31
De 2 a menos de 5	2.270	7.768	25,91	2,61
De 5 a menos de 10	1.471	10.824	16,79	3,64
De 10 a menos de 20	1.501	21.570	17,13	7,25
De 20 a menos de 50	1.533	47.900	17,50	16,10
De 50 a menos de 100	544	37.740	6,21	12,68
De 100 a menos de 200	248	34.707	2,83	11,67
De 200 a menos de 500	136	41.071	1,55	13,80
De 500 a menos de 1.000	50	34.369	0,57	11,55
De 1.000 a menos de 2.000	14	20.012	0,16	6,73
De 2.000 a menos de 5.000	10	26.957	0,11	9,06
De 5.000 a menos de 10.000	2	13.394	0,02	4,50
De 10.000 a menos de 100.000	0	0	0,00	0,00
De 100.000 a mais	0	0	0,00	0,00
Total	8.761	297.520	100,00	100,00

Fonte: Geografar, 2015
Elaborada por: SOUZA, W.C, 2016

A partir da leitura dos dados compreende-se que no município de Ipirá as quantidades bem como as terras mais produtivas encontram-se altamente concentradas em poucas propriedades privadas. As informações da tabela 4 informa o descaso político que predomina desde a formação da sociedade local, entendendo que a reforma agrária é o caminho possível de correção de problemas centrais na estrutura de um país com enormes contradições que dificultam o processo de desenvolvimento.

Conforme nos aponta o Geografar (2015), tomando como parâmetro a Evolução do Índice de Gini, a concentração de renda em Ipirá classifica-se como forte e muito forte, apresentando um índice de pobreza elevado. De acordo dados do IBGE (2015), dos 62.095 habitantes, aproximadamente 36% da população é analfabeta. Ao levar em consideração a quantidade de analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que sabem ler e escrever, porém não tem autonomia sobre si devido a incapacidade de compreensão, tal quantidade assume percentagem muito maior.

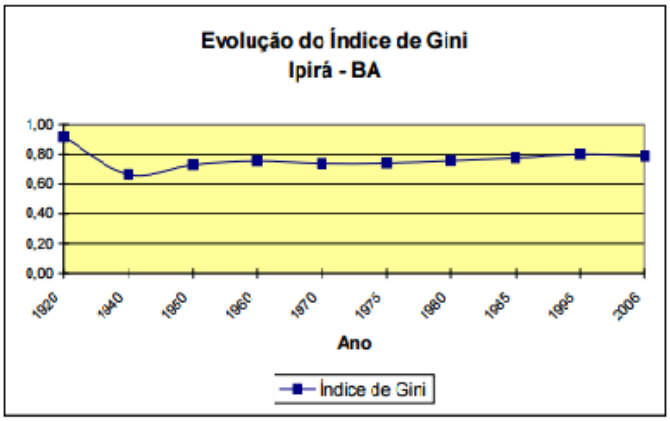
Tabela 3 - Estrutura Fundiária – Ipirá, 2006

Grupo de Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 há	17	0	0,25	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 há	16	2	0,23	0,00
De 0,2 a menos de 0,5 há	375	149	5,47	0,06
De 0,5 a menos de 1 há	456	370	6,65	0,16
De 1 a menos de 2 há	582	868	8,48	0,37
De 2 a menos de 3 há	445	1.058	6,49	0,46
De 3 a menos de 4 há	399	1.364	5,82	0,59
De 4 a menos de 5 há	393	1.738	5,73	0,75
De 5 a menos de 10 há	1.025	7.471	14,94	3,22
De 10 a menos de 20 há	964	13.769	14,05	5,93
De 20 a menos de 50 há	1.148	37.198	16,73	16,02
De 50 a menos de 100 há	408	28.792	5,95	12,40
De 100 a menos de 200 há	181	25.068	2,64	10,79
De 200 a menos de 500 há	140	43.814	2,04	18,86
De 500 a menos de 1000 há	52	33.201	0,76	14,29
De 1000 a menos de 2500 há	16	22.020	0,23	9,48
De 2500 ha a mais	3	15.377	0,04	6,62
Produtor sem área	240	0	3,50	0,00
Total	6.860	232.259	100,00	100,00

Fonte: Geografar, 2015
Elaborado por: SOUZA, W,C, 2016.

Tais considerações trazem em questão a discussão sobre a apropriação e uso da terra como geradoras de conflitos, que ocasionam diretamente em outros conflitos (violência urbana, migração forçada, inchaço urbano, desvalorização da mão de obra pelo excedente, submissão etc.).

Gráfico 1 - Evolução do Índice de Gini – Ipirá



Ano	Índice de Gini
1920	0,916
1940	0,664
1950	0,728
1960	0,754
1970	0,738
1975	0,739
1980	0,757
1985	0,775
1996	0,799
2006	0,787

Fonte: Projeto GeografAR, 2011.

Fonte: Geografar, 2015.

Assim, no campo de análises socioespaciais, as desigualdades se revelam como frutos de diferentes densidades de forças políticas em diferentes condições de apropriação e poder. Manifestam-se através das necessidades de um conjunto social que revelam, de um lado, o

poder de consumir, de se manifestar, de ter oportunidades e acesso aos bens e serviços, de outro, uma parcela significativamente maior em condições precárias de reprodução dos modos de vida.

6.3 SITUAÇÃO ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ

A situação econômica de um município em um país subdesenvolvido e de relações capitalistas não reflete condição de distribuição dos bens e acesso aos recursos. De acordo o IBGE (2013), o produto interno bruto (PIB) per capita de Ipirá é de R$ 9.405,50. Segundo a SEI (2006), a estrutura setorial do PIB municipal está distribuído da seguinte forma: o setor de agropecuária responde por 14,03%, o setor industrial por 17,37% e os serviços por 68,60%.

Segundo o IBGE (2013) o PIB per capita de Ipirá é de R$ 9.405,50, estando na posição 101° entre os 417 municípios baianos. Revela uma realidade caótica, pífia, abaixo da realidade nacional. De acordo o IBGE (2014) o PIB per capita nacional gira em torno de aproximadamente R$ 28 mil. Conforme o IBGE (2013) a Bahia se destaca entre os estados brasileiros com PIB baixo, mesmo assim representa a sétima posição entre os estados brasileiros com maior PIB. A média do PIB per capita no estado da Bahia é de R$ 13.577,74.

Tabela 4 – Distribuição setorial do Produto Interno Bruto – Ipirá - 2006

Município	Setores (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Bahia	7,87	30,65	61,48
Ipirá	14,03	17,37	68,60

Fonte: SEI/ IBGE.
Elaboração: SOUZA, W,C, 2015.
.

De acordo dados do Tesouro Nacional (2015) o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é a maneira como a União repassa verba para os municípios brasileiros. De acordo dados do Tesouro Nacional (2015), a arrecadação do FPM do município de Ipirá é de R$ 4.693.112,69 (Agosto de 2015). O cálculo para repasse do FPM é feito com informações prestadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) pelo IBGE, considerando a população municipal e a renda per capita de cada estado.

O Tesouro Nacional não especifica como devem ser aplicados os recursos do FPM, pois é autonomia do município como utilizá-lo. O repasse é feito aos municípios considerando o FPM, ITR, IOF, CIDE, ICMS, FUNDEB.

6.3.1 Feira livre de Ipirá

No contexto de produção econômica a feira livre de Ipirá constitui uma atividade histórica de relevância à economia municipal. A feira livre acontece no centro de abastecimento da cidade de Ipirá com maior intensidade todas as quartas-feiras, com grande volume de pessoas, capital e diversidade de produtos comercializados.

A feira livre de Ipirá apresenta traços rudimentares na forma de realizar-se. Verifica-se a comercialização dos mais variados produtos, destaca-se: produtos alimentícios (frutas, carnes, legumes, cereais, ovos), roupas, móveis, animais (carneiro, bode, gado, galinha, pássaros etc.), artefatos de couro etc. Atenta-se para a necessidade do Governo direcionar políticas públicas que visem sanar problemas ambientais, bem como saúde humana, devido, sobretudo o manejo inadequado de produtos alimentícios.

A feira livre realiza-se através de comerciantes e consumidores do próprio município, de municípios vizinhos, bem como de outros municípios distantes, tais como: Amargosa, Vitória da Conquista, Juazeiro, Irecê, Jequié etc.

Para confirmar a veracidade da densidade da feira livre de Ipirá leva em consideração os fluxos de pessoas (da cidade, do interior do município, bem como vindas de diversas cidades do estado da Bahia), abundância de mercadorias comercializadas, dinamização do comércio local e capital corrente. Não há como precisar o volume financeiro realizado na feira livre de Ipirá, haja vista que grande parte das transações acontece de maneira informal.

Figura 6 - Feira livre da cidade de Ipirá/ Bahia

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Conforme observação de campo estima-se que nas quartas-feiras há um aumento do fluxo de veículos em torno de 70% no centro comercial de Ipirá. Chega à cidade em torno de 150 ônibus, 200 caminhonetes e mais de 1.000 veículos tipo carros e motocicletas. O fluxo destes veículos e pessoas contribui para a dinamização comercial na cidade, influenciando diretamente o comércio local e na economia municipal.

Figura 7 - Praça comercial da cidade de Ipirá/ Bahia

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

A economia dos demais municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe é diretamente influenciada pelas relações entre o setor de comércio e serviços que acontecem em Ipirá. Destaca-se que a cidade de Ipirá serve como complemento da realização das

necessidades da população dos municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, seja na aquisição de produtos, na utilização de serviços, na comercialização de produtos na feira livre etc.

6.3.2 Produção de artefatos de couro em Ipirá

No estado da Bahia o município de Ipirá é conhecido pela fabricação de produtos em artefatos de couro com qualidade diferenciada, sediando diversas fábricas e lojas que atendem o mercado brasileiro no abastecimento de carteiras, cintos, bolsas, selas, artigos para montaria em animais etc. De acordo com Emerson Lima, funcionário da empresa Classe Couro, o município de Ipirá fabrica em torno de 150.000 a 200.000 unidades de carteiras por mês.

Entende-se que a produção dos artefatos de couro constitui uma possibilidade de afirmação produtiva no cenário futuro no município de Ipirá, haja vista ser uma atividade crescente e com mercado cativo. De acordo produtores locais, são cerca de 150 microempresas de artefatos em couro produzindo artigos que são comercializados no mercado de cidades de todas as regiões brasileiras.

A produção de artefatos de couro em Ipirá encontra-se em diferentes níveis técnicos e estágios de desenvolvimento, carecendo de organização coletiva e estímulo à produção para agregação de valor à mercadoria. Atualmente, cada produtor/ empresário possui interesses diversos de mercado, fazendo com que alguns mais atentos ganhem destaque na produção.

6.3.3 Indústria de calçados Paquetá S.A

Aproveitando-se da potencialidade do território de Ipirá para o setor produtivo dos artefatos de couro (saber-fazer), das vantagens locacionais, mão de obra barata, incentivos governamentais (infraestrutura, tributação), a cidade de Ipirá sedia uma unidade de fabricação de calçados da empresa Paquetá S.A, empregando em média 1.600 funcionários, sendo que esse dado pode alterar para mais ou para menos de acordo a demanda do mercado consumidor.

Figura 8 - Unidade de fabricação da Paquetá S.A – Ipirá/ Bahia

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Segundo a Paquetá (2015), a Paquetá S.A é uma empresa de origem brasileira que está no mercado calçadista desde os anos 1945. Atualmente, além da produção de seguimentos variados de calçados (masculinos, femininos, infantis, esportivos etc.), a empresa é detentora de curtumes (Fininlux Curtumes) em Estância Velha no Rio Grande do Sul, rede de lojas de comercialização de produtos calçadistas em varejo, fazendas pecuárias, frigoríficos, administradora de cartões de crédito, mercado imobiliário etc.

De acordo Costa; Froehlich (2007) a verticalização de empresas do mesmo ramo de produção, ramos auxiliares ou da cadeia produtiva apresenta uma série de vantagens, dentre elas a aquisição das capacitações gerenciais e os recursos humanos das empresas adquiridas. Tal estratégia contribui para redução de preços dos produtos e possibilidade de maior oferta.

Conforme Costa; Froehlich (2007) ao longo dos anos a empresa ampliou sua capacidade produtiva. A primeira filial instalada do estado da Bahia aconteceu no ano de 2003 na cidade de Ipirá. O início da produção na Bahia produzia a marca italiana Diadora e a alemã Adidas. De todos os produtos fabricados pela Paquetá S.A mais de 70% são destinados ao exterior, posicionando-se no mercado dos Estados Unidos, nos países da Europa, Ásia e América Latina.

Para Costa; Froehlich (2007) uma estratégia empresarial tem sido a diversificação da produção para atender as diferentes classes econômicas, A, B, C e D. Neste sentido ganha destaque a produção de sintéticos em substituição a utilização do couro. A empresa concentra a produção de solas, palmilhas e demais componentes utilizados na confecção dos calçados.

Tem-se que do couro produzido pelos curtumes da Paquetá S.A 70% é utilizado na produção e os demais são exportados e comercializados principalmente na China.

A Paquetá S.A, através do pagamento de salários, injeta anualmente aproximadamente R$ 20 milhões/ ano na economia de Ipirá (Agosto de 2015). A base de cálculo leva em consideração a média salarial acrescida do valor salarial acima do piso, mais férias e pagamento do décimo terceiro.

Figura 9 - Unidade de fabricação – Paquetá S.A

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

A instalação da Paquetá S.A no ano de 2003 contribuiu incisivamente no aumento de trabalhadores formais, na dinamização do setor de comércio e serviços na cidade de Ipirá. O comércio passou a vender mais, tornou-se mais dinâmico, criando necessidade de gerar mais empregos. A renda incrementada pela Paquetá S.A favoreceu de maneira direta e indireta grande parte da população local.

Tem-se que no município de Ipirá o conjunto das relações de produção econômica não conseguia absorver parte do excedente da mão de obra. De acordo relatos de moradores da cidade de Ipirá, a Paquetá S.A oportunizou inserir no mercado de trabalho pessoas em condição de marginalidade, criminalidade, fome.

É perceptível que o problema do desemprego não foi sanado com a chegada da indústria em Ipirá, contudo a chegada da Paquetá S.A foi responsável direta pela diminuição da migração dos trabalhadores rumo aos grandes centros urbanos em busca de emprego. Do ponto de vista da produção, a Paquetá S.A é um enclave econômico instalado em Ipirá.

6.3.4 Atividades agropecuárias em Ipirá

No município de Ipirá são desenvolvidas diversas lavouras tradicionais ligadas à agricultura familiar de subsistência. Devido as condições ambientais típicas de ambiente semiárido, as culturas desenvolvidas são temporárias, onde a produção pode variar de ano para ano, dependendo das condições de temperatura, umidade, precipitação etc. Estas lavouras possuem baixo ou nenhum grau de automação, o que incide diretamente na baixa produtividade.

Na análise do censo agropecuário do IBGE (2006) existem 6.786 unidades de estabelecimentos agropecuários no município, no total em área de 232.259 ha. Dentre as atividades rurais de pequena produção, destacam – se: feijão (em grão), com uma produção média de 600 Tonelada/Ano, ocupando uma área plantada de 1.200 ha. A mandioca, matéria-prima para produção da farinha, gera um rendimento médio de 10.000 Kg/ ha. O milho (em grão) atinge uma área plantada de 1.500 ha.

A terra é um importante recurso dinamizador da sobrevivência dos povos que constituem o território de Ipirá, haja vista que a maior parte da população ainda vive na zona rural. Os decorrentes longos períodos de estiagem associado ao desmatamento faz desaparecer a vegetação característica, revelando a aridez do terreno e a ausência do vapor d`água na atmosfera.

Nos municípios do semiárido brasileiro a perda do peso dos animais é proporcional ao período que se prolonga a estiagem. A busca do sertanejo para salvar o rebanho acontece através da plantação de palmas e mandacaru, que são plantas xerófilas, que retém grande quantidade de água, típicas do bioma Caatinga.

Segundo informações do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2006) a pecuária de bovinos no município de Ipirá possui um efetivo de 107.899 cabeças: equinos, 3.794 cabeças, asininos, 1.072 cabeças, ovinos, 45.775 cabeças, aves 79 mil cabeças, e caprinos, 7.457 cabeças.

A produção leiteira de Ipirá, assim como é praticada em grande parte a pecuária brasileira, realiza-se, sobretudo de modo extensivo, fazendo com que o setor pecuário ocupe grande parte do território brasileiro gerando conflitos pela posse da terra e degradação ambiental. A produção e a qualidade do leite da vaca por sua vez são influenciadas por fatores naturais onde se destacam principalmente os recursos para a alimentação do animal, influenciado pelas condições do ambiente, vacinação e ações antrópicas.

6.3.5 Rede de serviços públicos em Ipirá

Contribuindo para dinamizar o fluxo financeiro nas transações econômicas dos setores agropecuários, industriais, comércio e dos serviços, a cidade de Ipirá conta com cinco (5) agências bancárias (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco Bradesco, Sicoob - Sertão), duas agências lotéricas, uma agência dos Correios, agência do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), Previdência Social, diversos postos de bancos para empréstimos pessoais a funcionários públicos, aposentados e pensionistas.

A fluidez e dinamização do fluxo financeiro no município de Ipirá e em todo o Território de Identidade Bacia do Jacuípe dependem de outros fatores que agem em conexão com os interesses políticos. Tem-se que pensar a importância da relação dos agentes territoriais faz-se importante na compreensão do planejamento como etapa fundamental na busca pela melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Figura 10 - Agências bancárias em Ipirá

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

A rede de agentes financeiros e serviços públicos ajudam para a inserção social das pessoas na produção capitalista do espaço. A logística de crescimento do comércio, atração de indústrias, deve ser diretamente envolvida por fatores que agem em conexão com os

interesses políticos, desde a necessidade de melhoramento da infraestrutura até a compreensão de que os investimentos podem servir como instrumento de emancipação social.

Figura 11 - Agências lotéricas em Ipirá

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

O Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), “ponto cidadão”, e o SINEBAHIA possui posto instalado na cidade de Ipirá, tendo como principais atividades a confecção de variados documentos (Registro Geral, CPF, Carteira de Trabalho), entrada em solicitação de benefícios trabalhistas, atendendo aos municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

Figura 12 – Serviços em Ipirá

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

De acordo Machado; Souza (2014), em meio a potencialidades e contradições, ao percorrer as ruas de Ipirá nota-se diferenças significativas em comparação com as cidades circunvizinhas sejam na infraestrutura do centro, na frota automobilística, na quantidade de lojas comerciais, ou em serviços públicos e particulares. É muito recorrente perceber carros oficiais de outras prefeituras estacionados em clínicas particulares cardiológicas, ortopédicas e outras especializações médicas. A cidade sediava o Hospital Regional, porém passou por um processo de municipalização, mesmo assim assume a função de atender a população de outros municípios vizinhos.

O crescimento da economia municipal encontra-se concentrado nas mãos da elite local, empresários de diversos ramos de produção, sejam eles agrícolas, pecuaristas, comerciantes e industriais.

A baixa qualidade de vida de quase metade da população municipal de Ipirá é reflexo da falta de investimentos públicos das três esferas do poder (municipal, estadual e federal), o que também é observado nos demais municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

Atenta-se que mesmo Ipirá se destacando como o maior município do território Bacia do Jacuípe há um atraso social que deixa a desejar um futuro promissor para os habitantes municipais, recaindo a crítica principalmente ao modelo político com traços marcantes do coronelismo que se sustenta firme e abertamente na estrutura de governança, compassada entre as esferas municipal, estadual e federal.

> A cidade de Ipirá, no cenário estadual, pode ser considerada uma cidade média, isso se verifica a partir da avaliação dos elementos importantes no processo de formação e remodelação do espaço urbano. [...] Revela-se um forte setor de comércio e serviços que atrai e influencia diretamente em outras cidades da região, verificada nas possibilidades de articulações através das redes de transportes (linhas de ônibus municipal e intermunicipal, transportes alternativos e mototaxi). Com isso, a sede municipal se torna também uma cidade regional, destacando-se como sede do Território de Identidade Bacia do Jacuípe (MACHADO; SOUZA, 2014, p.10).

De acordo Machado; Souza (2014) as cidades médias desempenham um destaque na rede urbana regional, pois contribuem para o importante papel da articulação espacial e como organizadora territorial. No caso específico da cidade de Ipirá, podemos claramente observar estas duas funções no momento em que ela passa a proporcionar a realização de serviços, deixando de depender de Feira de Santana.

6.4 A PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ECONOMIA DE MUNICÍPIOS POBRES

Uma maneira de diagnosticar a realidade socioeconômica dos estados ou dos municípios tem sido analisar a proporcionalidade entre famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais e o número total de habitantes. O MDS (2015), entende que quanto maior o número de beneficiários de Programas Sociais, maior se encontra a situação de vulnerabilidade de uma região, estado ou município. Essa condição reflete na escassez de oportunidades de inclusão social e consequentemente aumenta a relação de dependência do Estado interventor no direcionamento das políticas públicas.

Com isso, atenta-se para uma realidade caótica com necessidades de aparelhos estatais e instrumentos úteis à consolidação do sentimento de inclusão, cidadania e participação popular.

De acordo o MDS (2015) o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Segundo o MDS (2015) o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que atende famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R$ 77,01 e R$ 154,00) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R$ 77,00). Esses benefícios são baseados no perfil da família registrada no Cadastro Único. Os benefícios variam de R$ 77,00 por pessoa, concedidos à famílias extremamente pobres, e o valor mínimo de R$ 35,00, concedidos a famílias pobres, sempre estabelecendo tetos de acordo ao número de composição de membros familiares.

De acordo o IBGE (2015), do total de 62.095 habitantes do município de Ipirá, aproximadamente 40% encontra-se na faixa de pobreza. Segundo informações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ipirá (2015), há um total de 8.745 famílias beneficiárias através do programa Bolsa Família no município (Maio de 2015). De acordo o censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), cada lar brasileiro tem em média 3,3 moradores. Através dessas informações, estima-se que aproximadamente 29.000 mil pessoas são beneficiadas com o auxílio, correspondendo a aproximadamente 47% da população do município de Ipirá.

A maior parte do dinheiro do programa Bolsa Família é injetada diretamente na economia do município de Ipirá principalmente no ramo de supermercados, vestuários, farmácias, papelaria etc., contribuindo para dinamizar o setor de comércio.

De acordo o MDS (2015) uma contrapartida importante que se visualiza após o programa Bolsa Família diz respeito ao controle dos acompanhamentos do cartão de vacinação das crianças de 0 a 6 anos, o acompanhamento médico das mulheres de 14 a 44 anos, bem como a realização do pré-natal e a saúde do bebê e da mãe gestante. Nas políticas educacionais, a verificação da frequência escolar contribui para a redução do trabalho infantil.

7 A CADEIA PRODUTIVA DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ

O levantamento das informações produzidas no campo da pesquisa empírica é organizado em formato de enredo, dado em textos discorridos, descrevendo elementos específicos importantes à compreensão geral que fundamentam a relação estruturante da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá. Tem sentido de retratar sobre os artefatos de couro que são produzidos em Ipirá, abarcando os contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e de envolvimento com a natureza, a partir de suas relações dialéticas e dialógicas no campo das relações geográficas.

A pesquisa deve ser compreendida como uma leitura parcial, passível de outros entendimentos, abordagens e visões políticas, sociais, ideológicas, logo, abrindo possibilidades de diálogos, debates e discussões que possibilitam o entendimento de uma realidade contraditória e em movimento, com largo potencial de estudo, não esgotando o debate sobre o tema. O empirismo, a crença na alteração dos padrões sociais em benefício da melhoria da qualidade de vida, o empoderamento das pessoas, a capacidade de planejar, são elementos que dão significado ao andamento da proposta da pesquisa.

O estudo da arte sobre o tema em questão pouco nos revela sobre a produção de artefatos de couro em Ipirá, limitando-se a poucas citações em artigos, monografias, dissertação e matérias jornalísticas. A pesquisa sobre a produção dos artefatos de couro em Ipirá propõe trazer elementos jamais investigados, sendo possível utilizá-los como fonte de informação e conhecimento sobre uma realidade social, econômica e política, a partir de um recorte territorial específico.

A estruturação das relações da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá tem suas justificativas históricas, resultando em produtos que possuem particularidades e singularidades, imprimindo marcas fieis de um saber-fazer realizado por grupos de pessoas que carregam o sentimento incondicional de produzir e o desejo de progredir socialmente através do reconhecimento das suas habilidades manuais e intelectuais, bem como ganhar dinheiro.

7.1 A ARTE CENTENÁRIA DE TRABALHAR O COURO EM IPIRÁ

O processo de fabricação dos artefatos de couro no município de Ipirá é uma arte centenária que resiste aos diferentes contextos sociais, econômicos, políticos. Tem-se que, na maioria das unidades de manufatureiras, todas as etapas de produção são realizadas manualmente sem auxílio de instrumentos tecnológicos. As tradicionais oficinas dos mestres-artesãos dão ao couro bruto ou ao couro curtido formato de produtos artísticos trabalhados à mão, seja na confecção dos artigos artesanais como selas, indumentária do vaqueiro (manta, perneira, gibão, jaleco, chapéu), sandálias, bainhas de facão, seja na manufaturas de carteiras, cintos e bolsas.

O grande destaque em toda a cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá fica por conta do sentimento de pertencimento dos artesãos as atividades produtivas, esboçado em cada ponto de costura, em cada martelada, na maneira de conduzir o corte, passar a cola e montar o produto final, realizados no processo de transformação da matéria-prima em bem de consumo, dotado de intelectualidade e forte sentimento cultural.

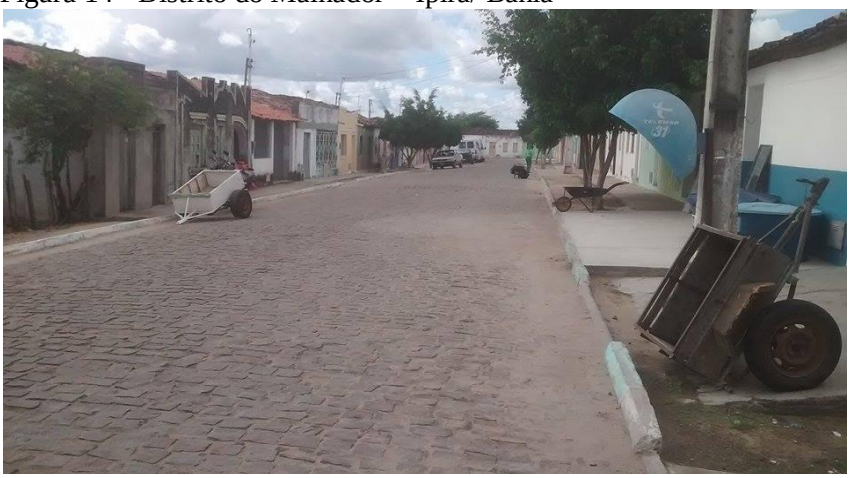
Figura 13 - Fabricação de sela de montaria – Distrito do Malhador

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

O Distrito do Malhador, os povoados de Rio do Peixe e Umburanas, são lugares atípicos nas paisagens do semiárido baiano. Pelas ruas calmas destas localidades dificilmente encontra-se alguém passeando sem desenvolver algum trabalho relacionado à arte do couro. Nas frentes das casas ou garagens é comum percebermos os portões e portas abertos com a

presença de algumas pessoas trabalhando com o couro. Ali, para alguém estranho ao ambiente pode parecer um movimento normal de entra e sai de qualquer família, todavia alguém ou grupo de pessoas realizam atividades ligadas ao couro dentro das residências.

Figura 14 - Distrito do Malhador – Ipirá/ Bahia



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Nas localidades de Umburanas, Malhador e Rio do Peixe, habitadas por pessoas simples e hospitaleiras, toda população está direta ou indiretamente envolvida com a arte do couro. A figura 14 revela ausência de pessoas nas ruas, retratando a realidade típica de um dia de sol com temperatura elevada e presença de nuvens, no turno vespertino, onde as pessoas estão realizando alguma atividade em casa. O cenário revela ruas calçadas com pavimentação em paralelepípedos, bem como alguns reboques utilizados para transportar as mercadorias.

As localidades de Umburanas, Malhador e Rio do Peixe são estruturadas com escolas públicas de nível fundamental, Posto de Saúde Familiar (PSF) para atender a comunidade local. As localidades são abastecidas com água encanada fornecida pela Embasa S.A. Possui 100% das habitações abastecidas com rede elétrica através da concessionária Coelba S.A. Destaca-se que o PSF do Distrito do Malhador conta com a presença de uma médica cubana vinda através da parceria Brasil e Cuba no Programa Mais Médicos do governo federal.

As manufaturas de artefatos de couro no município de Ipirá encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e nível técnico. Nas comunidades de Umburanas, Rio do Peixe e Malhador predomina a atividade do artesão, do pequeno produtor em pequenas unidades de manufaturas, desprovido de regularização burocrática, ausência de direitos trabalhistas, com pouco ou nenhum grau de desenvolvimento tecnológico. Verifica-se a ausência de aparato de segurança do trabalho, o que contribui para o aumento do risco de

acidente, bem como a proliferação de doenças causadas pelos esforços repetitivos, inalação dos produtos químicos, a exemplo da cola.

Figura 15 – Unidade de manufaturas de artefatos de couro – Distrito do Malhador

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

De acordo Joilma Tanan, ex-presidente da associação dos produtores de artefatos de couro do Malhador, o município de Ipirá já viveu anos áureos devido a grande produção de couro e artefatos de couro. A década de 1980 foi a mais promissora economicamente para os produtores e comerciantes deste setor produtivo. Relata-se que os caminhões chegavam nestas localidades carregados de couro bruto, após ser curtido na própria localidade era transformado pelas mãos dos artesãos em artefatos. Os caminhões saiam carregados de artefatos prontos para serem comercializados em diferentes regiões do país.

Conforme Joilma Tanan, no início da década de 1990 já se percebeu uma redução da produção artesanal em Ipirá. De acordo os produtores locais, a queda da produção deve ser atribuída a vários fatores, dentre eles: pouca participação das políticas públicas voltadas à modernização nos curtumes tradicionais, pouco auxílio técnico, ausência de incentivo a regularização, não incentivo ao registro das atividades etc. Para além da pouca presença do Estado, tem-se que o sentimento de individualidade e concorrência por parte dos próprios produtores do município fez surgir uma deslealdade, fazendo com que estes produtos passassem a ser desvalorizados nos principais centros de comercialização, recaindo diretamente na produção.

> A carteira que no início dos anos 2000 era comercializada no centro comercial de São Paulo por R$4,70 era vendido por outros comerciantes, também de Ipirá, pelo valor de R$4,50. A ausência de uma ideia associativista fez surgir essa concorrência desleal entre iguais, isso ajudou a desvalorizar nossos produtos (JOILMA TANAN, EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARTEFATOS DE COURO DO MALHADOR).

Figura 16 - Curtume no Distrito do Malhador

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Senhor Nal é um artesão produtor de sela-vaqueira muito conhecido na localidade do Malhador. Para ele são muitas questões que se deve atribuir à queda da produção do couro nos curtumes do Malhador.

> A burocracia brasileira ainda é um fator que atrapalha o pequeno produtor, pois não se tem apoio e nem a ferramenta para produzirem dentro dos requisitos legais. Outra coisa que nós perdemos foi na questão da inovação. Com esse desmatamento enorme e a educação do gado sendo criado preso, caiu a venda de sela e de roupa de vaqueiro e não sabíamos o que produzir para continuar. Mesmo assim, ainda vivemos essencialmente do couro. Aqui, de maneira decadente o couro sustenta a maioria das famílias. O malhador não se acabou por conta da carteira, pois se não tiver cuidado a carteira pode acabar, esses produtos chineses estão reduzindo nossas praças de comercialização (SENHOR NAL, PRODUTOR DE SELA VAQUEIRA DO MALHADOR).

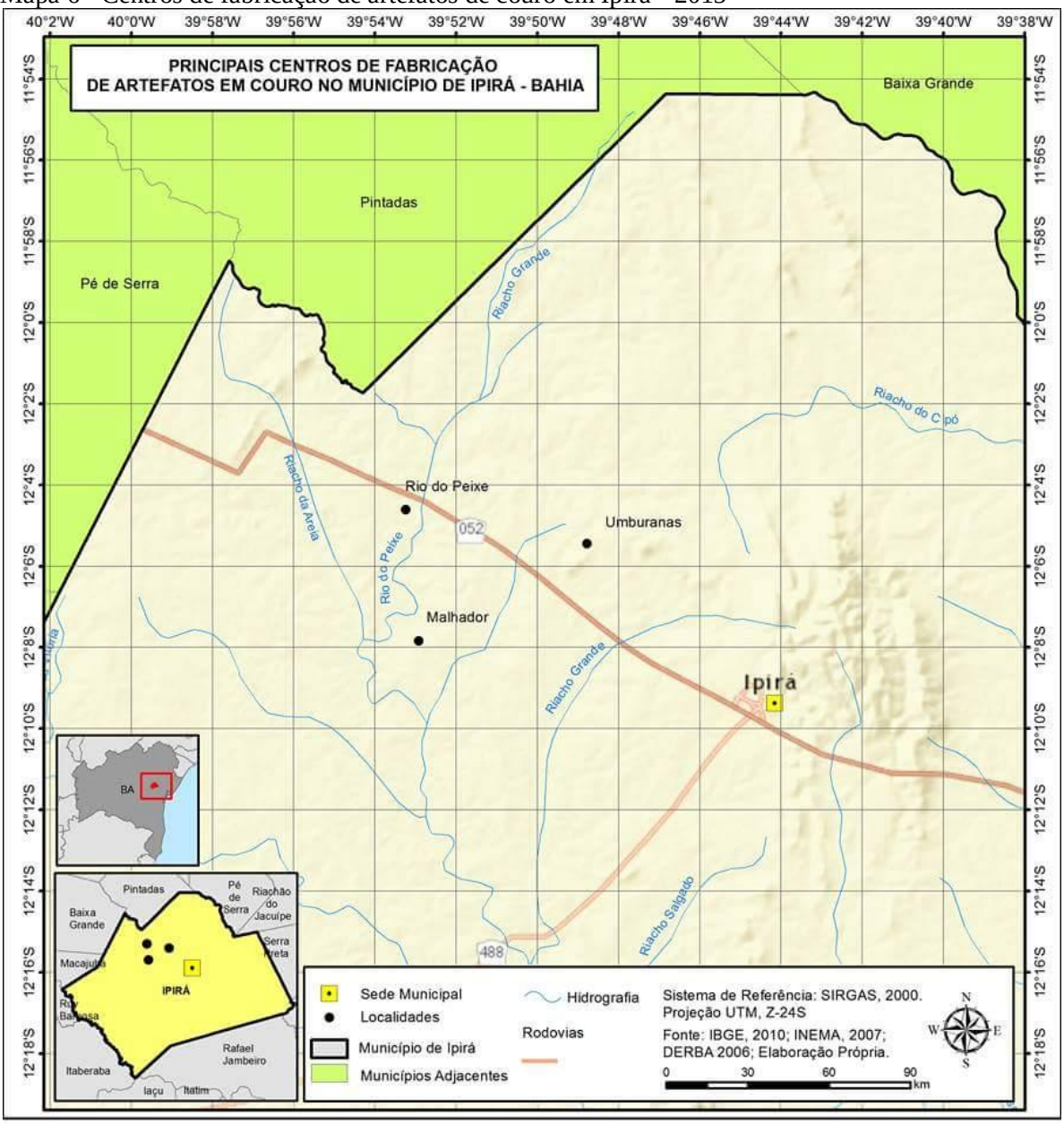
Devido a maioria das empresas não serem registradas e a inatividade das associações dos produtores de couro e de artefatos de couro em Ipirá não se tem uma quantidade exata de unidades de manufaturas de artefatos de couro existentes no município de Ipirá, estimando algo em torno de 150 unidades de manufaturas.

Não há como precisar a quantidade de pessoas e famílias envolvidas nas atividades da produção de artefatos de couro em Ipirá, haja vista também a geração de empregos indiretos. A dificuldade de precisar essas informações de quantidade de produtos fabricados, pessoas

envolvidas na produção, recai sobre a necessidade de estruturação de uma associação de produtores ativas, bem como a realização de um censo produtivo no município de Ipirá que trate da produção do couro e dos artefatos.

As empresas registradas e não registradas estão localizadas na sede municipal de Ipirá e nas localidades de Malhador, Rio do Peixe e Umburanas. O mapa 6 situa no plano municipal as localidades onde há produção de artefatos de couro no município de Ipirá. O povoado do Rio do Peixe está distante 16 km da cidade de Ipirá, Umburanas 13 km e Malhador 18 km.

Mapa 6 - Centros de fabricação de artefatos de couro em Ipirá - 2015

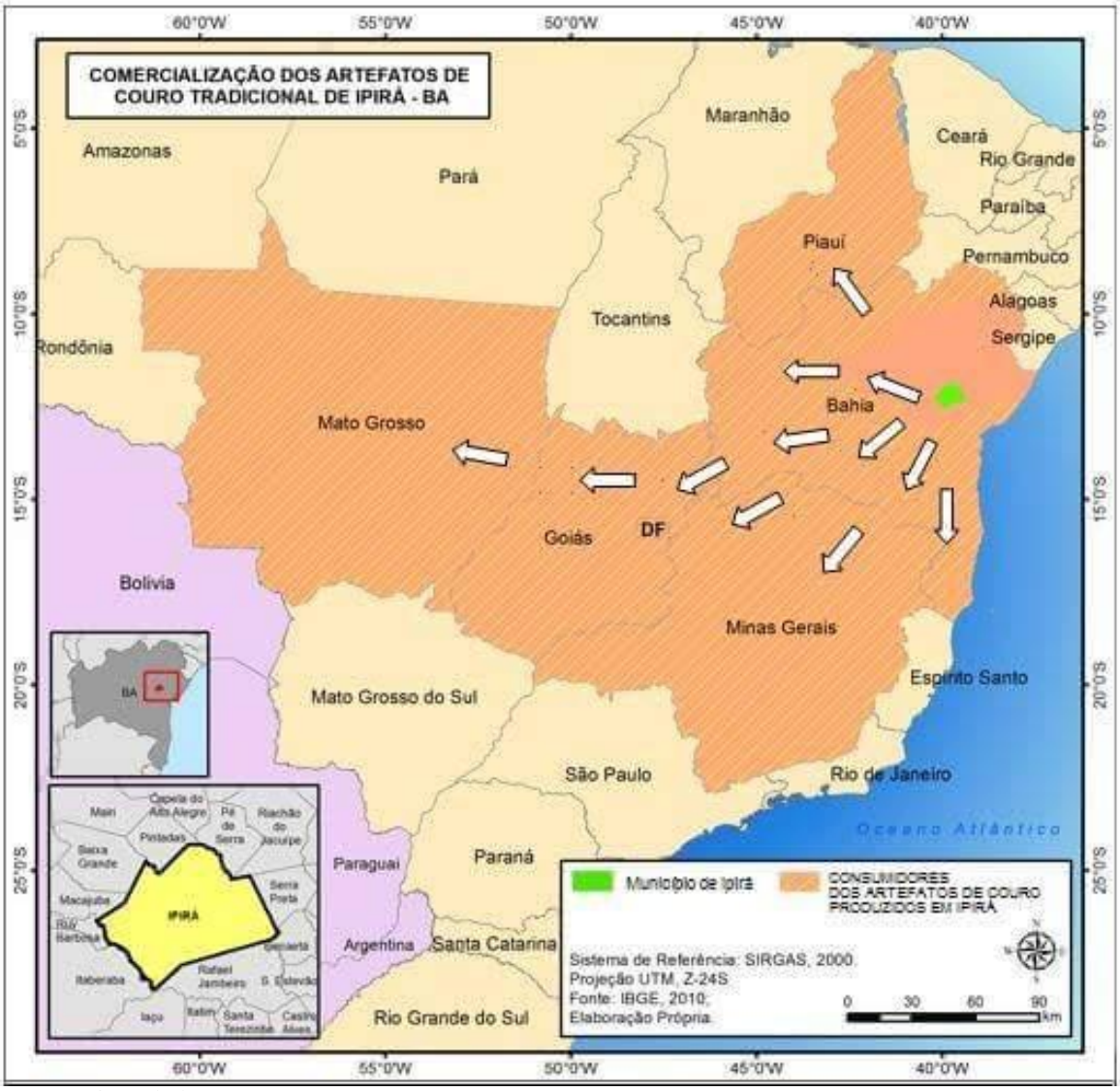


Fonte: IBGE, 2010.
Elaboração: SOUZA, W,C, 2015.

No município de Ipirá os produtores artesanais de sela, indumentária de vaqueiro etc., estão ligados ao setor que não existem empresas registradas e concentram-se nas localidades de Umburanas, Malhador e Rio do Peixe. Neste setor o couro trabalhado vem dos curtumes do Malhador, sendo perceptível o declínio da produção devido a redução de mercado consumidor. Na complementação da produção, a ferragem que se utiliza é comprada diretamente do Angico, comunidade pertencente ao município vizinho de Mairi.

De acordo produtores locais, atualmente os produtos artesanais em couro fabricados em Ipirá chegam principalmente aos mercados das cidades das regiões Sul, Sudoeste e Oeste da Bahia, dos estados de Minas Gerais, Piauí, Goiás e Mato Grosso.

Mapa 7 - Comercialização dos artefatos de couro tradicional de Ipirá



Fonte: IBGE, 2010
Elaboração: SOUZA, W,C, 2015.

Devido a forte presença de atividades produtivas ligadas ao couro e a produção dos artefatos de couro, os índices de marginalidade nas localidades de Umburanas, Malhador e Rio do Peixe são baixos se comparados com outras localidades do município de Ipirá que não possuem atividades produtivas ou outras fontes de renda.

Tem-se que nas localidades de Malhador, Rio do Peixe e Umburanas todas as pessoas desenvolvem alguma atividade econômica, contribuindo para não existir fome, miséria e desemprego nestas localidades. Na paisagem destas localidades é bastante comum encontrar pessoas com idade de 15 anos até senhores e senhoras na faixa de 70 a 80 anos exercendo alguma atividade produtiva. Nas visitas as localidades não foram identificadas presença de trabalho infantil, o que em si contribui para certificação da qualidade dos produtos fabricados nestas localidades.

O diferencial dos produtos fabricados no município de Ipirá está relacionado ao sentimento de pertencimento dos produtores envolvido nas atividades que exercem. De acordo Joilma Tanan, "[...] o saber-fazer vem justamente do cuidado de fabricar algo que consideramos único, que entendemos que uma pessoa vai comprar por saber que isso foi feito com amor". Seguidamente, na fala do Sr. José fica claro que nestas localidades o sentimento cultural está ligado ao couro, "[...] eu não mais produzo couro, mas me sinto doente se passar um dia sem visitar o curtume".

A fiscalização ambiental tem sido um percalço para a produção do couro tradicional. Para o Senhor José, os produtores não são contra ter que se adequar a legislação ambiental.

> [...] somos contra eles virem queimar nossos produtos sem antes o governo nos proporcionar o aparato para nos modernizar. Se tivéssemos tido todo aparato técnico, hoje a atividade do couro estaria melhor, todo mundo estaria aqui nos curtumes e a quantidade de pessoas trabalhando seria maior (SENHOR JOSÉ, PRODUTOR DE SELA VAQUEIRA DO MALHADOR).

De acordo informações dos artesãos, na década de 1980 existiam mais de 100 proprietários de curtume. Era mais de 150 pessoas trabalhando diariamente nos curtumes e até mesmo nos finais de semana para atender toda a demanda. Atualmente, apenas uns 6 ou 7 proprietários concentram toda produção de couro no município de Ipirá.

Figura 17 - Curtume tradicional no Distrito do Malhador

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Frente o contexto de crise e redução da produção artesanal feito com o couro dos curtumes de Ipirá, houve um grande crescimento da produção de carteiras, cintos e bolsas nos anos 1990, nas localidades de Malhador, Umburanas, Rio do Peixe e na cidade de Ipirá.

O processo de confecção das carteiras, cintos e bolsas utilizam no processo produtivo o couro industrializado comprado no Curtume Campelo, localizado no município de Juazeiro/ BA e do Curtume Moderno, localizado em Petrolina/ PE. O couro industrializado é uma matéria-prima mais leve, chamada de raspa do couro, devido não se atribuir a mesma qualidade que o couro tradicional.

Considera-se que mesmo utilizando o couro industrializado a maneira de trabalhar o corte, costura, colagem e a montagem da carteira, cintos e bolsas, constitui um diferencial de produção, pois insere-se nestes produtos a dedicação incondicional de produzir algo que constitui a cultura do território de origem herdado pelos seus antepassados.

Entre os pequenos e médios produtores de carteiras, cintos e bolsas, normalmente cada um tem um mercado cativo de comercialização. A comercialização destes produtos atinge municípios de todos os estados brasileiros.

De acordo empresários do setor de artefatos em couro, em algumas fábricas de carteiras, cintos e bolsas, a quantidade de funcionários é pequena para suprir a demanda de consumo, sendo necessário terceirizar parte dos produtos de outros artesãos.

A terceirização da montagem tem sido uma estratégia para garantir o mercado. Os donos de fábricas fornecem todos os materiais cortados e os artesãos fazem a colagem e montagem da carteira em casa, recebendo por unidade produzida. Relata-se que o preço pago

pela montagem terceirizada é muito abaixo da realidade, contribuindo para desmotivar os artesãos.

Tem-se que mesmo diante seus mercados cativos e perspectivas de crescimento a curto e médio prazo, a continuidade da produção é algo incerto. A instabilidade do mercado, a entrada de produtos chineses, a ausência de iniciativas associativistas, a ineficiência das políticas públicas para os pequenos produtores, o pouco auxílio a crédito e modernização da produção, o não registro das empresas, o não cumprimento das leis trabalhistas, a baixa capacidade de inovação, são fatores que dificultam a afirmação do mercado no cenário nacional.

De acordo Joilma Tanan, insistir na ideia da IG e instaurar essa mentalidade é uma boa estratégia para buscar reestruturar o sentimento de associativismo e coletividade, assim será uma ferramenta de resgatar a autoestima do pequeno produtor que vive sem muitas esperanças. Estas ideias devem ser bem aceitadas desde que tenha como prioridade a valorização de todos os produtores, pequenos e médios. Todas as vantagens e proveitos do mercado, bem como o enfrentamento de todos os problemas precisam ser socializados entre todos.

7.2 AS UNIDADES REGISTRADAS DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ

Atualmente, o município de Ipirá possui aproximadamente 150 unidades de fabricação de artefatos de couro em diferentes densidades técnicas, nível de organização, visões de mercado e quantidade de trabalhadores. De acordo informações do Sindical (2015), dentre todas as unidades de fabricação, Ipirá possui 10 empresas produtoras de artefatos de couro com registro junto à Junta Comercial e/ou INPI. São elas: Classe Couro, Aredda Courum, Dominus Couro, Via Focco, Saron Couro, Perazzo Courum, Fason Couro, Aine Courum, Arivaldo Couro, Winner Calçados. Todas as empresas registradas estão localizadas na cidade de Ipirá.

Conforme o INPI (2015), a formalidade de uma empresa através do seu registro da marca pode ser uma estratégia de proteção contra a utilização do mesmo nome por outra empresa enquanto imitação, reprodução e venda de produtos da mesma classe com o mesmo nome. O registro da marca tem diversas consequências positivas para uma empresa, dentre

elas pode ser considerado uma maneira de proteção da produção, evitando que consumidores adquiram produtos de outra empresa acreditando está adquirindo o produto original.

A existência de empresas registradas no seguimento de produção de artefatos de couro no município de Ipirá é algo que data dos anos 1990 e possui origem na informalidade, que ainda predomina no setor. Dentre as consequências do registro empresarial, somente através do registro formal uma empresa pode solicitar empréstimos e financiamento de recursos para investir nos negócios. O registro de uma empresa facilita a relação patrão e empregado, haja vista que entra em vigor o exercício das leis trabalhistas, fazendo com que as empresas se adequem a legislação.

A Classe Couro, empresa de origem familiar, foi a primeira do setor produtivo de artefatos de couro em Ipirá a adquirir o registro da marca frente à Junta Comercial, desenvolvendo estratégias internas e externas de inserção no mercado econômico. Em seguida, no ano 1996 a empresa Edi Couro, atual Aredda Courum, solicitou o registro e despontaram nas atividades de produção dos artefatos de couro em Ipirá com incremento de novos instrumentos técnicos de melhoria e produção em maior escala.

A origem das fábricas de artefatos de couro em Ipirá tem suas bases sedimentadas na produção não registrada, rudimentar, manual e com pouca presença de técnicas modernas, passando por alterações no seu processo produtivo ao longo dos anos 1990. A informalidade está associada à ausência de qualquer tipo de registro da empresa em desacordo com as leis que regulamentam as relações tributárias, produtivas, ambientais etc. Tem-se que as empresas não registradas encontram dificuldades de conseguir financiamento em instituições financeiras e apoio direto do governo, dificultando a inserção nas políticas públicas.

A informalidade dificulta a realização dos dados contabilísticos e faz com que o trabalho aconteça em descompasso com os parâmetros legais. As empresas não registradas perdem mercado consumidor devido não se inserir no mercado comercial de lojas legalmente registradas. Dentre todas as implicações do não registro de uma empresa, tem-se que não se consegue emitir notas fiscais, não possuem empregos registrados e sofrem com a ausência do exercício dos direitos legais de patrões e empregados.

7.2.1 Empresas registradas: dados numéricos

Na contabilização geral dos empregos formais e informais gerados pela cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá deve-se ter em mente o número de empregos registrados, um cálculo médio de empregos não registrados, bem como o reconhecimento de uma parcela significativa de empregos indiretos.

Tratando apenas dos números de empregos gerados pelas empresas registradas a tabela 6 representa uma visão parcial, temporária, da quantidade de trabalhadores com carteira assinada. A quantidade de funcionários das empresas registradas pode alterar para mais ou para menos de acordo a época do ano, proximidade com datas comemorativas, momento financeiro do país etc.

Tabela 5 - Quantidade de funcionários das fábricas registradas – 2015

Fábrica	Quantidade de funcionários
Classe Couro	230
Aredda Courum	100
Dominus Courum	30
Via Focco	19
Fason Couro	35
Perazzo Courum	25
Winner calçados	60
Aine Courum	7
Arivaldo Couro	10
Saron Couro	5
Total	**521**

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Souza, W.C, 2015.

Da quantidade total de aproximadamente 520 funcionários registrados nenhum recebe remuneração inferior a um salário mínimo. Existe uma quantidade de líderes de grupo e outras atividades que os funcionários recebem salário superior ao mínimo, acrescido de gratificação por progressão de função etc. Estes dados não são revelados pelas empresas, haja vista política de privacidade de informações.

Do total de 520 funcionários registrados pelas 10 empresas, utilizando um cálculo de um salário mínimo por pessoa, estima-se que a atividade das fábricas registradas incrementa na renda municipal mais de R$ 5 milhões/ano.

Considera-se que em Ipirá as empresas registradas no setor produtivo dos artefatos de couro possuem destaque na produção moderna de carteiras, cintos e bolsas, conseguindo atingir o mercado da moda em couro. Essa difusão é atribuída, sobretudo a comercialização com lojistas e consumidores, atendendo os requisitos das leis e normas.

Destaca-se que associado ao caráter burocrático e as maiores oportunidades de conseguir empréstimos junto a bancos públicos e privados, algumas empresas registradas passaram a realizar investimentos em pesquisa nas tendências de moda. Acompanhar as tendências de mercado é fator decisivo na elaboração dos produtos que irão satisfazer os gostos de uma clientela cada vez mais exigente.

7.2.2 Empresas registradas: aquisição da matéria-prima, fabricação, originalidade e comercialização

Na cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá as empresas registradas conseguem sobressair digamos que um pouco melhor que as empresas não registradas, haja vista o atendimento às normas e leis para inserção das vendas em centros comerciais, na facilitação de empréstimos etc.

A colocação da marca das empresas registradas frente ao mercado consumidor ocorre também pelo atendimento aos requisitos da moda e tendências de inspiração para cada época do ano. Algumas empresas registradas participam de feiras nacionais e internacionais de produtos em couro que ditam a inspiração das estações. De acordo Emerson Lima, funcionário da empresa Classe Couro, a participação nas feiras de couro voltadas ao fashionismo proporciona as empresas estarem sempre inovando na produção, atualizada nas tendências de moda, fabricando produtos que atendam aos diferentes gostos de clientes com diferentes anseios.

No setor produtivo de carteiras, cintos e bolsas em Ipirá, grande parte do couro utilizado vem do Curtume Campelo, localizado no município de Juazeiro/ BA e do Curtume Moderno, localizado em Petrolina/ PE. Buscando inovar, qualificar e garantir-se frente ao mercado consumidor, as empresas registradas têm passado a adquirir a matéria-prima de empresas em Jaú e Franca/ SP, Novo Hamburgo/ RS e na Brespel (Companhia Industrial Brasil Espanha) em Alagoinhas/ BA.

O couro industrializado produzido nos estados do Sul e Sudeste do Brasil tem passado por constantes adequações, seja no controle de qualidade, na eliminação da mão de obra infantil em qualquer etapa de produção, bem como na redução dos impactos ao ambiente. De acordo Emerson Lima, adquirir à matéria-prima de boa procedência credibiliza as empresas a trabalharem com segurança, entendendo que tais fatores, associados às singularidades e particularidades dos artesãos de Ipirá contribuem para o sucesso na produção e afirmação como sinônimo de qualidade diferenciada.

Percebe-se que o consumidor com um maior poder aquisitivo se torna cada vez mais exigente ao adquirir produtos com marca territorial, haja vista o entendimento de que ao consumir um produto nele está conferida sua singularidade, algo único, produzido apenas por aquela empresa ou grupo de pessoas pertencentes a um território especializado e específico.

As exigências do consumidor devem ser reconhecidas e atendidas compreendendo que é a maneira de garantir-se no mercado que possui um alto grau de competitividade. Investimentos em qualificação da mão de obra, pesquisa de tendência de moda, segurança no trabalho, redução de produção de resíduos prejudiciais ao ambiente, são fatores decisivos na relação empresa e clientes.

A originalidade das inovações dos produtos fabricados no município de Ipirá ocorre em grande parte pelo investimento das empresas e dos próprios artesãos que buscam se especializar. A participação em feiras e desfiles de moda faz com que se busque entender as tendências para as diferentes estações do ano. Para Emerson Lima, ao captar as tendências de moda, as empresas desenvolvem um processo de pesquisa para elaborar produtos próprios.

É entendido que a reaplicação de produtos existentes no mercado é considerada plágio, constituindo crime contra a propriedade intelectual, regulamentado pela Lei 9.610/ 1998 (BRASIL, 1998), que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais no Brasil.

O surgimento, crescimento e permanência das empresas dão-se, sobretudo pelo aproveitamento das capacidades produtivas dos artesãos que trazem um saber-fazer histórico, conferido através das suas habilidades manuais e intelectuais na elaboração dos produtos.

Nas visitas as unidades de fabricação de artefatos de couro em Ipirá, percebe-se que na maioria dos funcionários/ artesãos existe um forte sentimento de envolvimento nas atividades que realizam, sendo que os resultados da satisfação de trabalhar com a arte do couro refletem diretamente no produto final. Os artesãos sentem prazer em desenvolver as habilidades na fábrica, pois entendem que cada um daqueles produtos possui retoques especiais que serão comercializados para um público que reconhece as especificidades materiais e o entendimento de uma relação cultural fortemente enraizada.

A satisfação do cliente é o prazer coletivo de reconhecer que o trabalho do artesão foi valorizado. O sucesso da empresa está envolvido numa relação dialética da satisfação do trabalho realizado pelo conjunto de funcionários. Assim, consequentemente a comercialização atinge cidades de todos as regiões do Brasil, seja através de representantes comerciais, aquisição pelos sites e/ou vendas diretas nas fábricas e lojas da fábrica.

7.2.3 Rede de serviços associados a cadeia produtiva do couro em Ipirá

No contexto da produção dos artefatos de couro em Ipirá não se pode considerar apenas os números brutos de empregos gerados pelas empresas produtoras de artefatos em couro. A cadeia produtiva dos artefatos de couro envolve diversos agentes (comercial, produtivo, serviços) e faz estimar um número maior de pessoas indiretamente envolvidas. Engloba também os produtores e comerciantes de produtos que são utilizados na confecção dos artefatos, assim como: couro, cola, napa, ferragem, plásticos, embalagens, transporte, contabilidade, marketing etc.

No setor produtivo (fábricas, residências e galpões) é notória a figura do funcionário/ artesão no processo de confecção das diferentes etapas dos produtos. Para além dos artesãos e funcionários, tem-se a figura dos gerentes, office boy, faxineira, segurança, porteiro etc.

Nas lojas de comercialização de produtos revela um número aproximado de cinquenta e cinco (55) funcionários atuando nas oito (8) lojas de produtos da fábrica.

A comercialização de parte do couro, cola, embalagens e plásticos (porta-cartão) que revestem os produtos são produzidos no próprio município, facilitando a aquisição pelas empresas, contribuindo para fortalecer a cadeia produtiva e gerar renda.

Os rendimentos das pessoas envolvidas direta e indiretamente incide na dinamização comercial da cidade de Ipirá. As informações não exatas citadas acima nos revelam a necessidade de contabilizar dados que precisam ser estruturados no intuito de fortalecer a cadeia produtiva dos artefatos de couro.

7.3 AS LOJAS DE ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ

As relações de comercialização da produção dos artefatos em couro produzidos no território de Ipirá sofreram alterações ao longo do seu processo histórico. Tem-se conhecimento de que no decorrer do século XX nas feiras livres de Ipirá e cidades vizinhas se davam as primeiras formas de comercialização direta do produtor/ artesão com vaqueiros, jagunços, coronéis, que faziam uso principalmente dos artigos de montaria.

A partir do final da década de 1980, com a queda da comercialização dos artigos de montaria e maneira de sobressaída econômica, produtores de Ipirá e atravessadores passaram a produzir e vender diretamente sandálias, carteiras e cintos, nas praças comerciais de São Paulo, Salvador, Vitória da Conquista, Belo Horizonte, Goiânia etc., para barraqueiros e lojistas.

Com o surgimento, fortalecimento e expansão das fábricas registradas a partir da década de 1990, o seguimento de produção de cintos, bolsas e carteiras, ganhou uma nova dinâmica de produção e organização para atingir o mercado com maior contundência. As relações comerciais dos artefatos de couro produzidos em Ipirá passaram a ser dadas também diretamente com lojistas de centros comerciais, sacoleiros e vendedores credenciados, que faziam a compra através dos representantes comerciais espalhados por todo o território nacional.

Grande parte dos artefatos em couro fabricados em Ipirá chega às mãos dos lojistas, sacoleiros e vendedores credenciados através da compra direta nas fábricas e nas lojas das fábricas. Outra maneira de atingir o mercado realiza-se pela compra através dos representantes comerciais, sendo que a entrega ocorre de maneira direta, Correios ou transportadoras, para atender a solicitação dos pedidos. Estas relações comerciais têm sido o carro-chefe na venda dos produtos produzidos pelas unidades de fabricação.

Devido o crescimento das vendas de carteiras, cintos e bolsas, produzidos pelas fábricas registradas de artefatos de couro em Ipirá as empresas passaram a instalar unidades de comercialização através de lojas de produtos da fábrica no centro comercial e as margens da rodovia BA-052, que atravessa a malha urbana da cidade. Apesar do município de Ipirá ter uma relação histórica com a atividade coureira é recente a instalação de lojas comerciais de calçados, carteiras, cintos, bolsas que representam a marca territorial de um produto originário.

As lojas da fábrica de artefatos de couro em Ipirá podem ser entendidas como uma estratégia individual das empresas de marketing e diversificação das vendas frente a um mercado altamente competitivo, crescente, porém instável. As lojas contribuem para o fortalecimento da associação da imagem do município de Ipirá com as atividades do couro, servindo diretamente como instrumento de marketing territorial.

Algumas lojas da fábrica, principalmente a Aredda, Coubali Outlet e Dominus, situadas as margens da BA-052, se destacam pelo tamanho e arquitetura diferente dos demais núcleos comerciais que também situam ao longo da rodovia.

Figura 18 - Lojas da fábrica em Ipirá/ Bahia

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Souza, W.C, 2015.

A Aredda loja da fábrica foi inaugurada no ano de 2009 sendo o primeiro empreendimento deste setor as margens da rodovia BA-052. A instalação do empreendimento Aredda loja da fábrica teve como intuito atrair o cliente a conhecer o processo produtivo dos artefatos de couro, devido a fábrica está localizada em um galpão ao fundo da loja. Os produtos comercializados na loja atendem clientes de todos os estados brasileiros, haja vista a localização as margens da rodovia BA-052.

Atualmente as lojas de comercialização de artefatos em couro atendem tanto o setor varejista como o atacadista. Segundo Pedro Ernesto, integrante da família proprietária da

Aredda Courum, a loja recebe diariamente clientes e grupos de clientes varejistas, sacoleiros e proprietários de lojas, vindo de diversas cidades da Bahia. A ida do cliente atacadista até a loja fez surgir um turismo comercial que tende a se expandir.

Tem-se que as margens da rodovia BA-052 estão sediadas as lojas: Coubali Outlet, Aredda loja da fábrica, Aine Couro, Via Focco, Dominus, Cool e Lisbella Brasil.

Figura 19 - Lojas de artefatos de couro em Ipirá – BA-052

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

A instalação das lojas comerciais de artefatos em couro as margens da BA-052 em Ipirá e a apropriação dos instrumentos de marketing individual das empresas fez otimizar a comercialização, contribuindo para o surgimento de um mercado varejista regional. Tem-se que as lojas de artefatos de couro em Ipirá fizeram despertar o interesse da população local e regional para consumir os produtos fabricados no município, bem como os demais artigos comercializados nas lojas.

O primeiro empreendimento comercial de produtos da fábrica surgiu no centro comercial da cidade de Ipirá. A loja Planet Bolsas, inaugurada no ano de 2005, destacou-se neste segmento como a primeira loja de produtos de fabricação da empresa Classe Couro.

Figura 20 - Planet Bolsas – Loja da fábrica – Ipirá/ Bahia

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Considera-se que a partir das lojas de varejo de artefatos de couro em Ipirá que tem os calçados, bolsas, cintos e carteiras como carro-chefe, pessoas de cidades vizinhas se reúnem e vão às lojas fazer compras, tanto para uso pessoal quanto para a comercialização. Assim, de maneira tímida e ainda pouco perceptível fez surgir um turismo comercial que se melhor aproveitado pode contribuir para dinamizar a economia municipal.

Atualmente, a cidade de Ipirá possui 8 lojas das fábricas de artefatos de couro. Este setor comercial é responsável pela geração de aproximadamente 55 empregos diretos (este dado pode alterar para mais ou para menos, a considerar a época do ano, proximidade de feriados, instabilidade financeira do país etc.).

As lojas de artefatos de couro fez surgir em Ipirá uma nova possibilidade de negócios que contribui para o fortalecimento da marca territorial dos artefatos em couro, ferramenta de marketing, incremento na renda local e geração de emprego.

Destaca-se que a loja Dominus Courum encerrou suas atividades, haja vista a visão empreendedora do proprietário que busca galgar outras metas.

Tabela 6 – Lojas da fábrica em Ipirá – 2015

Lojas	Quantidade de funcionários
Aredda loja da fábrica	15
Coubali Outlet	20
~~Dominus Courum~~	~~10~~
Aini Couro	2
Via Focco	2
Planet Bolsas	5
Cool	2
Fason Couro	2
Lisbella Brasil	2
Total	**50**

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

Dessa maneira, entende-se que fortalecer a marca territorial dos artefatos de couro através de empreendimentos públicos ou privados contribui para agregar valor aos produtos, bem como incrementa emprego e renda ao município de Ipirá, desencadeando um conjunto de relações sociais, políticas, culturais, sobretudo econômicas.

7.4 O MARKETING TERRITORIAL DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ

Criar uma imagem territorial das capacidades produtivas a partir da produção dos artefatos de couro em Ipirá tem sido uma recente e importante estratégia de marketing, inovação, apropriação dos recursos materiais e imateriais para fortalecimento de um nome que carrega um peso histórico no seu contexto produtivo.

A difusão do marketing territorial dos artefatos de couro em Ipirá deve ter como visão entender que o mercado pode ser propício a dinamização deste setor, levando em conta o aproveitamento das capacidades produtivas que afetam de maneira positiva o sentimento de consumir um produto com especificidades territoriais, dotado de um saber-fazer, com incremento da cultura territorial, pertencente a um grupo social específico.

O marketing territorial dos artefatos de couro em Ipirá se fortalece na ideia do consumidor ao adquirir algo único, onde cada peça possui retoques especiais desenhados pelas mãos de cada artesão ou funcionário das unidades de fabricação. Entende-se que o marketing pode ser visto como uma etapa do processo do planejamento territorial para alavancar a produção e comercialização, se inserindo na visão futurista de se manter ativo.

A perspectiva da difusão da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá segue a linha do pensamento de Nunes (2011), onde o autor considera que o marketing territorial pode ser entendido no contexto de contabilização de aspectos relacionados com as populações, suas vivências, traços culturais, história, patrimônio, características geográficas. A procura de soluções que potencializem o desenvolvimento depende de uma estratégia de identificação dos elementos que constituem e definem a identidade territorial.

Para Tadini Junior (2007), o marketing tem sido nos últimos anos um importante instrumento de transformação no contexto empresarial. Ao contrário de uma visão mais simplista e superficial que associa o marketing como promoção e merchandising, o seu alcance é bem maior, tendo como princípios a formatação do produto, passando pelo estabelecimento de um preço competitivo e preocupação com as pessoas ligadas ao sistema de produção.

7.4.1 Promoção territorial: estratégia de inserção econômica da produção dos artefatos de couro em Ipirá

No contexto de abertura econômica, considerando, principalmente as novas relações de poder possíveis a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os municípios ganham autonomia e necessidade de potencializar suas capacidades territoriais. Incentivar o desenvolvimento das atividades intraterritoriais surge como maneira mais plausível de sobressair financeiramente diante a nova dinâmica econômica global de inserção no modelo de produção que tem por base a geração de lucros.

De acordo Tadini Junior (2007), os grupos locais identificam seus problemas coletivos, buscam soluções, avaliam alternativas, exigem infraestrutura, defendem o meio ambiente e promovem programas para melhorar a educação, fortalecer a cultura local e produzir riquezas. Uma estratégia econômica dos municípios brasileiros deve ser adotar políticas que tenha como uma das metas a descentralização das decisões, assumindo como prioridades o empreendedorismo a partir das necessidades da comunidade. Dessa maneira, desenham-se planos estratégicos na busca pelo desenvolvimento.

De acordo o entendimento de Dallabrida (2015), as práticas de governança territorial correspondem as relações de cooperação e parceria entre atores públicos, semipúblicos, sociais e empresariais, através de diferentes arranjos cooperativos.

De acordo as ideias do autor acima citado, a nova organização das relações políticas com foco na descentralização das decisões e empoderamento dos diversos grupos sociais devem ter como princípio as necessidades internas. O interno deve influenciar o externo a agir de maneira a integrar-se às suas demandas. Acredita-se que quanto mais pessoas participarem dos processos decisórios maior eficiência se pode adquirir na governança territorial, buscando garantir participação democrática, sentimento de democracia e cidadania.

Apesar de tratar de uma relação histórica, pensar a produção dos artefatos de couro em Ipirá é algo recente e leva em conta um novo contexto político. As políticas públicas a serem pensadas e desenvolvidas devem ter como princípios estratégias de participação e descentralização das decisões a partir da tentativa de envolvimento dos diversos agentes municipais através das reuniões setoriais. As reuniões setoriais devem abarcar o conjunto da sociedade, considerando que toda comunidade é indiretamente influenciada pela atividade produtiva do seu município ou território.

A relação, envolvimento, participação direta da rede de agentes sociais, possui papel fundamental na organização e estruturação da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá. Entende-se que, pensar a rede de agentes sociais envolve diretamente as esferas políticas (municipal, estadual, federal), agentes econômicos (comércio, indústria, bancos), escolas, Universidades etc., discutindo questões relevantes para um conjunto social nas suas dimensões social, econômica, política, cultural e ambiental.

Para Nunes (2011), o marketing territorial integra uma abordagem de desenvolvimento - planear o desenvolvimento do território, ajustando e qualificando a oferta, indo de encontro das necessidades dos vários públicos-alvo, internos e externos e uma abordagem de comunicação dando resposta à necessidade de promoção do território, criando e difundido a imagem do território, enfatizando as suas vantagens competitivas.

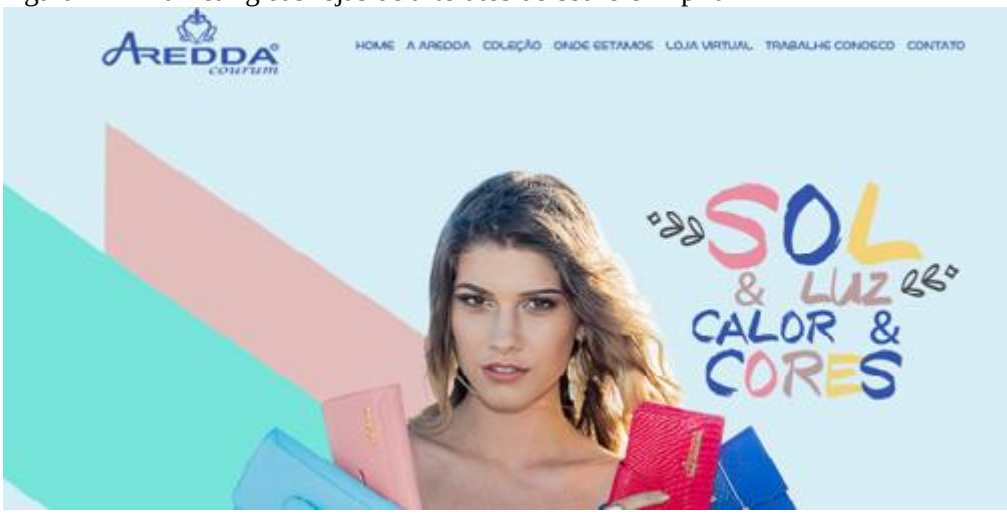
O caminho a ser seguido na tentativa de fortalecer a marca territorial dos artefatos de couro em Ipirá tem como uma das etapas a busca por consolidar a associação dos produtores a essa marca territorial, criando para o consumidor a expectativa de satisfação ao adquirir um produto de qualidade.

7.4.2 Empresas registradas: marketing individual

A difusão do marketing das empresas registradas que produzem artefatos de couro em Ipirá acontece principalmente através das empresas que possuem lojas próprias de

comercialização. Tem-se que alguns planos são colocados em ação no intuito de atrair clientes, dentre eles: outodoor, comerciais em rádio e televisão, patrocínio em eventos de pequeno e médio porte, manutenção de páginas atualizadas em redes sociais, distribuição de brindes etc.

Figura 21 - Marketing das lojas de artefatos de couro em Ipirá



Fonte: Aredda, 2015.

De acordo Maiane Lima, colaboradora da empresa Classe Couro, o marketing é uma maneira de tornar a marca da empresa cada vez mais forte e consolidar no mercado. O marketing será sempre uma estratégia concorrencial na tentativa de conquistar mercados, difundindo a marca e fortalecendo-a na aquisição dos produtos pelos consumidores mais atentos.

A abertura econômica no Brasil nos anos 1990 representou um novo momento para a dinâmica comercial do país. A concorrência com produtos importados, sobretudo os chineses, a dinamização da comercialização, as novas ferramentas de tecnologia de comunicação, a difusão do marketing, instauraram uma nova mentalidade de produção, comercialização e consumo que impôs as empresas a racionalizar a produtividade e buscar desenvolver mecanismos na tentativa de manter-se ativa no mercado.

No contexto da dinâmica econômica dos anos 1990, frente a possibilidade de desaparecimento dos produtos territoriais por conta da abertura de mercado e concorrência, alguns produtores de artefatos de couro em Ipirá sentiram a necessidade de tornarem suas empresas registradas para ganhar competitividade e se tornar mais eficaz na captação dos recursos necessários ao seu crescimento.

O couro que ao longo do tempo serviu como artigo relacionado restritamente as atividades pecuárias foi incrementado de forma massivo como sinônimo de moda. A partir

dos estudos e acompanhamento das inspirações de mercado as empresas passaram a investir no setor fashionista. Os setores de modelagem vão elaborar as mudanças para garantir a originalidade dos produtos, e por fim serem confeccionados para comercialização.

Os resultados dos investimentos em aperfeiçoamento e marketing podem ser visualizados de diversas formas, dentre elas, tem que, a Miss Brasil 2012, Gabriela Markus, desfilou na África do Sul utilizando uma bolsa da coleção Classe Couro, o que em si faz otimizar os investimentos em mercado e reforçar o sentimento de dedicação incondicional às atividades produtivas.

Figura 22 - Miss Brasil desfila com bolsa da Classe Couro na África do Sul.

Fonte: Classe Couro, 2015.

Como maneira de ampliar as oportunidades de negócios, acompanhar as tendências dos artefatos de couro no Brasil, algumas empresas, a exemplo a Classe Couro, Aredda Courum e Dominus Couro, tem buscado participar de feiras nacionais e internacionais voltadas para o setor.

De acordo a N`feiras (2015) a Francal é a maior feira de comércio do Brasil, comercializando também acessórios de moda, máquinas e componentes. A Francal recebe em média 40 mil visitantes e é oportunidade de comercialização para as empresas. A Francal dita os temas, inspirações, conceitos e modelagem que farão sucesso nas vitrines das lojas.

7.4.3 Ipirá Couro Show: estratégia coletiva para consolidação do marketing territorial

A Ipirá Couro Show é um evento estratégico que reúne parte dos produtores dos artefatos de couro em Ipirá, instituições públicas e privadas, governo, sociedade civil. De acordo a Uneb (2014), o objetivo da Ipirá Couro Show é socializar, fortalecer, dinamizar e posicionar a cadeia produtiva do couro em Ipirá. A iniciativa é promovida pela Prefeitura Municipal de Ipirá e pela SECULT através de um projeto de extensão do Departamento de Ciências Humanas do Campus I da Uneb.

A Ipirá Couro Show leva em conta aspectos fundamentais a serem analisados, tais como: fortalecimento cultural, dinamização econômica através da exposição e venda dos produtos, contribuindo para aumento da renda municipal.

De acordo Dallabrida; Sakr (2015) o marketing contribui para a construção de uma imagem sobre o território associada a sua atividade produtiva. Entende-se que o marketing é responsável por criar a demanda ao consumidor e contribui para a expansão das atividades, logo, aumento da produção, dinamização econômica e fortalecimento do sentimento cultural associado ao melhoramento da produção econômica.

Conforme os autores citados acima, o marketing territorial busca promover a diferenciação entre lugares a fim de fomentar o desenvolvimento, agregando valor aos serviços e à produção que são oferecidos

Destaca-se que a Ipirá Couro Show é um evento que propicia um ambiente favorável ao fortalecimento do sentimento territorial, considerando que dentro da programação busca retratar a cultura sertaneja. A decoração dos ambientes, a programação musical, vestimenta etc., são elementos pensados como maneira de valorizar a cultura do sertão nordestino brasileiro. Para Nunes (2011), construir e difundir uma imagem forte e credível é decisivo para a satisfação dos diferentes públicos-alvo e contribui para aumentar a competitividade.

Entende-se que aproveitar os novos recursos da informatização e comunicação pode contribuir para tornar mais conhecida a realidade territorial de Ipirá e consequentemente fortalecer-se frente aos mercados. A apropriação dos instrumentos de marketing sobre os artefatos de couro em Ipirá tem acontecido de maneira tímida, considerando que a difusão da feira de couro através dos instrumentos de rádio, outdoor e sites, tem sido insuficiente para consolidação do evento em um caráter mais abrangente.

No contexto das realidades territoriais no estado da Bahia falar de artefatos de couro reporta-se a Ipirá, devido, sobretudo à notoriedade da produção neste município. A Ipirá

Couro Show realiza-se como possibilidade de melhorar a visibilidade e fortalecer a marca territorial dos artefatos de couro. A realização do evento tem como resultado a dinamização das relações sociais, haja vista o envolvimento dos produtores e socialização das demandas em coletividade. Verifica-se que o início dessas ações já traz como resultado o resgate do sentimento de produzir.

Durante os dias do evento, o Centro Cultural Elófilo Marques, situado na Praça José Leão dos Santos, recebe a exposição em stands de diversas fábricas de artefatos de couro industrializados e artesanais. O visitante pode apenas conhecer a feira, bem como aproveitar para comprar artigos em couro com preços mais acessíveis que os praticados nos centros comerciais, sendo assim um fator de atração, aumento do público e satisfação financeira para os proprietários das empresas que vêem seus produtos sendo comercializados.

No ambiente externo, o visitante pode desfrutar de comidas típicas regionais na praça de alimentação montada durante os dias do evento. No período noturno, a Praça José Leão dos Santos recebe shows de artistas consagrados no mundo da música. O público estimado é de 10 mil visitantes por noite.

Figura 23 - Ipirá Couro Show - 2014

Elaboração: SOUZA, W.C, 2015.

Paralelo a realização da Ipirá Couro Show, artesãos aproveitam o aumento da clientela para vender outros produtos artesanais no Mercado de Artes, que fica próximo ao ambiente da Ipirá Couro Show.

Figura 24 - Centro cultural - Mercado de Artes de Ipirá

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

A realização de simpósio, através de consultorias e palestras envolvendo diretamente as instituições financeiras e secretarias do governo do estado da Bahia serve de estratégia para encorajar os produtores a regularizar as empresas, conhecer os mercados e suas possibilidades, bem como aponta caminhos para adquirir recursos que possam melhorar e dinamizar a produção e comercialização.

A Ipirá Couro Show pode ser um importante instrumento para alavancar políticas públicas de desenvolvimento e organização política da produção dos artefatos de couro. Entende-se que, através da feira de couro é possível buscar melhoria na capacidade organizativa dos produtores, conquistarem aumento da visibilidade do mercado etc.

Compreende-se que ao entender e apropriar-se dos instrumentos de marketing a IG dos artefatos de couro em Ipirá poderá ser pensada como algo que servirá como mais um elo na busca do fortalecimento e consolidação territorial da produção dos artefatos de couro no território.

7.5 A ATUAÇÃO DO SINDICATO NA CADEIA PRODUTIVA DO COURO EM IPIRÁ

O Sindical é uma instituição que atua no sentido de garantir os direitos trabalhistas dos empregados do setor produtivo dos artefatos de couro e das empresas de calçados no município de Ipirá. O Sindical é uma organização que representa legalmente apenas os trabalhadores das empresas registrados atuantes no município de Ipirá. Desde o período de fundação tem atuado no sentido de garantir os direitos trabalhistas através de mobilização, organização, paralisação, resistência em relação às imposições patronais, segurança no trabalho, assessoria jurídica, encaminhamento de processos etc.

Figura 25 – Sindical

Fonte: Pesquisa de campo
Autor: SOUZA, W.C, 2015.

O Sindical foi fundado em 13 de dezembro de 2003, ano em que foi instalada no município de Ipirá a multinacional Paquetá S.A. Neste período não havia garantia de direitos trabalhistas, logo os trabalhadores eram submetidos a condições de trabalho precárias. Muitas conquistas têm sido dadas no sentido de sua existência.

Ao se instalar no município de Ipirá no ano 2003, a empresa multinacional Paquetá S.A possui incentivos fiscais do governo do estado da Bahia, infraestrutura de galpões, disponibilidade de energia elétrica, encontrando também em seu favor a variável da mão de obra disponível e barata, o que contribui para o controle dos trabalhadores que temem o desemprego, além de pouca organização trabalhista.

O Sindical tem atuado incisivamente contra práticas que ferem os direitos trabalhistas, avançando nas conquistas, porém estes passos apenas são possíveis através da organização dos trabalhadores. Muitas mobilizações, paralisações, ocorreram no sentido de informar aos trabalhadores a importância de lutar pelos direitos historicamente constituídos. De acordo Cristiano de Jesus, presidente do Sindical, o sindicato resiste através de muita determinação dos representantes e associados, onde por vezes sofre resistência de muitos trabalhadores que não compreendem a necessidade de associar-se no intuito de avançar na concretização dos direitos trabalhistas.

Conforme o Sindical (janeiro/ 2015) existem aproximadamente quatrocentos (400) trabalhadores sindicalizados dentre mais de dois mil (2.000) funcionários das seis (6) empresas registradas. Cada associado contribui com o valor de 1% em relação ao salário base, representando aproximadamente R$7,70 por pessoa.

Dentre suas diversas funções, as ações do Sindical têm atuado na garantia do aumento salarial acima do piso nacional, o que representa uma significativa conquista para os trabalhadores do setor de artefatos de couro e calçadista no município de Ipirá. O auxílio creche é uma conquista que beneficia diretamente os funcionários que possuem filhos em idade escolar. O auxílio educação garante ao trabalhador um acréscimo salarial no intuito de incentivar o prosseguimento aos estudos em alguma instituição de nível médio, técnico ou superior, credenciada ao Ministério da Educação (MEC).

De acordo Cristiano de Jesus, outros passos precisam ser dados no intuito de afirmação do que constitui direito do trabalhador, assim, está no campo de debate o plano de saúde dos trabalhadores, cedido apenas pela empresa Paquetá S.A e voltado apenas para odontologia. Em relação a alimentação algumas empresas ainda não asseguraram este direito, o que também tem sido pauta de debate nas reuniões sindicais.

Outra questão em debate tem sido o auxílio transporte, sendo que apenas a empresa Paquetá S.A cumpre com o dever de fornecer auxílio transporte, descontando 6% do salário do trabalhador, conforme legislação trabalhista.

Os debates e acordos entre sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores do setor de artefatos de couro e produtores de calçados de Ipirá acontecem na Federação da Indústria e do Comércio do Estado da Bahia (FIEB), localizado na Av. Tancredo Neves, Salvador/ Bahia. A Convenção Coletiva tem o intuito de renovar e avançar nos acordos entre patrões e empregados. As pautas de debate renovam anualmente, sendo o início de cada ano a data base para renovação.

Os processos por descumprimento da legislação trabalhista, incluindo demissões indevidas, problemas de saúde, acidentes de trabalho etc., tem sido tratados no Tribunal Regional do Trabalho (TRT – 5°Vara – Feira de Santana/ Bahia). Destaca-se que o trabalhador associado possui assessoria jurídica gratuita, fazendo valer seus direitos perante sua contribuição mensal.

Tem-se que, as bandeiras de lutas dos trabalhadores registrados do setor produtivo dos artefatos de couro em Ipirá estão no campo de debate estabelecido por uma relação de forças antagônicas. De um lado, interesses dos trabalhadores na busca pelos direitos constituídos, de outro, a resistência patronal, que entende o mercado como possibilidade de altas taxas de lucros.

7.6 A REDE DE AGENTES NA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DOS ARTEFATOS DE COURO EM IPIRÁ

A concepção crítica acerca da consolidação da produção dos artefatos de couro em Ipirá leva em consideração a pouca e insuficiente relação de envolvimento coletivo dos produtores, bem como as poucas políticas de parceria estabelecidas entre órgãos, instituições e governo, dificultando a realização das potencialidades territoriais. De acordo produtores locais há pouca assistência direta que condicione, facilite ou melhore as práticas produtivas de inserção, manutenção e consolidação no mercado.

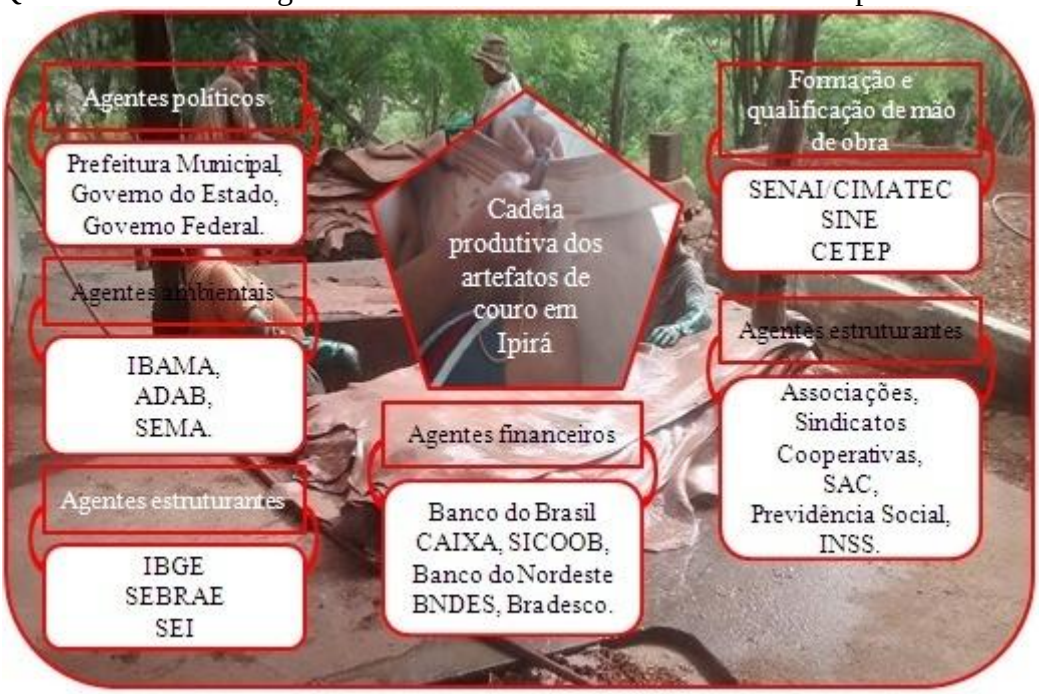
Entende-se que para melhor aproveitamento das capacidades territoriais e fortalecimento da cadeia produtiva dos artefatos de couro como o principal capital territorial é preciso uma visão multiescalar, conduzida por ações políticas, desprovidas de interesses politiqueiros. Torna-se necessário buscar englobar todo o conjunto de agentes territoriais na tentativa de discutir os problemas, desafios e as perspectivas, criando políticas de parcerias com intuito de permitir a estruturação da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá.

Há diversas maneiras de contribuir com a produção dos artefatos de couro em Ipirá, incidindo diretamente na busca de um futuro promissor. É de comum acordo a necessidade de inovação através da qualificação da mão de obra, criação de produtos que gerem menos impactos ao ambiente, geração de mais emprego e renda, tornando os produtos mais competitivos. A difusão do marketing é fundamental, pois trará mais consumidores para os produtos, fortalecendo o sentimento cultural de produzir.

A regularização burocrática das empresas pode condicionar a contabilização numérica, bem como proporcionar aos trabalhadores a inserção formal no mercado de trabalho, desfrutando dos direitos trabalhistas, tais como: férias, décimo terceiro salário, rescisão contratual, jornada de trabalho regular, aposentadoria etc. A regularização burocrática credibiliza as empresas a se inserir no mercado das empresas registradas, bem como abre possibilidades de comercialização em centros comerciais.

Tem-se mapeado no arranjo territorial um conjunto de órgãos e instituições que podem contribuir na consolidação da cadeia produtiva do couro em Ipirá. O quadro 1 aponta a necessidade de organização coletiva no intuito de pensar a governança territorial da produção dos artefatos de couro em Ipirá como caminho possível para o desenvolvimento de um conjunto social, nas suas dimensões produtivas, sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais.

Quadro 2 – Rede de agentes territoriais dos artefatos de couro em Ipirá



Fonte: Pesquisa de campo
Elaboração: SOUZA, W,C, 2015.

O quadro acima indica um conjunto de agentes (produtores, políticos, financeiros, burocráticos) que podem contribuir diretamente na estruturação da cadeia produtiva do couro com foco nas políticas de planejamento. A centralidade das discussões acerca dos agentes territoriais na cadeia dos artefatos de couro em Ipirá gira em torno de aperfeiçoar o cenário atual com foco no desenvolvimento social, cultural, político, ambiental e econômico.

Entende-se que a relação dos agentes supracitados atuando em conjunto pode atrair em benefício da população outros agentes, que contribuirão no setor produtivo e organizativo, fortalecendo o sentimento cultural e consolidando no mercado econômico.

7.6.1 Agentes estruturantes da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá

A pouca participação de políticas públicas dificulta a inserção mercadológica e torna percalço na consolidação da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá. Acredita-se que estabelecer relações de parcerias e diálogos de maneira que envolva as esferas sociais na construção coletiva pode contribuir para o avanço da produção, para a correção dos problemas socioambientais, bem como encarando a necessidade de adequação as legislações em vigor.

De acordo produtores do Distrito do Malhador é recorrente a fiscalização por parte dos órgãos ambientais (IBAMA e ADAB), porém estes não propõem maneiras adequadas de produzir couro nos curtumes minimizando os impactos ambientais.

É de comum acordo o entendimento de que o processo de curtimento do couro gera impactos ao ambiente através do lançamento de desejos químicos sem o tratamento adequado. Entende-se que a utilização de técnicas de controle de rejeitos, do despejo adequado dos resíduos, bem como o reflorestamento com espécies vegetais típicas da caatinga podem contribuir para realização de atividades sustentáveis, credibilizando frente ao mercado consumidor que poderá consumir produtos com certificação ambiental.

De acordo a ADAB (2015), através da Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Agropecuária tem por finalidade inspecionar, fiscalizar e controlar aspectos higiênico-sanitários dos produtos, bem como cadastrar e credenciar estabelecimentos que realizem as atividades de produção, armazenamento, beneficiamento e produtos de origem animal.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) atua no município de Ipirá através da oferta de cursos de formação da mão de obra para indústria. O curso oferecido pelo SENAI/ CIMATEC em Ipirá é o de formação de Costureiro/a, voltado para as indústrias de calçados e artefatos de couro. Realiza-se através de parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais de Ipirá, localizado na Avenida César Cabral, centro da cidade de Ipirá. Grande parte dos estudantes do curso de Costureiro/a é absorvido pela empresa Paquetá S.A. O intuito do SENAI/ BA é criar iniciativas que ajudem a indústria baiana se tornar cada vez mais competitiva.

A iniciativa do SENAI/ CIMATEC pode ser um importante instrumento de formação para os técnicos despertarem maneiras adequadas, modernas e atuais de produzir, comercializar e se posicionar frente a necessidade de qualificação e inovação.

De acordo a FIEB (2015) na tentativa de fomentar a cadeia produtiva dos artefatos de couro, o SESI/SENAI de Inovação 2011, aprovou um edital realizado pela empresa Dominus Couro, criando uma linha de produtos em couro sustentável e socialmente responsável, contribuindo para dinamizar a capacidade de inovar e preocupar-se com as questões ambientais. De acordo Paulo Vinícius, proprietário da Dominus Couro, a iniciativa de produzir couro sustentável não foi à frente devido o valor agregado aos produtos sem identificação da certificação ambiental.

O Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Jacuípe (CETEP) é uma escola técnica estadual com sede na cidade de Ipirá. Atualmente a escola conta com o curso técnico em Administração, Vendas, Design em Artefatos de Couro, Enfermagem, Manutenção e Suporte em Informática, servindo também como uma ferramenta para o melhoramento e potencialização da cadeia produtiva do couro no município. O CETEP tem buscado capacitar profissionais para atender as demandas do próprio território.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) trabalha para estimular o empreendedorismo, possibilitar a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. De acordo com Edicarlos Moreira, chefe do Pólo de Atendimento Ipirá, as ações do SEBRAE/ BA no município são voltadas para atender as iniciativas empresariais voltadas para o seguimento industrial, comercial e de serviços. O SEBRAE/ BA pode ser um canal de incentivo e fortalecimento das micro e pequenas empresas que busquem se instalar em Ipirá.

O Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e a Previdência Social possuem postos instalados na cidade de Ipirá e servem de suporte aos trabalhadores do município e do território Bacia do Jacuípe na recorrência aos direitos trabalhistas, tais como: solicitação de aposentadoria, seguro-desemprego, perícia médica etc.

O Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), “ponto cidadão” e o SINEBAHIA possuem postos instalados na cidade de Ipirá em atendimento de caráter territorial, tendo como principais atividades: confecção de variados documentos (Registro Geral, CPF, Carteira de Trabalho), entrada em solicitação de benefícios trabalhistas (seguro desemprego, aposentadoria), intermediação para o trabalho, atendendo todos os municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe.

Acredita-se que o envolvimento coletivo de tais órgãos e instituições podem contribuir para facilitar a relação de produção no município. Entende-se que, a presença destes órgãos e instituições facilita a vida das pessoas na concretização dos direitos cidadãos, oportunizam e geram possibilidades de inserção social.

7.6.2 Agentes financeiros que atuam na cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá

A rede de agentes financeiros tem relevância em toda matriz produtiva dos artefatos de couro em Ipirá, haja vista que a facilitação de créditos a prazos longos e juros baixos pode contribuir para redução do preço final dos produtos.

Dentre as dificuldades, potencialidades, possibilidades, ficam claras as necessidades de integração entre a rede de agentes territoriais, a incluir os agentes financeiros na tentativa de melhorar e consolidar a cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá. Percebe-se que o conjunto de agentes atuando de maneira integrada pode ser uma ferramenta possível de esclarecimento para os produtores, de incentivo a produção, de resgate dos valores culturais e produtivos.

Nas agências bancárias sediadas em Ipirá as linhas de créditos oferecidos pelos bancos públicos e privados são possíveis na maioria das vezes pelas empresas registradas ou por clientes correntistas quando possuem registro empresarial de CNPJ ou movimentação financeira corrente. Grande parte dos produtores que ainda encontram em caráter informal tem dificuldade de acesso ao crédito, devido a impossibilidade de declarar-se como produtor-empresário.

Os recursos disponibilizados pelos bancos públicos e privados ocorrem à medida que o cliente ou grupo de clientes procuram diretamente as agências. Em linhas gerais, a aquisição do crédito ocorre pela necessidade de melhoramento, expansão e inovação da produção, aplicados na aquisição de máquinas, equipamentos, infraestrutura, matéria-prima etc.

De acordo o BNB (2002) o Banco do Nordeste oferece linha de crédito a clientes que trabalham por conta própria, empreendedores individuais ou reunidos em grupos solidários que atuam nos setor informal ou formal da economia. O Crediamigo é uma linha de crédito que disponibiliza empréstimos entre R$2.100,00 a R$15.000,00 para grupos solidários entre 3 e 10 pessoas. Entende-se que o crédito oferecido é insuficiente para mudança estrutural da

produção dos artefatos de couro em Ipirá. O Banco do Nordeste possui agência na Rua Waldomiro Lins, centro da cidade de Ipirá.

Segundo a Caixa (2015) o Empreendedor Individual que pretende formalizar a empresa através da parceira com a Caixa Econômica Federal pode ter benefícios na abertura da conta bancária, solicitação de empréstimos, emissão de notas fiscais e participar de licitações públicas.

Conforme o BB (2015) o Microcrédito Produtivo Orientado é o crédito oferecido pelo Banco do Brasil para atender as necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Para ter acesso ao crédito é necessário ser correntistas, ser empreendedor informal com renda de até R$10 mil/mês ou empreendedor individual com faturamento de até R$60 mil/ano, ou microempresa com faturamento bruto anual de até R$120 mil.

O BNDES é uma possibilidade de apoio aos produtores de artefatos de couro em Ipirá. De acordo o BNDES (2015), o BNDES é uma empresa pública federal que realiza financiamento de longo prazo no intuito de desenvolver, ampliar e diversificar as fontes de recurso no país e no exterior, contribuindo para aquecer a economia, gerando emprego e renda. Busca oferecer condições para estimular a competitividade, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas.

De acordo com produtores locais de artefatos de couro em Ipirá as instituições financeiras deveriam servir como caminho possível para facilitar o crédito para os pequenos e médios produtores. As tarifas de juros são consideradas altas, incidindo diretamente no aumento do valor dos produtos e perda de competitividade.

O enfrentamento para a superação dos entraves pode acontecer na socialização das demandas territoriais. Encara-se como necessário o envolvimento dos diversos agentes territoriais que podem ser úteis na consolidação da cadeia produtiva dos artefatos de couro. O envolvimento das diferentes esferas na participação coletiva é de extrema relevância para mudança de mentalidade política, instaurando a concepção de desenvolvimento social a partir da ideia de integração.

Pensar a possibilidade da IG dos artefatos de couro em Ipirá acontece no plano do fortalecimento do sentimento cultural, na valorização do saber-fazer passado de geração em geração, na busca da organização produtiva, na promoção dos produtos e no reconhecimento das particularidades que os singularizam nas mãos dos funcionários e artesãos. Entende-se que, planejar a organização dos artefatos de couro em Ipirá é um caminho possível na busca por atingir indicadores de realização da produção.

8 CONCLUSÕES

A dissertação buscou compreender o potencial produtivo dos artefatos de couro em Ipirá, dado nas suas especificidades produtivas (relações econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais). As discussões proporcionaram reflexões teóricas e interferências propositivas através da exposição das ideias sobre a realidade de um grupo social que possui práticas culturais, sociais, econômicas e políticas em diferentes estágios de compreensão no espaço-tempo.

A pesquisa revela as relações existentes na organização produtiva dos artefatos de couro em Ipirá. O processo de pesquisa possibilitou a reflexão teórica, a leitura social, o diálogo com os diferentes agentes produtores do espaço, a confrontação das informações e, consequentemente, o conhecimento de uma realidade que traz no conjunto de suas relações, contradições, dúvidas e incertezas, frente à riqueza em evidência.

Entende-se que o desenvolvimento das ações públicas e privadas deve ser pensado a partir da compreensão dos interesses das pessoas do próprio território, buscando sanar as necessidades dos agentes territoriais. Assim, a produção dos artefatos de couro como o principal capital territorial de Ipirá pode contribuir para o envolvimento não apenas dos produtores, e sim do conjunto da população na busca pela realização das necessidades da população.

Trata-se de algo passível de alteração positiva no sentido de organização e envolvimento coletivo, haja vista a necessidade dos produtores avançarem na melhoria da produção e suas relações conjunturais, buscando atingir parâmetros de desenvolvimento que consolidem na busca pelas realizações dos interesses das pessoas. Compreende-se que maneiras de organização coletiva devem ser pensadas com foco na socialização das benesses e dos problemas a enfrentar.

O planejamento precisa ter como um dos princípios o dever de colocar a atividade produtiva dos artefatos de couro em Ipirá como uma atividade de relevância social. Planejar as ações pode trazer como realização futura o que se tem atualmente como algo ideal, passível de acontecer. A pesquisa buscou então esboçar uma visão social ampla que revele o significado das relações cotidianas com intuito de melhorar, difundir e evoluir.

Entende-se a necessidade de articulação entre os diversos agentes (sociais, econômicos, políticos), a socialização das demandas educacionais, ambientais, políticas, de participação coletiva etc. Os esforços coletivos da rede de agentes territoriais devem pairar

para além do campo produtivo, interferindo na dinâmica de vida, possibilitando a colocação frente ao futuro na busca pela inserção política.

A pesquisa buscou entender como ocorrem as relações do processo produtivo dos artefatos de couro em Ipirá associado a uma relação territorial. O intuito inicial é analisar e revelar se existe a possibilidade de registro de uma IG dos artefatos de couro em Ipirá, município situado no sertão baiano.

O processo investigativo acerca da possibilidade de solicitação do registro da IG dos artefatos de couro em Ipirá pôde fazer conclusões considerando a notoriedade da produção, suas relações históricas, o atual contexto produtivo, social e cultural, associado às exigências legais do INPI que conferem o registro.

A IG dos artefatos de couro de Ipirá pode acontecer no plano do reconhecimento, reputação e notoriedade, associado a análise dos parâmetros legais estabelecidos na Lei Nº 9.279/ 96, que regula direitos e obrigações relativas à Propriedade Industrial, entendendo-o como uma possibilidade de solicitação de registro junto ao INPI.

Conforme o INPI (2015), a IN Nº 25/ 2013 estabelece as condições para o registro das IGs no Brasil, considerando como importante para economia e para proteção das IGs, definindo as modalidades de DO ou IP. A análise das condições de registro que poderão indicar a possibilidade da IG dos artefatos de couro produzidos em Ipirá.

A proximidade da produção do curtimento do couro e da produção dos artefatos de couro com o rio do Peixe constitui o principal fator geográfico de localização e concentração da produção no recorte territorial específico. A presença do rio do Peixe próximo a concentração da produção, a predominância do bioma caatinga, a relação histórica do território com a criação bovina, o saber-fazer, conferem a real possibilidade da IG dos artefatos de couro de Ipirá na área geográfica.

As relações históricas de produção de artefatos de couro em Ipirá, datadas do século XVIII, é um importante critério de análise, haja vista a afirmação da identidade territorial. O saber-fazer é um elemento específico passado de pai para filho importante na definição da qualidade especial dos produtos, que devem buscar atender as exigências dos consumidores que buscam adquirir produtos singulares.

De acordo o Art. 6º da IN º 25/2013 (INPI, 2015), o pedido de registro de IG deverá referir-se a um único nome geográfico e nas condições estabelecidas em ato próprio do INPI, conterá:

I – requerimento (modelo I), no qual conste:

a) O nome geográfico – Ipirá - nome de uma cidade que se tornou amplamente conhecida e referenciada pela produção de artefatos de couro no estado da Bahia. A associação do nome da cidade à produção dos artefatos de couro se consolidou ao longo dos anos através do reconhecimento da qualidade diferenciada de artefatos de couro (artigos de montaria, carteiras, cintos e bolsas) devido às particularidades dos produtos fabricados pelas mãos dos artesãos, assim ganhando reputação, considerando a história, o saber-fazer e os elementos culturais, conferidos como produtos singulares.

b) A descrição do produto ou serviço – Artefatos de couro (selas, indumentária do vaqueiro, bolsas, cintos e carteiras), produzidos no município de Ipirá, especificamente na cidade de Ipirá, no Distrito do Malhador e nos povoados de Rio do Peixe e Umburanas. Os produtos são fabricados de maneira artesanal, semi-artesanal e industrial com auxílio de instrumentos técnicos e máquinas. Destaca-se que os produtores e artesãos vivem dentro dos limites da área geográfica, não havendo dificuldades para delimitação geográfica da área de produção.

As relações históricas da produção dos artefatos de couro em Ipirá datam do século XVIII. Ao longo dos anos esta produção foi se especializando e assumindo novas funções frente ao mercado consumidor. Os consumidores reconhecem os produtos como singulares pela qualidade material e pelos retoques que são customizados por produtores/ artesãos que possuem um saber-fazer específico passado de geração em geração.

II – instrumento hábil a comprovar a legitimidade do requerente – De acordo o Art. 5º da IN N°25/ 2013 (INPI, 2015), podem requerer registro de IGs, na qualidade de substitutos processuais, as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico estabelecidas no respectivo território. Assim, tem-se que o Sindical, bem como outras organizações que envolvam o conjunto de produtores podem se apresentar legalmente como requerente da IG dos artefatos de couro em Ipirá.

Constata-se no trabalho de campo que a ausência de ideias associativistas, bem como o baixo sentimento de socialização das benesses e das dificuldades constitui no momento da pesquisa um forte entrave para consolidação da IG como algo de necessidade de todos os produtores. A partir dos debates, das discussões e reflexões, entre produtores, comerciantes, poder público local, agentes territoriais (SEBRAE, UNEB, SENAI) acredita-se que passos importantes podem ser ensaiados na tentativa de fortalecimento e difusão das ideias de associativismo, criando um novo significado de coletividade, fazendo com que as empresas dialoguem no sentido de certificação coletiva.

III – regulamento de uso do nome geográfico – Definido de maneira coletiva junto a associação. Na ausência da associação ativa não se pode definir um regulamento de uso, haja vista a inserção de novos elementos necessários de considerações.

IV – instrumento oficial que delimita a área geográfica – Mapeamento da produção, dos produtores. Destacam-se as localidades de Malhador, Rio do Peixe e Umburanas, bem como a cidade de Ipirá como produtores de artefatos em couro.

V – etiquetas, quando se tratar de representação gráfica ou figurativa da IG na versão em arquivo eletrônico de imagem – A etiqueta pode ser um instrumento de marketing que facilite a associação simbólica aos artefatos produzidos neste recorte territorial. Tem-se que ainda não existe um elemento figurativo que relacione à produção dos artefatos de couro em Ipirá.

VI – procuração, se for o caso, observando o disposto nos art. 20 e 21;

VII – comprovante do pagamento da retribuição correspondente.

Tem-se que nenhum trabalho científico é desprovido de relações ideológicas. A dissertação utilizou a dialética como método de análise desde a escolha da bibliografia até as observações empíricas. O trabalho possui caráter eminentemente geográfico, a partir de uma busca por retratar a realidade. Ao longo da pesquisa são considerados elementos que conferem a potencialidade produtiva dos artefatos de couro em Ipirá, contudo não se pode desprender de trazer para o campo de análise as contradições que dificultam e entravam o processo de desenvolvimento das atividades.

Vimos que a baixa capacidade de organizações associativistas dificulta o andamento da solicitação do registro da IG, visto como um impasse para sua realização no momento da pesquisa. O associativismo é visto como uma necessidade na possibilidade de estruturação da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá. O Sindical, bem como outras organizações coletivas pode ser o instrumento capaz de viabilizar o amadurecimento das ideias de organização coletiva para requerimento da IG.

Espera-se como etapa de certificação ambiental e elo de fortalecimento do sentido de IG uma política pública de parceria entre produtores, governo, sociedade civil etc., para implantação de tecnologias que reduzam e minimizem os impactos ambientais gerados pelo processo de curtimento do couro no leito no rio do Peixe. A redução dos impactos aumenta a qualidade de vida das populações ribeirinhas, credibiliza as mercadorias, agrega valor econômico, social, político e ambiental.

O envolvimento dos diversos agentes territoriais com intuito de estruturar a cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá, tendo a IG como meta, deve ter como intuito:

compreender as potencialidades e possibilidades territoriais, organizar a produção, registrar os produtores, reduzir a informalidade, difundir o marketing, as vendas, fortalecer o sentimento cultural, melhorar a infraestrutura, qualificar a mão de obra, oferecer empréstimos para melhoramento das técnicas, geração de mais emprego e renda etc.

A integração da rede de agentes territoriais tem função primordial de oportunizar os grupos econômicos marginalizados, que ao longo dos tempos carecem de políticas públicas e valorização produtiva.

Acredita-se que a abertura para compreensão da cadeia produtiva dos artefatos de couro em Ipirá, a reflexão crítica, a necessidade de alteração propositiva serão instrumentos teóricos e práticos de mudança social. Assim, atentar para as inovações, desenvolver e incentivar atitudes empreendedoras pode ser uma nova possibilidade de almejar melhor patamar de desenvolvimento e se consolidar como atividade perene.

Fica claro que as contribuições dos governos não exercem papel determinante na formação econômica da produção dos artefatos de couro em Ipirá. Realiza-se como um processo sócio-técnico que se desenvolveu espontaneamente dentro da economia formal e informal, carente de políticas sérias de envolvimento. Espera-se um posicionamento claro de organização dentro do próprio território no intuito de forçar as instituições a se colocarem como agentes possíveis de contribuição.

Conclui-se que, diante o cenário otimista que atende a maioria dos requisitos de registro de IG, ainda é preciso buscar fortalecer as organizações coletivas, relacionando com os diversos agentes territoriais através de um processo de governança territorial. A superação de problemas ambientais é um passo importante para se conquistar no intuito de afirmar o pedido de registro da IG dos artefatos de couro em Ipirá, certificando como atividade sustentável. Inserido nas questões ambientais, acredita-se que desenvolver políticas de reflorestamento da caatinga pode ser uma ação ambiental de grande relevância social.

Espera-se que o trabalho realizado sirva como recursos de pesquisas acerca dos conceitos e temas abordados, bem como um instrumento que ajude na consolidação da produção e comercialização nas suas dimensões escalares. Por fim, desenvolve-se como instrumento de pesquisa teórica e aplicada na tentativa de contribuir para organização, consolidação produtiva e registro da IG daquilo que representa um elemento cultural sertanejo, dotado de vida e sentimentos, os artefatos em couro produzidos em Ipirá.

REFERÊNCIAS

ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Relatório de Acompanhamento Setorial Indústria do Couro**, 2011.

AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Acordo TRIPS: **Acordo sobre aspectos do direito de propriedade intelectual**. Brasília: INESC, 2003. 72p. : Il. (caderno de estudos; n.1).

ADAB. **Inspeção de Produtos**. Disponível em: http://www.adab.ba.gov.br/ acesso em 13 de Jul. de 2015.

ALMEIDA, A. F. R. **Denominação de origem e marca**. Coimbra: Coimbra, 1999, p. 118.

AUGUSTO, A. G. **Forças produtivas capitalistas:** seria o taylorismo uma anomalia? In: Revista da SEP, nº 29, 2011, p. 5-34.

BARRETO, A. S. **A Praça da Bandeira e outras bandeiras**; romance histórico-literário/ ocupação do semiárido baiano. 1.Ed./ Agildo Souza Barreto – Ipirá-Bahia, 2003.

BB. **Microcrédito Produtivo Orientado do BB**. Disponível em: http://www.bb.com.br/portalbb/emp/mpe/page47,108,7514,9,0,1,2.bb acesso em 15 de Set. de 2015.

BNDES Setorial. **Panorama do setor de couro no Brasil**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 57-84, set. 2002.

BRASIL. Decreto n°1355 de 30 de Dezembro de 1994. **Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT**. Brasil, 1994.

BRASIL. Instrução Normativa (IN) N°25/ 2013. **Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas**. Brasil, 2013.

BRASIL. **Lei nº. 9.279/1996**, de 14 de maio de 1996. Regula direito e obrigações relativos a propriedade industrial. Brasil, INPI, 1996.

BRASIL. **Lei n°9.610/ 1998**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providencias. BRASIL. Presidência da República, 1998.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Comissão Européia. **Textos de Referência em Planejamento Territorial Integrado.** Brasília: MP, 2007. 90 p.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**: módulo II, indicação geográfica / organização Luiz Otávio Pimentel – 4ed. – Florianópolis: MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2014. 415 p.: il.

BRITO, C. C. T. **A Petrobrás e a Gestão do Território no Recôncavo Baiano**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

CAIXA. **Empreendedor Individual**. Disponível em: www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/financiamentos/empreendedor-individual/paginas/default/aspx acesso em 15 de Set. de 2015.

CALANDRO, M.L; CAMPOS, S.H. **Arrranjo Produtivo Local calçadista Sinos- -Paranhana**. Porto Alegre: FEE, 2013.

CALDAS, A. S. **Indicações geográficas: territórios seletivos do capital**. XIII Seminário Internacional RII. Salvador, 2014.

CALDAS, A. S. et al. **Indicação Geográfica: marco regulatório e distribuição espacial**. Gestão do território e desenvolvimento: novos olhares e tendências. JM Editora, Salvador, 2013.

CALDAS, A. S. **Novos usos do território: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento regional**. Bahia Análise & Dados Salvador, v.14, n. 3, p. 593-602, dez, 2004.

CARAVACA, I; GONZÁLES, G; SILVA, R. **Inovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial**. Revista Eure (vol. XXXI, N°94), p. 5-24, Santiago de Chile, diciembe 2005.

CELESTE, J, L. **Especialização flexível: uma alternativa promissora para o desenvolvimento econômico de regiões subdesenvolvidas**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 33(6):34-41, Nov./Dez. 1993.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CORRÊA, G. B. **A proteção legal das Indicações Geográficas**. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_1/gustavo.pdf acesso em 05 Jan. 2016.

COSTA, A.B; FROEHLICH, C. **Trajetória empresarial em cluster calçadista brasileiro: o caso da Paquetá Calçados**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Caracas: FACES, 2004. Universidad Central da Venezuela, pp. 95-110.

DALLABRIDA, V.R. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática**. Análise Social, 215, L (2.°), 2015, 304-328.

DALLABRIDA, V.R; MAIORKI, J.G. **A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v.16, n.1, p. 13-25, jan./jun. 2015.

DALLABRIDA, V.R; SAKR, M.R. **O marketing territorial como estratégia de construção e divulgação da imagem dos territórios: a indicação geográfica como referência**. Globalização em tempos de regionalização – repercussões no território. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de Setembro de 2015.

DALLABRIDA, V.R. et al. **A indicação geográfica como alternativa de desenvolvimento territoiral: resultado de estudos em experiências brasileiras**. XVI Enanpur. Espaço, planejamento e insurgências. Belo Horizonte, 2015.

DALLABRIDA, V.R. **Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2014.

_____,V.R. **Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento**. Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, n.1, jul. 2012.

_____, V.R. **Desenvolvimento regional: porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Valdir Roque Dallabrida. 1. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. 212p.

DIAS, L, C; Silveira, R.L.L. Da. **Os sentidos das redes: notas para discussão**. 2. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007

FALCADE, I. **Indicações Geográficas, o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos**. / Ivanira Falcade – Porto Alegre: UFRGS, 2005. [190 f.] il.

FIEB. Federação da Indústria do Estado da Bahia. **Projeto do SESI/SENAI desenvolve linha de bolsa de couro ecológico**. Disponível em: www.fieb.org.br/sesi/Noticia/1440/projeto-do-SESISENAI-desenvolve-linha-de-bolsas-de-couro-ecologico.aspx acesso em 10 de Jan. de 2015.

FURTADO, C. **O Brasil do século XX** – Entrevista com Celso Furtado. 2004. p.484.

GEOGRAFAR. **Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária**. Ipirá-BA (1920-2006). Disponível em: http://www.geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/ipira_-_ba.pdf acesso em 10 de Set. de 2015.

GEOGRAFAR. **Estrutura fundiária**. Disponível em: http://www.geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria acesso em 10 de Out. 2015.

GIRALDI, J.M.E; NETO, A.J.M. **Análise do posicionamento de indústrias calçadistas na região de Franca**. RAE. Vol. 48, N.1. Jan./ Mar.2008.

GUIRALDELLI, R. **Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2014, v.17, n.1, p.101-115.

GUZZATI, T. C. et al. **Novas Relações entre Agricultores Familiares e Consumidores: perspectivas recente no Brasil e na França**. Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 16, núm. 3, 2014, pp. 363-375. Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, Brasil.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBERT. R.C. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENRIQUES, L. F. R. **A análise da competitividade da indústria calçadista do vale dos Sinos: uma aplicação da metodologia de Michel Porter**. 1999. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo agropecuário**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291400&idtema=3&search=bahia|ipira|censo-agropecuario-2006 acesso em 05 de Mai. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291400&idtema=118&search=bahia|ipira|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm- acesso em 16 de Jun. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Histórico**. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291400&search=bahia|ipira|infograficos:-historico acesso em 24 de Jun. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Relatório de Estação Geodésica**. Disponível em: http://www.bdg.ibge.gov.br/bdg/pdf/relatorio.asp?L1=93163 acesso em 02 de Out. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Ipirá**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291400&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas acesso em 10 de Dez. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Produto Interno Bruto dos Municípios – 2013**. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291400&idtema=152&search=bahia|ipira|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013 acesso em 03 de Jan. de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Contas Nacionais**. Disponível em: http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html acesso em 21 de Jan. de 2016.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Legislação**. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in_25_21_de_agosto_de_2013.pdf acesso em 12 de Nov. de 2015.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Guia básico de indicação geográfica**. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica acesso em 16 de Jun. de 2015.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Pedidos de indicação geográfica no Brasil**. http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil acesso em 15 de Jan. de 2016.

IPI. Instituto da Propriedade Industrial. **Para que serve a indicação geográfica e denominação de origem?** Disponível em: http://www.ipi.gov.mz/article.php3?id_article=48 acesso em 20 de Jan. de 2016.

JFMG. **Comunidade de Empresas no Brasil**. Disponível em: www.jfmg.com.br/ba/ipira/calcados-e-couro/curtumes/2 acesso em 18 de Set. 2015.

LEADER. **A competitividade territorial: conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência Leader**. Observatório Europeu Leader: inovação em meio rural. n.6, dez, 1999.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MACHADO, R.P.S; SOUZA, W.C. **Ipirá: a cidade média da bacia do jacuípe?** IV Simpósio cidade pequenas e médias da Bahia: Barreiras, 2014.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: www.msd.gov.br acesso em 23 de Abr. de 2015.

MELLO, P.C. Uma visão comparativa do conceito de desenvolvimento de Furtado com as teorias recentes. **História e Economia, Revista Interdisciplinar**. Vol. 2, n.1, 2° semestre, 2006.

N`FEIRAS. **Francal**. Disponível em: http://www.nfeiras.com/francal/ acesso em 21 de Dez. de 2015.

NIERDELE, P. A. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. Rio de Janeiro, RJ. UFRRJ, 2010. 263 f.

NUNES, E, M, F. **Factores de sucesso em marketing territorial: desafios e desenvolvimento na região Alentejo**. Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Desenvolvimento humano**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0eli_DH Acesso em 10 de Jan. de 2016.

PAQUETÁ. **Company**. Disponível em: http://www.paquetatheshoecompany.com/pt/company acesso em 03 de Nov. de 2015.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.** Raízes, Campina Grande, v. 24, n°s 01 e 02, p.10-22, jan./ dez. 2005.

PORTO, P, C, R. **Indicações Geográficas: a proteção adequada deste instituto jurídico visando o interesse público nacional**. Monografia Pós-Graduação em Direito. UERJ, 2007. 135p.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. RJ: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, W. **Bahia e vaqueiros: um débito**. R. FACED, Salvador, n. 17, p.71-74, jan./jun. 2010.

QUALIDADEONLINE'S BLOG. **Qualidade do setor calçadista brasileiro**. Disponível em: https://qualidadeonline.wordpress.com/2010/11/16/ acesso em 01 de Jul. de 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, J.C. (2011). **A participação popular na gestão pública no Brasil**. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/19205/a-participacao-popular-na-gestao-publica-no-brasil acesso em 15 de Jan. 2016.

SANTOS, M. **O espaço dividido.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

_____, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. – 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SDE. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Invista na Bahia**. Disponível em: www.sde.ba.gov.br/pagina.aspx?pagina=calcadosecouro acesso em 20 de Set. de 2015.

SEI. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **PIB municipal**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=128&Itemid=88 acesso em 10 de Nov. de 2015.

SIGNIFICADOS. **Significado de planejamento**. Disponível em: http://www.significados.com.br/planejamento/ acesso em 15 de Jan. 2016.

SINDIFRANCA. **Setor Calçadista**. Disponível em: http://www.sindifranca.org.br/setor-calcadista.html acesso em 14 de Jan. de 2016.

SOUZA, M. A. **O modo de produção flexível e o novo perfil do trabalhador no século XXI**. Disponível em: https://filosofonet.wordpress.com/2013/09/05/o-modo-de-producao-flexivel-e-o-novo-perfil-do-trabalhador-no-seculo-xxi/ acesso em 10 de Jan. 2016.

TADINI JUNIOR, A, B, C. **Marketing territorial como instrumento do desenvolvimento local: os casos de Bento Gonçalves (RS) e Tiradentes (MG)**. PUC, Curitiba, 2007.

TESOURO NACIONAL. **Estados e Municípios**. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipiod_novosite.asp acesso em 21 de Set. de 2015.

UNEB. **Evento em Ipirá valoriza a cultura do couro**. Disponível em: http://www.uneb.br/2014/10/17evento-em-ipira-valoriza-a-cultura-do-couro-17-a-19-de-outubro/. acesso em 20 de Jul. 2015.

VASCONCELOS, M. A; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VERDI, A.R. e PIRES, E.L.S. **As dinâmicas territoriais locais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos**. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 33-53, jul./dez. 2008.